

PERIÓDICO SEMESTRAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO



CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

DOSSIÊ ESPECIAL

IV SEMINÁRIO DISCENTE
DO IESP/UERJ

v. 6, 2018

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Periódico Semestral de Pós-Graduação - ISSN: 2238-3425

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/

COMITÊ EDITORIAL

Daniela de Amorim Lisboa, IESP-UERJ

Kayo Moura da Silva, IESP-UERJ

Hellen Cristina Silva de Oliveira, IESP-UERJ

Marcelo Borel, IESP-UERJ

Matheus Vitorino Machado, IESP-UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP/UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP-UERJ

Vinicius Cardoso Reis, IESP-UERJ

ORGANIZAÇÃO, CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Kayo Moura da Silva, IESP-UERJ

Hellen Cristina Silva de Oliveira, IESP-UERJ

Marcelo Borel, IESP-UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP-UERJ

SUMÁRIO

Apresentação

Hellen Oliveira e Mariane Silva Reghim _____ 4

Coletivo de mulheres universitárias: nova forma de fazer política feminista? Uma análise utilizando process-tracing sobre a criação dos coletivos universitários no contexto da PUC-rio.

Elaine de Azevedo Maria e Sonia Maria Giacomini _____ 8

“A redenção dos captivos virá por que faz a glória dos livres ”: Emancipação e o desejo de liberdade nos jornais pernambucanos “a República” e “a luz” na década de 1870

Emanoel da Cunha Germano _____ 19

O Processo Decisório do Supremo Quando Provocado a Interferir em Cargos Políticos: Tempos de Resposta e Individualização das Decisões (2015-2017)

Gabriela Fischer Armani _____ 36

O Despertar Do Gigante: Reflexões Sobre O Poder De Agenda Do Presidente Em Períodos De Crise

Iani Panait e Robert George Otoni de Melo _____ 62

Dimensões De Um Conflito Ficcional: A Relação Entre Estado e o Interesse Privado A Partir Do Setor Elétrico, E Da Consolidação Da Espirito Santo Centrais Elétricas S/A.

Jayme K. R. Lopes _____ 77

Por Un Nuevo Órden De Las Cosas: A Imprensa e o Sistema Unitário Na Presidência De Bernardino Rivadavia (1826)

Juliana da Silva Sabatinelli _____ 94

O Movimento Brasil Livre E O Ativismo Online De Inspiração Liberal/Conservadora

Renan Alfenas de Mattos _____ 105

As Grandes Cidades e Suas Contradições Internas: A Sociologia Urbana de Friedrich Engels

Wallace Cabral Ribeiro _____ 121

Apresentação

Hellen Oliveira¹

Mariane Silva Reghim²

O fazer científico é um exercício de inquietude que permeia todas as áreas do conhecimento, aquelas e aqueles que se dispõem a executá-lo têm como tarefa transformar suas próprias questões em informações inteligíveis. Trata-se de um processo que busca fundamentalmente compartilhar, no qual uma dúvida ganha fôlego, forma e conteúdo se estendendo ao coletivo. É desde a ciência, em suas múltiplas abordagens, que tateamos o mundo que conhecemos, e descobrimos outros mundos possíveis.

Pensando as Ciências Humanas, essa inquietude anima uma determinada produção e circulação de conhecimento que capacita a observação, interpretação e mudança da sociedade em que vivemos e das sociedades que ainda virão. De diferentes perspectivas e campos de conhecimento, esta área de elaboração científica informa sobre como a sociedade em que vivemos se constituiu, quais seus avanços, retrocessos, limites e potencialidades. Desde as estruturas institucionais, até os agrupamentos não formalizados, as Ciências Humanas concebem narrativas, retratações e descrições capazes de decifrar a complexidade da existência das sociedades ao longo da história.

De certo modo, esta área do conhecimento é responsável pela memória social, política e econômica daquilo que conhecemos enquanto mundo. E sua vitalidade está na própria natureza contínua de suas questões, afinal a história das sociedades segue sendo escrita no cotidiano, e por meio da divulgação científica esta mesma sociedade conhece e interfere em sua história.

Acreditamos, portanto, que a transmissão de conhecimento desempenha um papel essencial para a realização do potencial científico, possibilitado pelos espaços coletivos de troca e aprimoramento da ciência e pesquisa. Em busca da realização deste potencial, o corpo editorial dos Cadernos de Estudos Sociais e Políticos organizou esta publicação. O **Dossiê Especial – IV Semana Discente** reúne textos apresentados durante a IV Semana Discente do Instituto de Estudos Sociais e Políticos IESP-UERJ, evento promovido por discentes do IESP-UERJ que visa a circulação de diferentes pesquisas da área das Ciências Humanas.

¹ Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. hellenoliveiracp@gmail.com

² Mestra e doutoranda em sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa CAPES. Pesquisadora do NETSAL e editora da CESP. Contato: marianesreghim@gmail.com

A escrita é um modo de compartilhar esse conhecimentos, mas não o único. Ao priorizarmos trabalhos e reflexões advindas de encontros pessoais (da época que aglomeração não implicava em risco) estamos enfatizando a importância de todos os momentos da feitura e elaboração do conhecimento - o processo individual - a escrita - e o processo coletivo - a leitura por outra pessoa, a apresentação para o público e a troca entre temas afins. Além disso, fica evidente a variedade de áreas contempladas pelos trabalhos e a transversalidade quase que inevitável.

A importância da imprensa é tema central nos trabalhos de Emanuel Germano e de Juliana Sabatinelli. Em ambos o contexto político e societal são fundamentais para a compreensão do modo como a história é repleta de sujeitos interessantes. Além disso, sobressai a relevância da tecnologia da época e como ela pode alterar o modo de estar no mundo.

Em ““A redenção dos cativos virá por que faz a glória dos livres””: emancipação e o desejo de liberdade nos jornais pernambucanos “A República” e “A Luz” na década de 1870”, Emanuel da Cunha Germano tece relações entre a imprensa escrita na década de 1870 e como essa foi fundamental para a organização anti escravidão no país, através da difusão de ideias de liberdade e de emancipação. Os jornais republicanos e o diálogo com o que estava sendo propagado em outros países nos chama a atenção.

““Por un nuevo orden de las cosas””: a imprensa e o sistema unitário na presidência de Bernardino Rivadavia (1826)” de Juliana da Silva Sabatinelli versa sobre a disputa territorial em torno do Rio da Prata e da modernização de Buenos Aires, capital da Argentina. A opinião pública, em parte dependente dos jornais impressos da época, foram fator determinante para o processo constitucional e democrático no país.

Os trabalhos de Gabriela Armani e Iani Panait e Robert Melo são exemplares ao estabelecer o diálogo entre direito e ciência política, bem delimitado em alguns momentos, mas nem tanto em outros. A elaboração de leis e de mecanismos institucionais pode ser percebido a partir de momentos políticos específicos. As mudanças, portanto, são também obra do momento e, muitas vezes, da superação das próprias leis.

Gabriela Fischer Armani, autora de “O processo decisório do supremo quando provocado a interferir em cargos políticos: tempos de resposta e individualização das decisões (2015-2017)” através de estudos de caso analisa o modo como decisões do Supremo Tribunal Federal são tomadas, observando diagnósticos existentes sobre as práticas decisórias das cortes judiciais. Os eixos analíticos - tempos de resposta e caráter individual ou coletivo das decisões - apontam usos estratégicos do juízo individual.

“O despertar do gigante: reflexões sobre o poder de agenda do presidente em períodos de crise” de Iani Panait e Robert George Otoni de Melo é um texto que busca estabelecer e avaliar a

disputa de forças entre executivo e nacional historicamente, a partir do poder de agenda presidencial em momentos de instabilidade política. A centralidade no poder executivo e suas capacidades são, portanto, analisadas em relação a contextos e constituições.

Elaine Azevedo, Sonia Giacomini e Rennan Mattos possuem pesquisas em um mesmo escopo, as organizações em e pós 2013, ainda que observando organizações muito diferentes - o que também é sobressalente em nosso tempo. Junho de 2013 se coloca como um divisor quanto ao modo de organizar no Brasil, possibilitando o surgimento de inúmeros coletivos e movimentos.

Em “Coletivo de mulheres universitárias: nova forma de fazer política feminista? Uma análise utilizando process-tracing sobre a criação dos coletivos universitários no contexto da PUC-Rio”, Elaine de Azevedo Maria e Sonia Maria Giacomini, nos apresenta uma interessante análise cronológica da organização estudantil na PUC, relacionando aspectos institucionais com acontecimentos da política nacional e regional. o surgimento dos coletivos e a relação desses com o movimento estudantil já organizado é um ponto importante da análise.

Já em “O Movimento Brasil Livre e o ativismo online de inspiração Liberal/Conservadora”, Renan Alfenas de Mattos objetiva desbravar as redes de organizações da direita no Brasil, tendo a internet como seu ponto principal de capilaridade e popularização. O MBL aparece assim como o mais reconhecido e cuja atividade nas redes surpreende.

Os textos de Wallace Cabral Ribeiro e Jayme Lopes mobilizam a política e a sociologia política em suas diversas entradas, possibilitado desde análises mais centradas em apenas um caso, até a busca de autores históricos na compreensão de problemas também históricos.

As grandes cidades e suas contradições internas: a sociologia urbana de Friedrich Engels de Wallace Cabral Ribeiro é um interessante agrupamento das ideias, obras e contribuições de Engels para refletir sobre as dialéticas citadinas e a população trabalhadora nesse ambiente. Habitação, deslocamento e qualidade de vida já eram questões que estavam colocadas em seu trabalho que podem nos ajudar a pensar as cidades de hoje.

Em “Dimensões De Um Conflito Ficcional: A Relação Entre Estado e o Interesse Privado A Partir Do Setor Elétrico, E Da Consolidação Da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A”, Jayme K. R. Lopes investiga as complexas relações entre o poder público e o interesse privado no Brasil. O autor constrói uma análise informativa, descritiva e contestatória sobre o tema desde um dos setores mais influentes nos processos econômicos nacionais, com destaque ao período entre 1940 e 1980.

Como é possível perceber, contamos com produções que contemplam diferentes temas e áreas dos estudos das relações humanas e sociais, abarcando desde seus aspectos mais dinâmicos e em movimento até aqueles mais estáticos e institucionais. Sociologia, história e direito, ao

aparecerem juntas possibilitam uma compreensão ampla e complexa dos fenômenos sociais. Desejamos que a inquietude científica nunca cesse, e que possamos seguir divulgando conhecimento. Boa leitura!

Coletivo De Mulheres Universitárias: Nova Forma De Fazer Política Feminista? Uma Análise Utilizando Process-tracing Sobre A Criação Dos Coletivos Universitários No Contexto Da Puc-rio.

Collective Of University Women: A New Way Of Doing Feminist Politics? An Analysis Using Process-tracing On The Creation Of University Collectives In The Context Of Puc-rio.

Elaine de Azevedo Maria¹

Sonia Maria Giacomini²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo demonstrar a relação do coletivo de mulheres da PUC-Rio com a modificação na política acadêmica desta universidade e a criação de novos coletivos. A metodologia escolhida foi o process-tracing por ter estrutura de rastreamento causal que permite analisar, através da sequência dos acontecimentos, o processo de construção política do movimento acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres na política, Coletivos universitários, Process-tracing.

ABSTRACT

This article has the objective of demonstrating the relationship of the women's group of PUC-Rio with the modification in academic policies at this university and the creation of new groups. Process-tracing was the chosen methodology, given that tracking causal factors is the structure of this method, allowing for analysis of the process of political construction in the academic movement through the sequence of events.

KEYWORDS: Women in politics, University groups, Process-tracing

¹ Formada em Direito pela UFRJ, mestra em Ciências Sociais da PUC-Rio. E-mail: elainemaria@puc-rio.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6303484448870115>

² Professora titular e pesquisadora da PUC-Rio e Doutora pelo IUPERJ. E-mail: sgiacom@puc-rio.br; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7116654995233760>

INTRODUÇÃO

Pretende-se evidenciar a importância do coletivo de mulheres (CM) da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) na política universitária e no desenvolvimento das habilidades políticas de suas integrantes. Para tanto a metodologia escolhida foi o process-tracing por ter estrutura de rastreamento causal. Esta pesquisa foi realizada no percurso do mestrado da primeira autora e a segunda autora foi a orientadora. Deseja-se compreender, através da sequência dos acontecimentos, as autoras e os autores que motivaram a criação dos coletivos universitários dentro desta universidade.

Este artigo foi escrito durante a fase de entrevistas para a dissertação. Estas foram utilizadas para analisar os acontecimentos históricos e a influência do CM na criação dos outros coletivos universitários. Como a etapa da pesquisa na época em que este artigo foi escrito era de coleta de dados e por não ser o objetivo aqui, limito a utilizar as minhas inferências e impressões sobre as entrevistas e não transcrevê-las. Como exemplo, cito que o coletivo se fortaleceu após a organização da semana internacional da mulher de 2015. Esta informação não está vinculada a nenhuma entrevista neste presente trabalho. Isto porque, neste artigo, o foco principal não é a análise das entrevistas. Apenas cito esta informação por ser relevante para a análise política.

Inicialmente analisarei a transformação do movimento estudantil. Em seguida apresentarei o método process-tracing e finalmente analisarei o caso da PUC-Rio, onde o CM foi pioneiro.

AS MODIFICAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA UNIVERSITÁRIA

Até o início do século XXI a política estudantil dentro da PUC-Rio era composta por Centros Acadêmicos (CA) de diversos cursos existentes na universidade e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Os movimentos sociais no Brasil presenciaram um novo dinamismo após o início da redemocratização brasileira, com pauta na agenda pública voltada para questões específicas ligadas à maior justiça social e com os movimentos sociais que se organizaram para cobrar a solução dos déficits dos mais variados tipos de Direitos Humanos (PAIVA, 2014). Neste contexto, o ambiente universitário também teve sua estrutura reivindicatória alterada. Os CAs e o

DCE eram a única forma³ que os estudantes usavam para realizar suas reivindicações perante a própria universidade e suas manifestações políticas. Suas estruturas são representativas, através de eleições periódicas onde grupos de alunos se candidatam e o mais votado assume a diretoria do CA, com cargos pré-definidos e buscam cumprir o que foi estipulado na campanha eleitoral.

Todavia verifica-se a alteração na estrutura dos movimentos estudantis com a proliferação dos Coletivos, onde não há hierarquia entre os membros, eleições ou mandato. O coletivo não possui um representante, pois todos os membros atuam de forma direta nas decisões do grupo. No site do DCE podemos ver a definição: “Os coletivos são formados por estudantes que possuem opiniões, ideias e pautas em comum sobre a universidade e a sociedade em geral” (PUC-Rio, 2017). É necessário ressaltar, todavia, que os Coletivos não acabaram com os CAs, estes dois movimentos existem atualmente na PUC-Rio. Verifica-se que existem nove Coletivos e vinte CAs (PUC-Rio, 2017), todavia os CAs são todos antigos na estrutura do DCE e os coletivos são novos e estão aumentando cada vez mais entre os estudantes.

De acordo com Paiva (2014) convencionou-se a chamar de “novos” movimentos sociais aqueles cujas reivindicações não estão relacionadas nem à classe nem aos sindicatos e tão pouco a partidos políticos. Desse modo, o conceito da autora aproxima da proposta dos Coletivos. Além disso, percebe-se a forma e o lugar que os grupos se encontram para debater, interagir e deliberar são convergente com a forma que a nova juventude interage.

Ressaltamos também que a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. “Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal” (Gohn, 2011, p.333). Este conceito amplo do que é educação abarca os coletivos universitários, pois percebemos nele uma contribuição única e fundamental para a formação universitária. Gohn diz “há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos (GOHN, 2011, p.333)”.

E percebemos que os coletivos universitários podem ser enquadrados de forma precisa neste seu conceito. Este novo movimento social contribui para a formação político-social do estudante, além de estimular o respeito, a escuta e o diálogo.

³ As Atléticas são também organizações universitárias antigas na PUC-Rio, todavia por serem mais voltadas para a promoção de festas e campeonatos esportivos e não terem pauta política preferiu-se não abordá-las neste trabalho.

UTILIZANDO O PROCESS-TRACING

Para entender o processo de mudança na estrutura política do cenário desta universidade foi realizado o estudo pelo método das ciências sociais chamado *process-tracing*, onde relacionamos os acontecimentos históricos. O método consiste em buscar relações causais em uma série sequencial de eventos, mostrando, assim, qual evento gerou outro até se chegar ao evento final desejado. O esquema gráfico do process-tracing está no anexo 1 deste artigo.

O objetivo é perceber as influências do CM na criação dos coletivos universitários e nesta mudança de forma de política estudantil. Para tal dividimos os acontecimentos em 5 categorias: repercussão na mídia, eventos dentro da PUC-Rio, protestos, criação dos coletivos universitários e DCE. Chamaremos cada categoria de módulo e a sequência dos acontecimentos dentro desses módulos será cronológica.

É ímpar ressaltar que os fatos ocorridos na PUC-Rio historicamente repercutem de forma intensa e veloz na mídia carioca. Alguns fatores como a proximidade geográfica com a sede da Rede Globo e a presença de personalidades políticas e midiáticas - e seus filhos universitários - explicam esta presença constante na imprensa. Esta repercussão influencia diretamente na agenda de eventos e de protestos, por isso a necessidade de inclusão deste módulo.

Os eventos ocorridos na PUC que serão analisados são: organização do dia internacional da mulher, o debate entre Flávio Bolsonaro e Tarcísio Motta e a ocupação do pilotis da PUC-Rio. Estes formam o módulo evento. Paralelamente analisaremos o módulo protesto, que é ligado diretamente ao módulo evento.

A criação dos coletivos e as eleições do DCE foram os outros dois módulos utilizados na metodologia. Assim poderemos inferir a implicação de um evento e sua repercussão na criação dos coletivos e nas eleições do DCE. Espera-se perceber se e como o CM participou desta mudança.

Estas relações entre os acontecimentos ficarão mais claras com a apresentação do *process-tracing* que demonstrará visualmente a relação entre todos os módulos. Os módulos foram divididos em cores, cada número indica um acontecimento e as setas a direção de causalidade. Os atos são tendencialmente sequenciais (9 vem antes de 12, ou seja o debate já citado foi anterior à criação do coletivo nuvem negra).

A LUTA POLÍTICA DAS MULHERES NA PUC-RIO

A escolha desta metodologia foi feita pois espera-se que auxilie na análise da participação das mulheres na transformação dos movimentos sociais na PUC-Rio. Toda a análise a seguir teve seu ponto de partida no método do process-tracing, que permitiu encadear os acontecimentos de maneira a aumentar a capacidade explicativa.

Quando da criação do CM o Brasil atravessava um grande debate sobre a representatividade das mulheres na política, culminando com a publicação da lei 12.034 de 2009, chamada lei dos partidos políticos. Por meio dela, os partidos passaram a ser obrigados a preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. O DCE da PUC-Rio era composto por integrantes da esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores. Na chapa havia poucas mulheres e estas participaram da criação do CM. Neste contexto o CM é criado como uma nova alternativa de luta política das mulheres na universidade.

Até o ano de 2014 o movimento articulou de forma intrínseca com o DCE, porém esta ruptura aconteceu com a mudança de chapa em 2014, com a vitória da chapa Muda, de direita. Esta modificação na orientação política do DCE foi decorrente da grande mobilização da campanha eleitoral de Aécio Neves dentro da PUC-Rio contra a Dilma em sua reeleição. Os alunos de direita se mobilizaram para o Aécio, perderam a eleição presidencial mas a articulação permitiu a vitória no DCE.

A ruptura entre o CM e o DCE foi provocada para o CM ter mais autonomia, tendo em vista que as mulheres que frequentavam estes movimentos serem, politicamente, mais à esquerda. A indignação pela vitória da direita pelas frequentadoras do CM provocou o debate e articulação política. Formou-se assim a necessidade dos membros da antiga chapa perdedora, que era de esquerda, e as mulheres do CM, atuarem de forma mais intensa no campus, mesmo não estando com cargos eletivos do DCE.

Já no começo do ano letivo de 2015 o CM organizou a “semana do dia internacional da mulher”. A divulgação deste evento provocou muitas e severas críticas da Igreja Católica e de conservadores, pois abordava temas como o aborto. Este evento causou muitos protestos dentro e fora da universidade, todavia fortaleceu o CM. Este fortalecimento foi causado pela maior articulação entre as integrantes em face de adversidades.

Como primeiro importante evento o novo DCE (chapa MUDA) realizou um debate com Flávio Bolsonaro e Tarcísio Motta. Este evento mobilizou intensamente o campus e lotou o ginásio, que tem capacidade para 5.000 pessoas. Eu tentei comparecer e fiquei escutando o debate e os muitos gritos de apoio e de protestos as duas partes de muito longe, pois estava extremamente cheio.

Vários grupos se reuniram para organizar protestos contra este debate, alegando que o discurso de ódio e fascismo não poderiam entrar na universidade. Estas reuniões contra o debate eram frequentadas por integrantes do CM e de outros estudantes que não tinham pertencimento a nenhum grupo. Estes estudantes “sem grupo” perceberam que tinham iguais demandas, gerando a criação do coletivo Nuvem Negra (composto de alunos negros) em abril de 2015 e um mês depois do coletivo Madame Satã, cujos integrantes são homossexuais e pobres da PUC-Rio.

Percebe-se que o debate fortaleceu a união dos estudantes de esquerda com base nas identidades e o reconhecimento de lutas. Gays, negros e mulheres se fortaleceram com a união e formaram coletivos. Estes se tornaram muito populares e atuantes no campus. Importante ressaltar que todos os coletivos, quando da sua criação, eram frontalmente contra os membros eleitos do DCE. Havia a união dos coletivos em busca de representatividade junto à instituição. Além disso os membros dos coletivos lutavam contra um único adversário político: a chapa MUDA, que estava no DCE.

Todavia esta mobilização não foi o suficiente para, no final do ano de 2015, impedir a reeleição da chapa Muda para o DCE. A chapa contrária - Renova - era composta por representantes dos coletivos. Apesar da grande disputa e pequena diferença entre as chapas, os estudantes com orientação política mais à direita continuaram no poder.

O ano de 2016 foi marcado pela quantidade de novos coletivos, como o coletivo Bastardos da PUC e o coletivo Vila, este em sua descrição já definia que era composto pela esquerda da PUC-Rio. A união desses novos coletivos com os já existentes mobilizou a ocupação dos pilotis, onde os universitários acamparam no prédio principal da PUC-Rio. Eles dormiam em barracas e durante o dia propuseram várias atividades. Chamaram muitos políticos de esquerda, ativistas dos Direitos Humanos e professores de dentro e de fora da universidade para dar aulas públicas, palestras e realizar debates⁴.

Importante ressaltar que houve uma assembleia sobre o início da ocupação, onde o DCE se manifestou contrário. Houve a publicação de uma nota pública que o DCE se definia como indignado por sua posição não ser respeitada, tendo em vista ser o representante do corpo discente. A resposta dos animadores da ocupação foi que eles não queriam mais representantes, que estavam fazendo política de forma direta, assim como nos coletivos. Percebe-se que a horizontalidade existente nos coletivos permitiu que os universitários se manifestassem desta maneira.

⁴ A vereadora executada Marielle Franco, ex aluna da PUC-Rio compareceu na ocupação e leu uma moção de apoio ao coletivo Bastardos.

Este evento ocupou fisicamente a universidade durante um mês. Durante a ocupação ocorreu a eleição do DCE, com a vitória da chapa Renova, composta pelos membros dos coletivos e de integrantes de esquerda. Percebe-se como a ocupação foi importante para a conquista do DCE.

A ocupação não teve líderes nomeados, oficiais. Todavia percebia-se que os maiores animadores eram membros de um - ou mais - coletivos. Inclusive as reuniões dos coletivos ocorriam dentro do espaço da intervenção. Entre estes estudantes as integrantes do CM estavam atuando de forma ativa e com protagonismo, como consequência a chapa vencedora do DCE era composta por mais de 50% de mulheres.

CONCLUSÃO

De acordo com Kergoat “o que pode de fato questionar as relações sociais de sexo são as práticas sociais coletivas: por exemplo, decisões como quais as mulheres que terão as responsabilidades formais (presidência da associação) e práticas (responsabilidades organizacionais durante as manifestações), ou a decisão de que haja um aprendizado coletivo em situações de fala diante de um público etc” (KERGOAT, 2010, p.95). Nessa perspectiva, as mulheres, ao buscarem seu espaço no universo da política acadêmica, passam a ter poder de ação na construção e desenvolvimento dessas relações sociais, o que interfere na imagem imposta de feminilidade. Se as práticas sociais coletivas podem questionar as relações de poder (KERGOAT, 2010), o CM pode ser um espaço de fala que as integrantes possuem para tomarem decisões e romperem com os velhos mecanismos da política. Estas são práticas que permanecem nas relações sociais ao longo do tempo, sendo a figura masculina referência de lugar de fala e dominação. O CM pode ser utilizado como um meio para romper com a dinâmica da dominação masculina, possibilitando que as relações intersubjetivas e sociais possam modificar as práticas sociais.

Percebe-se como a discussão em torno da lei do partido político modificou não apenas o cenário político tradicional, como também o universitário. Todavia a forma que ocorreu foi diferente do esperado, não com a implementação de cotas nas chapas do DCE, mas uma nova forma de fazer política: os coletivos universitários. Esta nova forma de fazer política estudantil tem como característica relações de poder não verticalizadas, como na política tradicional, característica do patriarcado. As relações de poder dos coletivos universitários são horizontais, onde se busca a representatividade e atuação política de forma direta.

BIBLIOGRAFIA

GOMIDE, Raphael. **O PSDB ganhou... no terceiro turno da PUC:** Na tradicional universidade carioca, alunos de orientação liberal quebram o domínio político da esquerda. 2015. <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/01/o-psdb-ganhou-bno-terceiro-turno-da-pucb.html>>

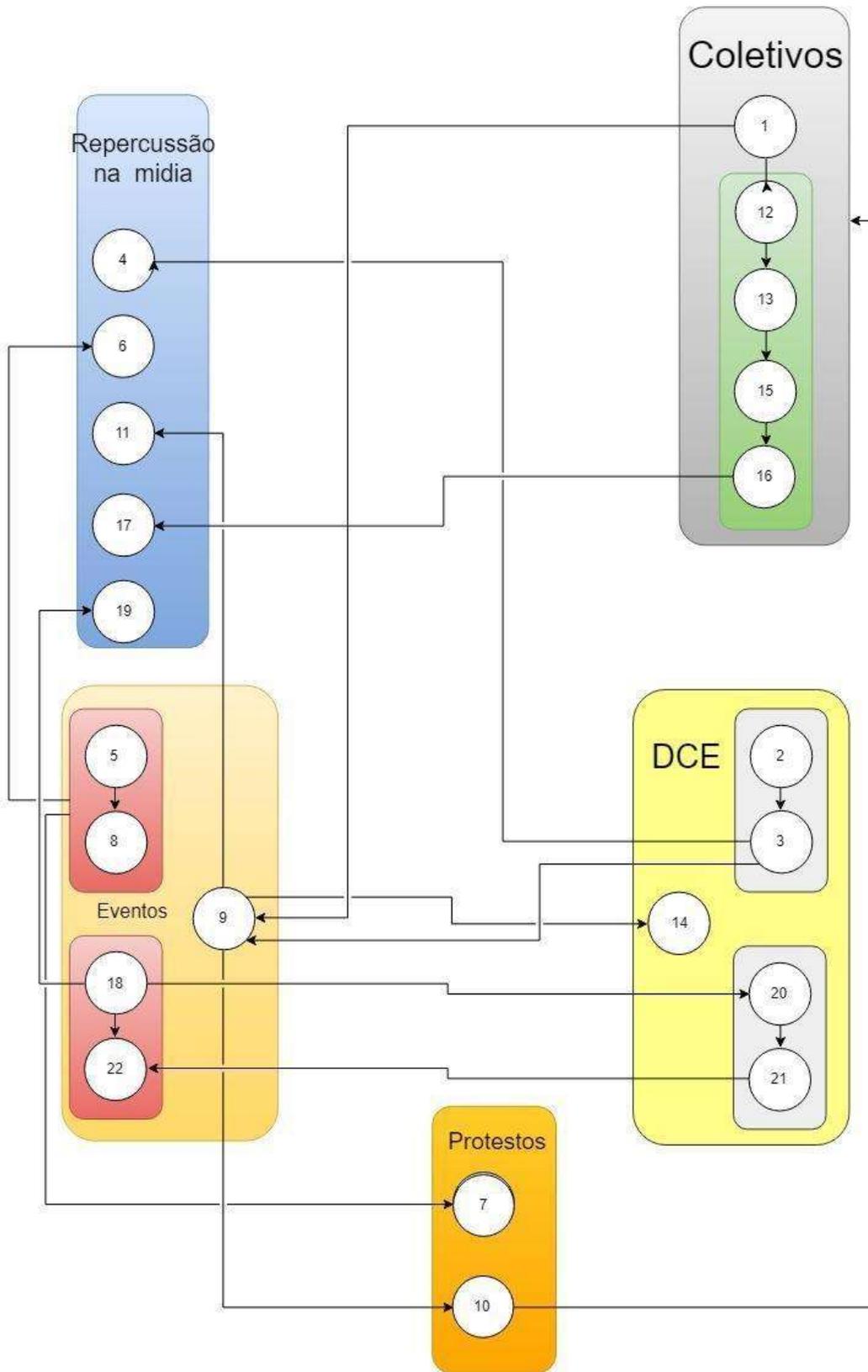
GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010.

PAIVA, Angela Randolpho et al (Org.). **Movimentos sociais e teoria crítica: notas sobre a redemocratização brasileira** In: D'ARAUJO, Maria Celina Soares. Redemocratização e mudança social no Brasil. Rio de Janeiro: Fgv, 2014. Cap. 22431004. p. 5-5.

PUC-RIO, Dce Raul Amaro. Centros Acadêmicos. Disponível em: <<http://dcepucrio.org/novo/>>. Acesso em: 06 jun. 2017

ANEXO 1 – PROCESS-TRACING



1	2009 – Criação do Coletivo de mulheres da PUC-Rio
2	2014 – Gestão da chapa Roda Viva. Chapa de esquerda com muitos membros do PT
3	26/11/14 – Eleição do DCE Vitória da Chapa Muda
4	30/11/2014 – Ancelmo Góis publicou uma nota intitulada “Aécio venceu na PUC”. No texto, o jornalista afirma ainda que a chapa é “próxima ideologicamente dos tucanos”.
5	02/15 – Organização da Semana do Dia Internacional da Mulher promovido pelo CASOC e pelo Coletivo de Mulheres da PUC-Rio
6	24/02/2015 - Matéria do Jornal O GLOBO "Católicos criam petição contra evento da PUC-Rio que celebrará o Dia Internacional da Mulher"
7	02/15 – Grande protesto da ala conservadora da Igreja Católica
8	03/2015 – Semana do Dia Internacional da Mulher promovido pelo CASOC. Evento despertou grande protesto da ala conservadora da Igreja Católica. Evento ocorreu sob protesto e com alteração na programação.
9	25/03/2015 – debate entre o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP) e o professor Tarcísio Motta lotou o Ginásio com cerca de mil e 700 alunos.
10	25/03/15 - Grande manifestação contra o Debate
11	26/03/15 - Matéria no Portal R7 Rio: Debate entre Tarcísio (Psol) e Bolsonaro (PP) sobre desmilitarização da PM acaba em briga de militantes
12	02/04/2015 – Criação do Coletivo Nuvem negra
13	05/2015 – Criação do Coletivo Madame Satã
14	11 e 12/11/2015 – Eleição do DCE: Vitória Chapa Muda

15	18/02/2016 – Criação do facebook do Coletivo Vila
16	08/09/16 Criação do Coletivo Bastardos da PUC
17	06/10/2016 – BBC publica a matéria: ‘A professora não gostava de pobre’: bolsistas criam página contra preconceito em universidade carioca
18	16/11/2016 – Início das ocupações do Pilotis
19	17/1/2016 - Matéria do Jornal O GLOBO - Com barracas, alunos ocupam a PUC-Rio contra PEC do teto de gastos
20	17/11/2016 – Declaração do DCE gestão MUDA contrário a ocupação
21	23 e 24/11/2016 – Eleição do DCE. Vitória da Chapa Renova
22	18/12/2016 – Fim da ocupação do Pilotis

“A Redenção Dos Captivos Virá Por Que Faz A Glória Dos Livres”: Emancipação E O Desejo De Liberdade Nos Jornais Pernambucanos “A República” E “A Luz” Na Década De 1870

“The Redemption Of Captives Will Come Because It Makes The Glory Of Free Ones”: Emancipation And The Desire For Freedom In Pernambuco’s Newspapers “A República” And “A Luz” In The 1870s

Emanoel da Cunha Germano¹

RESUMO

Esse trabalho pretende abordar questões pertinentes sobre o debate da emancipação da escravidão discutidos por dois jornais republicanos na província de Pernambuco. Entre os anos 1870 a 1873, a imprensa *A República* e *A Luz: Periódico Republicano (PE)* discutiram questões relativas à problemática da instituição escravista, assim como, atuou como protagonista dos acontecimentos que incidiram sobre as leis abolicionistas da época e o desejo de liberdade dos escravizados. Esses impressos políticos, canais de difusão de ideias políticas e sociais apresentam a imprensa como espaço de cultura política de grande destaque, relativizando certos pressupostos historiográficos sobre o estudo do abolicionismo na historiografia oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Jornais Republicanos; Pernambuco; Emancipação; Século XIX.

ABSTRACT

This work intends to address pertinent issues on the debate on the emancipation of slavery discussed by two republican newspapers in the province of Pernambuco. Between the years 1870 to 1873, the press *A República* e *A Luz: Periódico Republicano (PE)* discussed issues related to the problem of the slavery institution, as well as acting as a protagonist of the events that affected the abolitionist laws of the time and the desire for freedom of the enslaved. These political forms, channels for the dissemination of political and social ideas, present the press as a space of great political culture, relativizing certain historiographic assumptions about the study of abolitionism in 19th century historiography.

KEYWORDS: Slavery; Republican newspapers; Pernambuco; Emancipation; XIX century.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Contato: Rua Marcos Waldemar de Freitas Reis S/N, Bloco O, CEP: 24210-201, Niterói-RJ. E-mail: emanoelcunha@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6947-4982>. O trecho foi retirado de um fragmento do próprio documento impresso d’*A República*. 14 de maio, 1871, n.11, p.2.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho adveio de um balanço crítico sobre a historiografia da imprensa e escravidão em relação à emancipação e ao desejo de liberdade levantado por impressos do Partido Republicano que circularam na província de Pernambuco, entre 1850 a 1870, anteriores às últimas décadas do movimento social da abolição da escravidão.

No último quartel do século XIX, jornais como *A República: órgão do partido republicano do Recife* e *A Luz: Periódico Republicano (PE)* se propuseram a abordar debates políticos concernentes às questões antiescravistas, temas bastantes pertinentes para o estudo do abolicionismo nacional e transnacional. A região norte país ao dissimular um republicanismo histórico, procurou sistematicamente contrariar os benefícios que os cidadãos pernambucanos, quicá, brasileiros, viviam sob a égide de um regime monárquico constitucional com seus dois partidos, ou seja liberais e conservadores, na províncias apelidados subsequentemente de praieiros e gabirus.² Na empreitada de divulgar seus ideais democráticos atrelaram suas reivindicações à medidas que abolissem a mão de obra escrava, voltados para a perspectiva transatlântica. Depreende-se que tal posicionamento ao ser contextualizado e historicamente situado à luz de suas publicações, seus redatores optaram por defender abertamente à ruptura total da escravidão.

A ATUAÇÃO DOS REPUBLICANOS HISTÓRICOS NO BRASIL IMPERIAL EM 1870

O programa do partido republicano pernambucano, para além de se basear nos princípios filosóficos positivismo da geração de 1870, nas duas décadas anteriores também teve suas experiências atreladas às ideias socialistas, oriundas da revolução francesa de 1848. Para Vamireh Chacon (1981), as influências intelectuais do movimento de quarenta e oito, do século XIX, não

² Da Revolução de 1817 a Confederação do Equador de 1824, as ideias republicanas foram utilizadas por significativo grupo de revolucionários que passaram a defender um regime federalista e mais democrático face a ausência de uma constituição brasileira. Todavia, mesmo após a Devasse de 1817 e posteriormente de 1824 com a outorga da Constituição, Pedro I e ainda sob a regência brasileira, a defesa do ideário de um governo republicano continuaram a ser propaladas por um grupos de cidadãos pernambucanos letrados que procuraram zelar pela defesa do republicanismo no Brasil. Cf. QUINTAS, Amaro Soares. *A Agitação Republicana no Nordeste*. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (Organizador). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, O Brasil Monárquico, Volume 03. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 258.

só se restringiram às ideias, tendo em vista que a insurreição Praieira representou, na prática, uma versão brasileira da “Primavera dos Povos” de 1848.³

Como movimento revolucionário, ao mesmo tempo político e social, a Praieira reivindicava uma série de transformações a serem realizadas naquela sociedade, destacando-se como umas das mais importantes, a troca de sistema político monárquico constitucional para um federalista republicano na província pernambucana.

Os responsáveis por essas solicitações, impressas em alguns periódicos que circularam na capital, advinham de um pequeno grupo de intelectuais letrados que defendiam uma tradição de lutas nativistas, mediante a qual, naquele contexto, procuraram aproximar-se dos movimentos populares da época, intitulados por Amaro Quintas (1959) pelo termo “*Quarante-buitard*”. Essa geração, na expressão do historiador pernambucano, além de defender o republicanismo em suas folhas, tratou de discorrer as questões relacionadas ao problema da emancipação da grande massa escravizada que compunham ainda a população da região de Pernambuco. Com esse propósito, somado às outras demandas, seu projeto soma à luta em prol da mobilização de seus grupos para o abolicionismo brasileiro, demarcando, desse modo, um movimento precedente ao marco historiográfico das últimas décadas da abolição (CASTRO, 2000; CHALHOUB, 1990; MACHADO, 1994).⁴

Percorrendo essa indicação de Amaro Quintas sobre o ativismo de republicanos históricos na imprensa pernambucana do período da Praieira até a configuração de Clubes (1871) e a criação do partido republicano em Pernambuco, entre 1873 e 1875, procurei analisar dois impressos republicanos que se posicionaram favoráveis à abolição da escravidão na época. Ao nos debruçarmos sobre a trajetória de alguns grupos que compuseram essa geração “*quarante-buitard*” entre 1848 à 1870, percebemos a articulação republicana desses grupos que se tornaram importantíssimos difusores culturais de um movimento republicano abolicionista nas páginas dos jornais políticos que circularam pelo Recife.

Vale lembrar que o debate sobre emancipação e políticas antiescravistas foi cobrado por parte da incipiente imprensa brasileira, logo após a Inglaterra cobrar à nação brasileira medidas antiescravistas, em décadas posteriores a vinda da família real, estabelecendo entre essas duas

³ Para esse autor a formação do que podemos caracterizar de um “socialismo brasileiro” estiveram circunscritas aos intelectuais dos círculos franceses como: Saint-Simon, Ferdinand Lassalle, Charles Fourier, Louis Blanc, segundo o qual foram trazidas da Europa pelo engenheiro francês Louis Léger Vauthier de tendências socialistas, contratado pelo presidente da província Barão de Boa Vista, entre 1840 a 1846. Outros pensadores, como Robert Owen, Joseph Proudhon, Herbert Spencer, Augusto Comte, Karl Marx, Friedrich Engels, dentre outros pensadores alemães, seriam utilizados pelos alunos da Escola de Direito do Recife com maior frequência pela geração de 1870.

⁴ Ver CHALHOUB, 1990; MACHADO, 1994; CASTRO, 2000; em “Coleção Passo a Passo”.

nações compromissos políticos para uma lenta e gradual extinção do fim do tráfico de africanos, que há séculos era grande geradora de lucros para os negociantes escravistas.

O abolicionismo no Brasil, historicamente, passa a ganhar visibilidade a partir de 1850, quando é fundada a Sociedade Contra o Tráfico (SCT). Propostas de lei contra o uso da mão de obra escravizada, já haviam sido formuladas no Brasil desde o ano 1831, mas, conforme Angela Alonso explica, apenas em 1850, essa lei passou a se tornar medida efetiva, pois, no interregno entre essas duas leis, a pressão da Inglaterra contra o império aumentava mediante o fluxo da grande massa de tráfico que se avolumava, cabendo a setores da sociedade civil e política denunciar a instituição nefanda (CARVALHO, 1998).

Na segunda década do século XIX, países como - Rússia, Sul dos Estados Unidos e Cuba - passaram por processos distintos quanto às suas experiências da servidão e escravidão. Entretanto, o que uniam esse sistema de submissão e opressão a povos de diferentes etnias?

Essa questão é formulada pelas pesquisas historiográficas mais recentes, mediante a pecha das *Instituições Nefandas*⁵ ganharem corpo e movimento histórico na medida em que o mundo se industrializava e o capitalismo fazia entrar em colapso os antigos sistemas de relações sociais e políticos. Nesse sentido, países escravistas, que também foram ex-colônias, nesse caso, estariam com os dias contados.

Nesse trânsito, as transformações no mundo da política internacional impactavam os eventos políticos de várias nações, porque suas discussões sobre civilização, modernidade e progresso da humanidade tornam-se espelhos para os debates antiescravistas na sociedade brasileira.

A contenda acerca da questão do elemento servil registrada nos impressos republicanos da época enfatiza como a situação foi politizada e vivificada pela opinião pública com pretensões que assinalavam o desejo de liberdade dos escravos no âmbito da imprensa.

A experiência das ideias de abolição na província de Pernambuco, em meados de 1870, passa a ganhar delineamentos dos mais variados, seja em suas linguagens, ações ou medidas. Bem como define Angela Alonso na obra *Flores, Votos e Balas* (2015), quando enfatiza o movimento abolicionista através de uma estrutura de sentimento, a qual ligava os abolicionistas no país e que fazia uso de retórica de mudança semelhante ao repertório estrangeiro. Não obstante, “vis-à-vis”

⁵ Em termos de trabalhos recentes, temos, por exemplo: LIMA, Ivana Stolze (Org.); GRINBERG, Keila (Org.); REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. Nesta obra há questões referentes às possibilidades de analisar as semelhanças e interpretações dos processos de desagregação de três países escravistas em perspectiva atlântica, nela há problematização de como ideais abolicionistas e emancipacionistas podem ser articuladas e comparadas, é um trabalho historiográfico de peso.

ao instrumento de mobilização política, os brasileiros adaptaram um repertório próprio.⁶ Diferentemente da experiência anglo-americana, onde, por meio da retórica da religião, criticava-se as bases do escravismo nas colônias inglesas, em torno dela, os abolicionistas pernambucanos também criticavam o sistema da escravidão e por meio dessas críticas movimentos sociais passaram a ganhar significativo número de seguidores em prol do movimento antiescravidão. Ao explicar tal modelo, Alonso, em sua obra, discorre como no Brasil o movimento abolicionista adaptou suas críticas ao escravismo de circunstância. Na região de Pernambuco, esse movimento é captado pelos discursos apresentados nos impressos. Ou seja, demonstra como foi possível tornar uma realidade a desaprovação de sua existência, buscando, assim, enfatizar seu diálogo com o debate internacional.

Em nossa pesquisa, passamos a perceber que a circulação de debates em torno do fim da escravidão passa a ganhar importância antes mesmo do início da década de 1870 em Pernambuco. Isso denota o enorme interesse da opinião pública recifense em relação ao tema. Lembremos que a imprensa é grande difusora de opiniões e espaço de circulação de ideias, de modo que os acontecimentos via atlântico, traziam para os portos os fatos políticos e culturais de outros países.

A conexão entre Europa e América, por meio do oceano atlântico fazia difundir e emergir expectativas e possibilidades de libertação, da extinção da abolição na América e da derrocada de antigos sistemas imperiais. As ideias antiescravistas e republicanas acompanharam esse movimento (DRESCHER, 2011).

A cobertura de acontecimentos políticos dos países estrangeiros na imprensa pernambucana, possivelmente é fator significativo para promoção dos debates em torno do abolicionismo numa perspectiva gradual. No último quartel do Brasil Império, já existiam grupos

⁶ Alonso chega afirmar que “*Combinando exemplos domésticos e internacionais, Patrocínio e Rebouças casaram intenção política com inserção cultural*”. (Alonso, 2015. p.128). A via da linguagem política por meio *arte* seriam o instrumento de propaganda dos brasileiros, ao contrário daquela que os anglo-americanos se utilizavam, a via da religião. O abolicionismo no Brasil desabrochou tarde devido a diversos fatores, dois principais motivos nos custam mencionar. O primeiro foi do movimento dos próprios escravistas que se uniam para barrar os projetos em prol da emancipação na Câmara e no Senado. Outro motivo que, de certa forma contribuiu foi o analfabetismo, presente em grande parte população brasileira, segundo o censo de 1872, grassava no país grande índice de pessoas que mal sabiam ler e escrever. Dos dados, é possível extrair que em torno de 15,7% eram alfabetizadas. Machado de Assis, por exemplo, publicou matéria a respeito, logo após os dados do censo serem disponibilizados. Atônito, o autor arremata em crônica publicada na *Ilustração Brasileira*, no dia 15 de julho de 1875, “*Gosto dos algarismos porque não são de meias medidas nem de metáforas. [...] A nação não sabe ler*”. (apud. Alonso. p.126). Por mais que houvesse críticas à situação do sistema escravista a partir de 1869, tanto na imprensa, como em panfletos, obras e petições, até as últimas décadas da abolição, era ainda seletivo o público. Por conseguinte, para além da imprensa, através da mobilização de conferências-concertos, criação de associações, formação de grupos políticos, dentre outras estratégias pró-abolição, juntas essas táticas mobilizaram o debate para o fim da escravidão. Na Corte, abolicionistas de envergadura, como a dupla José do Patrocínio e André Rebouças, Vicente de Sousa, entre outros faziam o movimento abolicionista. Em São Paulo, seria Luiz Gama, que, como apóstolos da liberdade, com a militância recrutaria discípulos das mais distintas classes sociais na província para a causa.

de republicanos que defendiam publicamente a ruptura do sistema escravista, que viam como umas das maiores limitações ao país se tornar civilizado e garantir as liberdades individuais aos cidadãos, como diria alguns empedernidos liberais e conservadores.

Na imprensa, a emancipação como um desejo de liberdade para o fim da abolição foi acompanhada por implicações internacionais contemporâneas que atravessavam o atlântico pela via dos portos e de jornais estrangeiros. Por meio delas, identidades foram impactadas e formuladas para os abolicionistas, devido à mobilização política do tema. Das repercussões, optava-se por quais exemplos e posicionamentos pretendiam guiar-se, isto é, miravam-se nesses assuntos para, cautelosamente, tomar orientação. A partir disso, vemos a necessidade de, ao analisarmos o processo da abolição, conectadas as experiências transnacionais dos debates abolicionistas que podem ser captados à luz da imprensa republicana na província de Pernambuco. As medidas que foram mobilizadas em prol da abolição congregaram a participação de diferentes agentes históricos e distintos processos - desde os políticos liberais, conservadores e também republicanos. Por conseguinte, através de impressos de tendência republicana vemos que a perspectiva abolicionista não se omitiu desse debate tal como é constantemente enfatizado pela historiografia oitocentista.

Em Recife, os impressos *A Luz* e *A República* nos apresentam assim, contrapontos interessantes para pensarmos como a libertação da escravidão foi pensada e discutida no contexto apresentado pelo grupo de republicanos nessa região. Como será possível perceber ao longo do texto, veremos como as medidas de ação, presentes em ambos os impressos, discutiam e pensavam políticas similares a de outros países escravistas. Nesse processo, ambos os jornais estariam interligados na conjunção da difusão dos ideais partidários republicanos na formação do Estado-Nação, perante aos quais eram sustentados na era da emancipação e então dispostos aos sujeitos históricos em relação à perspectiva de um abolicionismo atlântico (ARMITAGE, 2014).

ENTRE DECLÍNIO E ASCENSÃO DA IMPRENSA REPUBLICANA: O ABOLICIONISMO NO RECIFE ENTRE 1860 A DÉCADA DE 1870

Na década de 1860, o *boom* da imprensa na província pernambucana é nítido, pois há um avanço significativo da produção de impressos, segundo é possível constatar na base da Hemeroteca Digital.⁷ Entre essa década e a de 1870, ocorre uma inversão do crescimento, pois o

⁷ O site da Hemeroteca tem nos ajudado a perscrutar os diferentes números dos impressos aqui coligidos e apresentados. Para mais informações, acessar a base do site: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

número de jornais caiu de 56 para 36 jornais. As publicações do período de diminuição desses periódicos de uma década para outra, e àquelas publicadas nos anos de 1871 a 1873 são especiais para a presente pesquisa, pois acompanham as polêmicas políticas empreendidas por dois impressos de tendência republicana que não se mantiveram isentos em relação à emancipação. Desse debate político tomaram partido. A diminuição de 20 jornais na opinião pública de Pernambuco é significativa, pois tal redução nesse contexto é ainda obscura na historiografia da imprensa. Ela não será nosso objeto de pesquisa, mas cabe registrarmos que são de vital importância pesquisas voltadas para essa questão.⁸

O ano de 1870 é emblemático também por que, na Câmara e no Senado, a discussão sobre a abolição gradual da abolição se tornava assunto do dia e porque o debate se amplificou na medida em que a crise do governo de D. Pedro II se acentuava - através da dissidência da própria ala dos partidos conservadores - entre emperrados e tradicionais - e na ala do Partido Liberal - entre moderados, radicais e republicanos (SCHWARCZ, 1998). Durante a alternância desses partidos e de seus Gabinetes - a exceção dos republicanos -, o país sofria com as rupturas dos projetos formuladas pelos dois partidos. Os republicanos percebiam-se escusos desse processo político, com isso, através da imprensa, apontavam às contradições dos dois partidos do Império.⁹

Para aprovação dos debates da Lei do Ventre Livre¹⁰, que seria homologada em 28 de setembro de 1871, - aos moldes da lei de Porto Rico em 1865 - o partido conservador viu-se obrigado a realizar projeto de reformas de abolição gradual, para barrar as ideias propostas por abolicionistas das alas dos liberais radicais e republicanos. Este partido surgia para fazer ao *Povo* compreender que era contra o governo do império e manifestava para que, ao combatê-lo “possamos melhorar a sorte do Brasil sob o domínio que há tantos anos temos vivido”,¹¹ pois como instituição o império representava um anacronismo, um irracionalismo, afinal, seu sistema representativo era considerado um mal para nação.

⁸ Os impressos em sua grande maioria podem ser consultados na plataforma da Hemeroteca Digital, para mais informações, acessar: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

⁹ A socióloga Angela Alonso, discorre como se estruturou a crise dos partidos políticos do Império. Não parte da resistência dos escravizados, mas sim dos agentes políticos que se ligavam por estruturas de sentimentos para através de uma retórica de mudança organizarem um movimento pró-escravidão. Apresentado como tese de livre docência sua pesquisa destaca, em pormenores, como os debates que foram travados entre a Câmara e Senado e a sociedade sofreu empecilhos e abriu racha entre os partidos políticos. Enfatiza como os conservadores apresentaram alguns avanços, como recuos em suas administrações. A reforma conservadora de Rio Branco, dentro desse debate veio a desembocar na aprovação da Lei do Ventre Livre, que seria aprovada em 28 de setembro de 1871.

¹⁰ Sobre a Lei do Ventre Livre e seus debates no Parlamento, ver: PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisprudências, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

¹¹ *A Luz*, 9 abr. 1873, p. 2.

O debate anterior, realizado pelo gabinete do Visconde do Rio Branco (1871-1875), foi estabelecido através de vários acordos políticos, pois seu projeto foi motivo de controvérsias e discordâncias políticas pelos mais distintos políticos da época. Dada a situação das possíveis sublevações da massa popular e de reuniões de escravizados, sob aparato de abolicionistas de mais diversas orientações, temiam uma haitinização.

A opção pela abolição lenta e gradual, tal como era realizada pelas colônias espanholas, foi o caminho que os conservadores, aliados a Rio Branco, viam como mais adaptável à realidade brasileira. Em Pernambuco, o *Ventre Livre*, possibilitou aos escravizados pleitearem ações de liberdade desde a aprovação da lei nº 2.040¹² até as vésperas da assinatura da Lei Áurea. Segundo Lenira Costa, não devemos negligenciar a importância dessa lei, porque ela tornou legais ações baseadas no costume e passou a questionar o direito de propriedade (COSTA, 2007).

De certo, com o *Ventre Livre*, os escravocratas estariam com os ânimos acirrados, afinal, o Estado interviria nas relações entre senhores e escravos.¹³ Em São Paulo, por exemplo, o abolicionista paulistano Luís Gama, filho da africana Luísa Mahin, quitandeira que participou da Revolta do Malês, fez uso do sistema jurídico da lei de 1871, que continha leis regulamentares que poderiam ser acionados em prol da alforria.

O Habeas corpus, por exemplo, derivou dela - foi uma das garantias de seus artigos. Com a abrangência dessa lei, notou Sidney Chalhoub (1990), abriu-se espaços para ações de liberdade dos próprios escravos.¹⁴

Nessa monta, através da Lei de liberdade do rebento de mulheres escravizadas, dali por diante, a discussão sobre a extinção da escravidão ganhava diferentes tonalidades e manifestações nas mais diversas camadas da sociedade. A historiografia ao enfatizar a importância da referida lei, é clássica ao reiterar que, da parte dos republicanos, houve certo ostracismo no debate da emancipação, quem dirá sobre o debate da abolição. Discordamos dessa visão, pois esses acontecimentos de largo impacto social alinhados às conjunturas políticas emancipacionistas estrangeiras acenavam para que os republicanos no Recife dessem, em suas folhas, uma atenção maior ao debate que, num horizonte de expectativa, acenava para o desejo de liberdade dos escravizados pernambucanos.

¹² Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

Consultar a lei: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>.

¹³ José Murilo de Carvalho, ao analisar o processo da abolição, revela que ela faz parte das decisões políticas de uma elite do Estado, que não atendia aos interesses dos proprietários. Para mais profundidade do debate ver em: *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁴ Ver Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade*. (1990, pp.) sobre o habeas corpus, Gama impetrou de 1868 a 1880 mais de quinhentos processos. Sud Menucci foi quem computou esses dados em “*O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Diante desses fatos, para lógica da nossa análise, partamos para as discussões desenvolvidas em dois impressos republicanos que circularam no Recife, na década de 1870. O primeiro enfatiza argumentos pró-escravidão, antes mesmo da promulgação da Lei do Ventre Livre tomar forma e ser instituída. Em seguida, nos ateremos a outro de mesma tendência partidária, logo após a lei ganhar vigência.

Os debates sobre a liberdade de escravos no espaço público faziam-se altaneiros e acenavam o destaque que jornais republicanos abolicionistas também participaram do movimento social da abolição da escravatura, seja propondo leis antiescravistas seja criticando a pouca eficácia das medidas estabelecidas pela dita lei de 28 de setembro de 1871.

UNIDOS POR UMA MESMA CAUSA: A *REPÚBLICA* E A *LUZ*, EM PROL DO FIM DA ESCRAVIDÃO EM PERNAMBUCO (1871-1875)

O primeiro jornal republicano em Recife, logo após o Manifesto Republicano de 4 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro foi *A República*, órgão do Clube Republicano.¹⁵ É possível considerar que, antes mesmo do advento desse impresso, parte de seus redatores já propagassem o ideal republicano desde o período pós-praieira, ou seja, de 1848 adiante, o ideário já era defendido e propagado por grupos de republicanos antes mesmo desse marco temporal.

Nos idos de 1870 adiante, tais mobilizações políticas se tornaram matéria de interesse por parte de dois jornais republicanos que circulara. Um foi “*A República*”, o outro “*A Luz*”, ambos foram redigidos pelo republicano histórico Romualdo Alves de Oliveira (1825-1895).¹⁶

Quanto à publicação d’*A República*, órgão do Partido Republicano (1871), sabe-se que era publicado uma vez por semana, especificamente, aos domingos. Sua estrutura compunha quatro

¹⁵ *A República*, n. 1. p.1. Atualizamos a grafia das palavras neste e nos demais documentos manuscritos e impressos transcritos ao longo do texto.

¹⁶ Os jornais de tendências republicanas faziam menções aos impressos contemporâneos, deles temos notícia de que *A Tribuna do Povo*, da província do Ceará e o jornal da província do *Rio Grande do Norte* de título “Assuense” também eram republicanos. Os mesmos estabeleceram contatos com republicanos da Corte, onde foram bem elogiados em matéria do seu aparecimento. *A República*, 12 de fevereiro de 1871. p. 4. Ainda em 1872, *O Seis de Março* foi outro diário republicano, esse periódico surgiu na data que lhe deu o nome, tinha quatro colunas e teve por redatores José Maria de Albuquerque Melo e Afonso de Albuquerque Melo. Mais informações, consultar: DO NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa de Pernambuco*. Vol. 2. Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, volumes publicados, 1966.

páginas, com quatro colunas, sendo impresso na Tipografia Republicana Federativa Universal, localizada na rua do imperador, nº 35.¹⁷

Para além de discutir questões nacionais e regionais voltados ao republicanismo, discutiu também temas políticos sobre os acontecimentos de outros países. O exemplo dos eventos antiescravistas dos Estados Unidos foi tomado como medida de comparação e parâmetro pelo qual os políticos republicanos deveriam proceder no quesito da libertação de milhares de entes humanos que se encontravam escravizados.

O segundo impresso era *A Luz: periódico republicano* (1874-1875), esse jornal que teve maior duração, publicava-se duas vezes na semana - entre às quartas-feiras e os sábados - sendo vendida ao preço de 80 réis, cuja composição de quatro páginas, era dividida em duas colunas. Sua impressão e assinatura podiam ser adquiridas, tanto na tipografia onde era impressa, ou seja, na Tipografia Liberal, localizada na rua da Matriz, nº 21, quanto na residência de seu redator, na praia do caldeireiro, nº41.¹⁸

Compreendiam que havia necessidade de restituir sérias medidas, a fim de que a agricultura não sofresse golpes mortíferos para a nação. Entretanto, em matéria demarcavam que “Nós que escrevemos este artigo somos frenéticos apologistas da abolição da escravidão”.¹⁹ Demonstravam, nessa matéria, suas posições enquanto abolicionistas. Tais medidas, polemizadas neste impresso, concorriam para a peleja da abolição não se “fazer precipitadamente”, pois a falta de estudos para estabelecer políticas para a agricultura desembocaria no atraso econômico do país, comparado ao caso da parte sul dos “Estados Unidos pela falta de providências bem estudadas e calculadas”.²⁰

Evidentemente que os eventos de fora do país influenciavam as percepções e elas eram tomadas como modelos. Com isso, a discussão na imprensa diante de tais medidas políticas era vista como positiva pelos abolicionistas. Daí, ser curioso *A República* despontar os EUA como modelo a não ser seguido mediante a Guerra deflagrada.

A experiência da emancipação estadunidense esteve presente na influência do pensamento social de abolicionistas de grande timbre, como a do intelectual negro André Rebouças. Em 1870, esteve ele nos Estados Unidos, em plena época da “*Reconstruction*” (1865-1877), período em que houve garantias de direitos políticos para a maioria dos recém-libertos após o fim da guerra civil.

¹⁷ *A República; órgão do Clube republicano, 1871.* n. 1-14.

¹⁸ *A Luz; periódico republicano, 1873-1874.* n. 1-64, .

¹⁹ *A República, 23 Abr. 1871,* p.2.

²⁰ Idem. *ibidem.* Os redatores informam nesse número que “por considerá-la um horrível cancro que mata todos os sentimentos nobres da criatura, que é contra o direito natural e social, que é contra as leis de Deus; e tanto é assim que, os *que tínhamos, libertamos e temos concorrido direta e indiretamente para a liberdade de muitos*”. p. 2.

Nesse país, ele sofreu uma série de preconceitos e tal fato marcaria sua identificação enquanto descendente de africano e, por esse reconhecimento de identidade, se posicionou fortemente contra a escravidão.

Como esclarece Hebe Mattos (2018), em perspectiva comparada, destaca como as viagens realizadas por Rebouças o fizeram entrar em contato tanto com o questionamento de sua própria cor quanto com a questão da emancipação escrava no mundo, a qual daria origem ao pan-africanismo, uma cultura política. Por esse lado, é a partir desse momento que há, conforme Paul Giroy (2001), “*uma dupla consciência*” diante da qual, ao viajar para um país de cultura ocidental, como o sul dos Estados Unidos, Rebouças teve que lidar com as contradições dos princípios liberais em relação à escravidão, recentemente abolida nessa nação.

Para obtenção da liberdade nessa região, era necessário um estudo atencioso para suprir os braços escravos. Apesar disso, dessa cautela, defendiam a “urgente necessidade de acabá-la a fim de restituir, os direitos roubados a esta porção infeliz”. A segunda perspectiva sobre o fim da escravidão presente no jornal *A República* foi baseada naquela opção de que fosse realizada, seguindo a matéria do impresso, “a manutenção da garantia de indenização aos proprietários”.²¹

Em matéria do dia 14 de maio de 1870, a coluna *A escravidão no Brasil* sentenciou “A completa abolição da escravidão no Brasil, não é negócio mais de espera”, por mais que os “bárbaros escravocratas” mareassem contra suas aspirações era preciso realizá-la. Os propósitos dos redatores da imprensa são interligados como um fim a ser levantado pela bandeira republicana - pois como eram contrários ao regime imperial - seus princípios se baseavam nas máximas formuladas pelos ideais da Revolução Francesa, com vistas à defesa das ideias positivistas de civilização e progresso.

De certo, se espelhando nos “Estados Unidos, nesse país modelo republicano”, o advento da República como governo se ergueria em face a “essa soma de filantropia humanitária”.²² O debate travado em torno da emancipação estaria predestinado pelos republicanos.

Ao se posicionarem como livres na luta pela abolição honrariam as gerações passadas e futuras de Pernambuco. Lutar pelo fim da instituição escravista era se posicionar como *ethos*²³ pois “a redenção dos cativos virá por que faz a glória dos livres”. Esse posicionamento tomado pelo impresso tem sua devida importância por apresentar em suas folhas o largo processo que envolveu uma série de conflitos e lutas em torno do movimento social da abolição. A discussão em análise

²¹ *A República*, 23 Abr. 1871, p.2.

²² *A República*, 14 Mai. 1871, p.2.

²³ Por *Ethos* entenda-se, enquanto características de um grupo de indivíduos pertencentes à mesma comunidade.

possivelmente contribuiu para que a agitação em torno das matérias jornalísticas ganhasse adeptos à causa abolicionista e republicana.

Passado dois anos do *Ventre Livre*, outro jornal republicano intitulado *A Luz*²⁴ vem a público com o propósito de “demonstrar clara e evidente que, ela nas formas governativas é a – República”²⁵. O periódico fazia coro com outros impressos republicanos da época, urgiria contra a tirania do regime monárquico e foram favoráveis ao fim da escravidão em medidas protetórias.

O debate da emancipação não escaparia de suas folhas, de modo que prontificados a defender o tema, revelam que foi a muito custo que a “liberdade do ventre” foi conquistada, mas ainda existiam “espíritos pequenos” que eram contrários à liberdade.

Diante da insatisfação com a referida lei e dos descasos presenciados contra os escravizados pernambucanos, proclamavam “Não somos de meios termos e nem de meias medidas, quando queremos a regeneração no Brasil, extinguindo-se-lhe a escravidão”.²⁶

O posicionamento da *A Luz* radicalizara nas suas ideias, uma vez que em 4 de julho de 1873, declarava a “Abolição Total da Escravidão no Brasil”. Nessa matéria dissertava os meios e os fins de como propunham cortar de vez por todas, o nó da questão da escravidão, afinal, ironicamente, escreviam: “Não somos de meia medidas”.²⁷

Concomitantemente, a emancipação e suas implicações nas propostas políticas antiescravistas devem ser pensadas em perspectiva atlântica. Na província de Pernambuco, foram questionadas a partir desse ângulo, pois politicamente a imprensa se posicionou através dos eventos estrangeiros, como pôde ser apreendidas nas matérias dos impressos *A República* e *A Luz*. O seu debate antiescravista, na década de 1870, foi apropriado como tema importante para discurso de enfrentamento político à ordem escravista e ao sistema político que o legitimava. Afinal, para que os grupos de republicanos ganhassem terreno e adeptos à sua causa teriam de enfrentar o governo vigente para dessa maneira, conquistar na difusão de suas ideias.

A imprensa foi palco que vocalizou o fim da escravidão. Por meio dela, tal instrumento de comunicação deu força às manifestações públicas que também realizavam eventos em prol da escravidão. A batalha seria longa, porque é com a lei 13 de maio de 1888 que efetivamente

²⁴ Publicava-se duas vezes por semana, às quartas e sábados. A residência da redação estava localizada na Praia do Caldeireiro n.41. A folha avulsa era vendida por 40 réis, logo na sua primeira publicação, até o terceiro número ser cobrado o preço módico de 80 réis. O preço de 2.000 por trimestre adiantado. Por dois anos publicou, entre os anos de 1873 a 1874.

²⁵ *A Luz*, 19, abr. 1873, p. 1.

²⁶ *A Luz*, 23, abr. 1873, p. 2.

²⁷ *A Luz*, 4, jun. 1873, p. 2. Na matéria, datada de 14 de julho de 1873, foi publicada a continuação do debate, intitulada “Abolição Total da Abolição no Brasil II”, nela o redator, depositava sua esperança de que “*A liberdade há de vencer, e a abolição total da escravidão no Brasil há de abrir uma nova era para os presentes e vindouros*”. p. 3. Não consta o nome do articulista que publicou.

conquistam o fim da escravidão, uma das primeiras conquistas sociais do país. Posteriormente, seria a vez das conquistas políticas, pois acabado a escravidão, o Império cairia e a República, como governo, venceria.

Em finalidade, através do mundo da imprensa, os republicanos pernambucanos, para além de sistematizarem os propósitos de seu programa político, traziam para a esfera do discurso jornalístico a necessidade da opinião pública se manifestar favorável à proposta de seus concidadãos: o fim da escravidão em meados da década de 1870. O propósito era uma das maiores realizações humanas, que beneficiaria não só a região, mas toda a nação para a causa pública.

A emancipação e a abolição seriam então um projeto político e social atrelado a todo (a) republicano (a) que se uniria contra o regime imperial. E o *povo* Pernambucano²⁸ faria jus a tais princípios, pois através deles o impresso se dirigia, convocando-o a ser desbravador, tais como foram os republicanos das revoluções pernambucanas de 1817, 1824 e 1848.

Os *dramas da abolição* se definiriam e ampliariam seu escopo de apoiadores aos princípios republicanos, assim mobilizando diferentes espaços públicos, para além das arenas legislativas e civil, de tal maneira que a emancipação e o desejo de liberdade viriam com a redenção dos captivos (MACHADO e CASTILHO, 2015). A imprensa, portanto, com suas publicações, de certa forma, modelava as experiências e expectativas²⁹ dos leitores oitocentistas em relação às discussões culturais, econômicas e políticas de sua época.

Em Pernambuco, a imprensa republicana - nos anos anteriores à Lei do Ventre Livre - se posicionou fortemente, quando se discutia o projeto de emancipação de toda criança, filhos e filhas de mulheres escravizadas. Em torno da escravidão local, os enfrentamentos políticos da ala liberal, não eram vistos pela mesma ótica entre os deputados conservadores e a imprensa republicana quando se referia à questão da escravidão, à medida que a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovara um Fundo de Emancipação Provincial, antecedendo a referida Lei que libertaria os nascituros de mães cativas.³⁰ O órgão republicano denunciou em seus jornais, diversos descasos vividos pelos cidadãos negros livres e cativos, nessa sociedade em transformação.

²⁸ O conceito povo é operacional, pois ao fazer uso desse termo, o periódico, talvez acompanhe os relatos da época, em que era 'o povo' um termo apropriado para autorizar ou deslegitimar manifestações públicas. Para análise do termo, ver: COMPARATO, Fábio Konder. *Variações sobre o conceito de povo no regime democrático*. Estudos Avançados, n°11, (31), 1997. p. 213.

²⁹ Sobre os "espaços de experiência" e "horizontes de expectativas" na imprensa ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006. Original em alemão.

³⁰ O que está por trás desse processo político, ver: Castilho, Celso. "*Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*". Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008. Especialmente, o primeiro capítulo. pp. 1- 40. Castilho se apoiando em matéria publicada por um jornal da época que havia notícias de que mais sete províncias destinaram recursos para projetos similares. *Jornal do Recife*, 6 jul. 1870, p.1.

A modernização sem mudança, título que Peter Eisenberg (1977) intitulou seu estudo sobre a indústria açucareira entre 1840 a 1888 em Pernambuco, expressa bem como as desigualdades perduraram por muito tempo, atravessando épocas desde o pós-abolição.

A insatisfação desse continuísmo seria criticada por diversos grupos na sociedade letrada, seja por bacharéis da Faculdade de Direito, como por profissionais liberais, e também, pelos próprios escravizados em suas múltiplas formas de resistências em prol a liberdade e garantia de seus direitos políticos.

Aderir aos preceitos de democracia para pequena parte dos republicanos históricos era não somente garantir tais direitos políticos, propostos desde o federalismo, como também uma sociedade sem senhores e escravos.

Os impressos republicanos abolicionistas como objeto de análise histórica são ferramentas indispensáveis para os historiadores que pretendem entender a sociedade oitocentista, uma vez que esse grupo se utilizou de diferentes agências e projetos de liberdade para propagação de seu ideário. Não obstante, é necessário investigar, para além de seus discursos, os projetos de abolição que eram refletidos por vários redatores.

Nesse aspecto, as transformações políticas, econômicas e culturais, chamam a atenção dos pesquisadores da imprensa. Esses órgãos de informação se identificam como principais difusores da *opinião pública*, seja para divulgar ciência, ilustrações, literatura, revistas ou política. Nesse sentido, vemos que a produção desses impressos exerce na opinião pública um protagonismo bastante forte desses grupos republicanos contra a escravidão, sendo necessário relativizar a opinião formulada por Alain El Youssef, que afirma em sua obra “Imprensa e Escravidão” que a categoria opinião pública no Rio de Janeiro “(...) até mesmo os abolicionistas, que a partir da década de 1870 tomaram a imprensa como locais privilegiados de sua campanha para dar cabo ao cativo, não se valerá da categoria para qualificar sua intensa atuação política até 1888”.³¹ Para a província de Pernambuco essa conclusão do historiador Alain Youssef é difícil de ser enquadrada, pois é possível mapearmos nos jornais republicanos dessa região, a expressão que a categoria *opinião pública* é exercida e utilizada por diversos redatores das mais variadas tendências políticas, em especial, a dos grupos de republicanos que exploraram a explicação desse conceito em suas folhas.³²

³¹ É problemática essa sentença do historiador, tendo em vista que as provinciais concebiam as redações dos jornais como espaços legítimos de luta e de mobilização da opinião pública. Para informação, consultar: YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil: Rio de Janeiro, 1820-1850*. São Paulo: Intermeio; FAPESP, 2016. p. 17.

³² *A República*, 29 de janeiro, 1871, pp. 2-3; *A República*, 12 de fevereiro, 1871, p. 3; *A República*, 05 de março, 1871, p. 3; *A República*, 28 de maio, 1871, pp. 1-2; *A Luz*, 19 de abril de 1873, p.1; *A Luz*, 30 de abril de 1873, p.1; *A Luz*, 11 de junho de 1873, p.3; *A Luz*, 19 de agosto de 1873, p.4; *A Luz*, 30 de agosto de 1873, p.3; *A Luz*, 08 de agosto de 1874, p.4; *A Luz*, 14 de novembro de 1874, p.3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, foi possível através deste trabalho recuperar os debates emancipacionistas e abolicionistas na imprensa pernambucana com o periódico *A República*, e posteriormente *A Luz*, pondo em cheque várias concepções que não condizem quando nos referenciamos aos posicionamentos dos republicanos em torno da escravidão. Ao recuperar esses debates, percebe-se a importância da discussão que os republicanos privilegiaram em torno do tema da emancipação e abolição. Essa reflexão que anunciava suas percepções de liberdades dos escravizados, atrelando a essa concepção a instalação de um sistema republicano na província de Pernambuco. Frente à realidade emancipacionista, na qual se viam como responsáveis por reivindicar os direitos políticos dos cidadãos pernambucanos, a imprensa republicana também protagonizou debates abolicionistas onde defenderam abertamente na opinião pública recifense seus posicionamentos pela ruptura total da escravidão.

REFERÊNCIAS

FONTES

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN)

A República, 1871.

A Luz, 1873-1874.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem no império*. In: História da Vida Privada no Brasil (v.2) São Paulo: CIA das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. *O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

ARMITAGE, David. *Três conceitos de História Atlântica*. História Unisinos, São Leopoldo-RS, v. 18, n. 2, p.206- 217, mai/ago, 2014, p.207.

BUARQUE de Holanda, Sérgio (Organizador). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, O Brasil Monárquico, Volume 03. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003,

CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822 - 1850. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998, 353 p.

CARVALHO, José Murilo de.: *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p;

CASTILHO, Celso. “*Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*”. Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008.

COSTA, Lenira Lima da. *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888* - Recife, 2007. 150 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. *Variações sobre o conceito de povo no regime democrático*. Estudos Avançados, n°11, (31), 1997. p. 213.

DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

EISENBERG, Peter L., *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910*. Rio de Janeiro/Campinas, Paz e Terra/Unicamp, 1977.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/CEAA-UCAM, 2001.

LIMA, Ivana Stolze (Org.); GRINBERG, Keila (Org.); REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994;

_____ e CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015.

MATTOS, Hebe. Um livro “tosloico” contra a “brutalidade yankee”: Á África e a abolição da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia na escrita de si de André Rebouças (1870-1898). In: LIMA, Ivana Stolze (Org.); GRINBERG, Keila (Org.); REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MARQUESE, D Tomich. In: *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MENUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil: Rio de Janeiro, 1820-1850*. São Paulo: Intermeio; FAPESP, 2016. 328 p.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

QUINTAS, Amaro. *O espírito "Quarante-Huitard" e a Revolução Praieira*. *Revista de História*, v. 19, n. 40, p. 303-324, 1959.

SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco. Um pensador do Império, Rio de Janeiro: Topbooks 2002, esp. cap. 2; _____. *As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o caso saquarema*. In GRINBERG, Keila Grinberg; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3. 2009

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador. D. Pedro II: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.

O Processo Decisório do Supremo Quando Provocado a Interferir em Cargos Políticos: Tempos de Resposta e Individualização das Decisões (2015-2017)¹

The Brazilian Supreme Court's Decision-Making Process When Provoked to Interfere in Political Offices: Time-lapse and Individualization of Decisions (2015-2017)

Gabriela Fischer Armani²

RESUMO

Eventos como o afastamento de deputados e a suspensão da nomeação de ministros de Estado por decisões judiciais passaram a fazer parte da dinâmica política brasileira. Este trabalho investiga como tem se comportado o Supremo Tribunal Federal quando provocado a interferir em cargos políticos dos demais poderes republicanos quando não há previsão expressa na Constituição Federal. São mapeados os casos que trataram do tema entre fevereiro de 2015 e novembro de 2017. Emprega-se a metodologia de estudo de caso, associando-se padrões e contrastes entre eles. Considerando diagnósticos existentes sobre as práticas decisórias das cortes judiciais, levantam-se dados sobre o processo decisório do Supremo e seus ministros. São dois os eixos de sistematização: tempos de resposta e caráter individual ou coletivo das decisões, que sugerem três possíveis usos estratégicos do juízo individual. A pesquisa é predominantemente descritiva e exploratória.

PALAVRAS-CHAVE: Supremo Tribunal Federal; processo decisório; relações entre poderes; cargos políticos.

ABSTRACT

Events such as the removal of deputies and the suspension of the appointment of ministers of state by judicial decisions have become part of the Brazilian politics. This paper investigates how the Brazilian Supreme Court has behaved when it is provoked to interfere in political offices of the other branches of the Republic in cases in which there is no express provision in the Federal Constitution. The cases decided about the topic between February 2015 and November 2017 are mapped. The case study methodology is adopted, associating patterns and contrasts among them. Considering existing diagnoses about the decision-making practices of the judicial courts, the research present data about the decision-making process of the Supreme Court and its ministers. There are two branches of systematization: time-lapse until the first and among decisions and the individual or collective character of the decisions, which suggest three possible strategic uses of individual judgment. The research is predominantly descriptive and exploratory.

KEYWORDS: Brazilian Supreme Court; decision-making process; relations among different branches of the State; political offices.

1 Este trabalho é fruto da monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ARMANI, 2018).

2 Mestranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), bolsista do CNPq e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Judiciário e Democracia (JUDE/USP). E-mail: gabrielafarmani@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A expansão do poder judicial não é fenômeno novo, tampouco são as tensões existentes entre o Judiciário e os demais poderes republicanos. Em 2008, já se anunciava a presença de demandas que provocavam a interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) em temas do cotidiano político, sendo difícil pensar em um tema da vida política contemporânea que não tivesse reclamado ou viesse a exigir a intervenção do Supremo (VIEIRA, 2008) – diagnóstico referendado na década subsequente (OLIVEIRA, 2017).

Desde 2012, uma dimensão específica da vida política parece ter ganhado espaço no STF: o envolvimento de diversos políticos do Executivo e Legislativo federais em processos judiciais, especialmente em investigações por corrupção. Nesse ano foi julgada a Ação Penal n. 470, com alto número de políticos envolvidos e especial captação da atenção da opinião pública (FALCÃO; ARGUELHES; RECONDO, 2016). Em 2014, foi deflagrada a Operação Lava Jato e realizadas as eleições federais cujo resultado foi o mais acirrado da história do país, seguindo-se o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e um elevado número de parlamentares respondendo a investigações ou processos por corrupção (CONGRESSO EM FOCO, 2017).

Nesse contexto, foram apresentados à corte pedidos de limitação, afastamento e impedimento do exercício de cargos políticos de âmbito federal, alicerçados, em regra, em denúncias por corrupção. Parte desses pedidos tem se destacado pela inexistência de previsão constitucional expressa a autorizar a interferência,³ decorrendo da interpretação de institutos do direito penal e/ou administrativo. Em resposta, foram proferidas decisões que suspendem ou restringem mandatos eletivos e nomeações discricionárias. Frente à ausência de comando constitucional, a complexidade da tomada de decisão ganha contornos próprios, haja vista a diversidade de concepções acerca dos limites de atuação interpretativa do Supremo.⁴

Por se tratarem de situações em que a atuação judicial pode produzir efeitos na própria composição política, expressão da decisão do eleitorado, o tema reflete a tensão do exercício do

3 Considera-se ausente previsão expressa quando não se trata de situação ou violação expressa – ou seja, literal – dos artigos 53, 55, 56, 86 e 87 da Constituição Federal. Nos casos analisados, a discussão da interferência é fundada em normas e argumentações que extrapolam a previsão constitucional literal. A seleção foi minimalista: a mínima existência de controvérsia a extrapolar a previsão literal implicou em inclusão do caso na análise.

4 É debate clássico da teoria constitucional a amplitude de interpretação das cortes constitucionais, divergindo-se a respeito de sua legitimidade para dar a “última palavra” (MENDES, 2014).

poder contramajoritário do Judiciário na democracia (ARANTES e KERCKE, 1999). Assim, este trabalho se propõe a apresentar elementos sobre como tem decidido o Supremo quando provocado a interferir em cargos políticos sem que haja previsão expressa na Constituição. Embora reconhecida a influência que exercem outros diversos aspectos do comportamento judicial, elegeram-se, para este estudo, duas categorias de observação: os tempos decorridos até as respostas do Supremo e o caráter individual ou colegiado dos juízos proferidos.

Examinar o comportamento de uma instituição em meio ao momento histórico em que este se manifesta implica reconhecer os limites da pesquisa. Assim, este trabalho se pretende exploratório, cuja possibilidade de análise é, portanto, limitada. Além de levantar elementos sobre o comportamento decisório do Supremo nos casos estudados, amplamente relevantes à dinâmica da democracia institucional, talvez sua principal contribuição seja corroborar a importância da investigação empírica das práticas institucionais.

METODOLOGIA

O método adotado é o estudo de caso, em sua perspectiva descritiva e exploratória, a partir da roteirização de Robert Yin (2001). A questão de estudo é como decide o STF, provocado a interferir em cargos políticos do Executivo e Legislativo, quando inexistente previsão expressa da interferência na Constituição Federal. Abrangem-se os cargos: ministros de Estado, presidência da República, presidências das casas legislativas federais e do Congresso Nacional, deputados federais e senadores.

Busca-se associar padrões e contrastes entre os casos que se enquadram nos parâmetros de objeto e de tempo referidos. Foram utilizados como fontes de pesquisa, além das decisões, os andamentos processuais dos casos e notícias a seu respeito veiculadas no sítio do STF. A unidade de análise consiste nas decisões proferidas entre 2 de fevereiro de 2015 e 30 de novembro de 2017⁵. Embora reconhecida a limitação das informações oficiais, optou-se pela restrição às informações

5 Considerando o início oficial do Ano Judiciário de 2015 pelo STF em 2 de fevereiro de 2015, esse foi o marco inicial da consulta. A data final da coleta foi limitada pela data de conclusão do curso de graduação da autora.

escritas disponibilizadas pelo STF a respeito de seu processo decisório: além das decisões, diligências e andamentos processuais.

Para examinar os dados, adotou-se a proposição de padrões de ligação descrita por Donald Campbell e sugerida por Yin (CAMPBELL apud YIN, 2001) ao método de estudo de caso. Para sua identificação como padrão, espera-se que os elementos sejam suficientemente contrastantes, para que possam ser observados ao menos dois padrões opostos de comportamento (YIN, 2001).

Os casos que compõem o objeto da pesquisa foram coletados via plataforma intitulada, à época, *Notícias STF*, seção alimentada diariamente na página oficial da instituição⁶. Considerando serem casos dotados de notoriedade, tratando de cargos e políticos pertencentes ao cenário político federal, e que a seção de notícias relata número volumoso de decisões e trâmites da corte, a consulta de todas as notícias veiculadas nesse intervalo de tempo pareceu estratégia suficiente para abarcar as decisões proferidas no período.

A fim de responder à pergunta – *Como se dá o processo decisório do Supremo quando provocado a interferir em cargos políticos sem que haja previsão expressa na Constituição Federal?* –, decidiu-se averiguar como tem decidido o STF nas ações que têm como tema medidas de limitação⁷ do exercício de cargo de integrantes dos poderes Executivo e Legislativo sujeitos ao julgamento do Supremo, eleitos para ou nomeados após o início da legislatura 2015-2018, nos casos em que não há previsão constitucional expressa do procedimento a ser adotado.

A partir desses critérios, os seguintes casos integram a pesquisa:⁸ (i) Ação Cautelar 4.039, que restringiu a liberdade do senador Delcídio Amaral; (ii) Mandado de Segurança 34.070, que suspendeu a nomeação de Lula da Silva como Ministro de Estado; (iii) Ação Cautelar 4.070, que afastou o deputado Eduardo Cunha do mandato e da presidência da Câmara dos Deputados; (iv) Mandado de Segurança 34.196, que debateu a impossibilidade de o presidente interino nomear ministros de Estado; (v) Reclamação Constitucional 23.418, que requereu a suspensão da nomeação de membro do MPF (Eugênio José Aragão) como Ministro de Estado; (vi) Arguição de

6 Optou-se pela análise das decisões noticiadas porque, em tentativa inicial de coleta de dados via palavras-chave em pesquisa jurisprudencial, foram encontrados obstáculos para atingir a totalidade de decisões sobre o tema, tendo em vista que a categoria analítica proposta agrega tipos de ações, partes e conteúdo de decisões diversos.

7 É entendido por “limitação” todo pedido que envolva ingerência judicial sobre o exercício de cargo político, desde afastamento temporário do cargo até prisão, por exemplo.

8 Quando houve outros temas tratados nas ações que não a interferências em cargos políticos, não foram consideradas, na análise, movimentações e decisões que trataram exclusivamente de temas e litigantes diversos. Exemplo: na AC 4.327, houve outras pessoas que integraram o polo passivo, como Andrea Neves e Frederico Pacheco de Medeiros. As decisões e movimentações que trataram exclusivamente desses casos não integraram o levantamento.

Descumprimento de Preceito Fundamental 402, que discutiu a impossibilidade de réus em processo penal ocuparem cargos da linha sucessória da Presidência da República, em que foi postulado o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado Federal; (vii) Mandado de Segurança 34.609, que requereu a suspensão da nomeação de Moreira Franco como Secretário-Geral da Presidência da República; (viii) Ação Cautelar 4.327, que postulou a imposição de medidas restritivas de liberdade ao senador Aécio Neves; (ix) Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.526, em que foi determinada a submissão da imposição de medidas cautelares que limitem o exercício parlamentar à respectiva casa legislativa. O anexo A sistematiza suas informações.

O PROCESSO DECISÓRIO DO SUPREMO QUANDO PROVOCADO A INTERFERIR EM CARGOS POLÍTICOS

Eleito um tema fronteiro entre o direito e a política, a forma de olhar para o fenômeno foi influenciada por correntes teóricas normativas e explicativas. Embora com lentes distintas, ambas fornecem um apanhado de diagnósticos relevante para os fins deste trabalho: explorar e descrever as práticas do Supremo.

No campo normativo, autores dedicados à análise do caráter deliberativo das cortes constitucionais reivindicam, há algum tempo, a importância de se analisar não apenas *o quê* a corte decide, mas *como* ela decide (MENDES, 2013; SILVA, 2013). Um dos principais diagnósticos relativos ao Supremo é a identificação de que a corte não decide como instituição, mas se resume à soma dos votos dos seus ministros (SILVA, 2009), denominados juízes solistas (MENDES, 2012). Além das regras organizacionais, práticas judiciais, como apenas revelar as informações que corroboram sua posição e a ausência de construção de uma decisão coletiva contribuiriam para o caráter agregativo da tomada de decisão e o individualismo observado (SILVA, 2013).

Partindo de leituras realistas, especialmente na ciência política, outros autores têm se proposto a explicar o comportamento do Supremo e seus ministros. Uma de suas vertentes, o modelo estratégico, aponta que magistrados podem se comportar estrategicamente, definindo quando levar determinados temas a julgamento e como se posicionar a depender dos resultados que busquem atingir, os quais nem sempre expressam suas preferências pessoais. Um diagnóstico

de pesquisas empíricas é que o STF tende a decidir, em pautas políticas, em consonância com as preferências dos demais poderes, desafiando-os apenas ocasionalmente (DA ROS, 2008; OLIVEIRA, 2017). Além de suas inclinações jurídicas/políticas, ministros considerariam as posições de seus pares e de outros atores políticos implicados no debate (DA ROS, 2008). Nessa perspectiva, sua atuação seria interdependente, essencialmente em relação aos demais magistrados e políticos afetados pela questão (EPSTEIN; KNIGHT, 1998).

Uma contribuição presente em diversas vertentes da literatura é a constatação de que fatores endógenos, presentes na dinâmica interna do tribunal, concorrem para a forma como se dão os julgamentos. Nesse sentido, destaca-se o poder da definição de agenda, faculdade exercida pelos magistrados que exercem influência no processo de definição de quando o caso vai a julgamento pelo colegiado (ARGUELHES e RIBEIRO, 2018). Uma das variáveis decisivas nesse sentido é o tempo, pois permite demonstrar o comportamento estratégico dos juízes, na medida em que agilizam, retardam ou alteram as trajetórias de julgamento (LIMA; GOMES NETO, 2016).

Assim, a atuação do Supremo resultaria de ações e omissões em ao menos dois níveis: quanto à agenda – pelos julgamentos postergados e formalizados – e quanto à tensão entre a ação institucional e o comportamento individual dos ministros. Em ambas as esferas, o plenário restaria subalternizado à performance individual (FALCÃO e ARGUELHES, 2017). O diagnóstico recente indica uso substancial de prerrogativas individuais pelos ministros (OLIVEIRA, 2017a; ARGUELHES e RIBEIRO, 2018), o que, em conjunto com coberturas midiáticas intensas, teria corroborado a personalização da instituição em seus integrantes (OLIVEIRA, 2017).⁹

Assim, a partir desses diagnósticos da literatura, estruturaram-se, para fins deste trabalho, eixos de observação centrados (i) no tempo; (ii) no caráter individual ou coletivo das decisões proferidas.

TEMPOS DE RESPOSTA

O tempo que o Supremo tarda para proferir uma decisão pode variar consideravelmente. O elemento *tempo* remete, inicialmente, ao controle de agenda exercido pela presidência do tribunal

⁹ Além do uso de prerrogativas individuais, estudos apontam para a existência de coalizões decisórias na instituição (OLIVEIRA, 2017a; MARTINS, 2018; MARIANO SILVA, 2018), de modo que nem sempre o diagnóstico de “solistas” explicaria o comportamento decisório.

para que um processo seja pautado. Estima-se que, até a presidência de Nelson Jobim (2004-2006), não teria havido, em regra, grandes preocupações da presidência com a conveniência e a oportunidade das decisões pautadas, com o *timing* político dos juízos proferidos ou com o seu impacto para além das partes diretamente envolvidas. A partir de Jobim, a eleição de pauta teria passado a atentar, entre os processos encaminhados para julgamento pelos ministros, naqueles que correspondessem ao momento político-jurídico em voga, priorizando as ações em que houvesse maior expectativa/demanda da opinião pública (FALCÃO e OLIVEIRA, 2012). Outros elementos, como o ministro relator, o assunto e a classificação processual da ação também são apontados como bons indicadores da chance de um processo ser incluído em pauta. Além disso, a estruturação da pauta pela presidência tampouco garante que o processo seja efetivamente julgado (ESTEVEVES, 2018).

A observação de Falcão e Oliveira sugere a amplitude do poder presidencial quanto à eleição dos processos a serem apreciados. Entretanto, como bem sinalizado por Arguelhes e Ribeiro (2018), para que um processo seja pautado, deve ser encaminhado para tanto. Assim, o ministro que detém a relatoria do feito exerce papel central na determinação do tempo percorrido entre atos processuais. Silva, ao entrevistar ministros do STF, verificou que eles próprios atribuem funções de agenda ao relator, como ilustram os depoimentos que colheu:

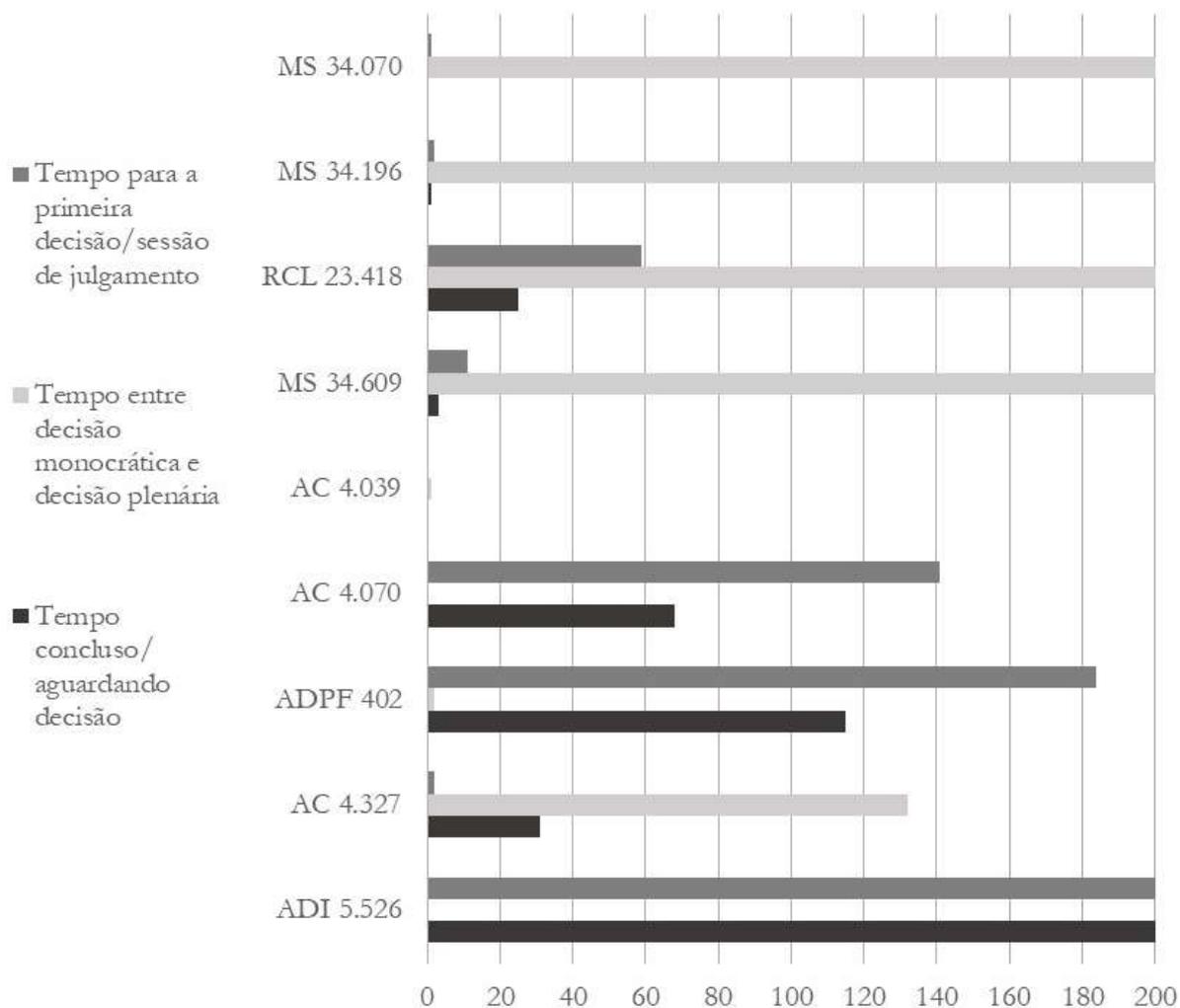
O relator administra a tese que ele tem sob julgamento com o tempo. Se ele for uma pessoa de visão tática, aí é uma questão não estritamente técnico-jurídica, mas que faz parte da formação do ser humano e também de quem chegou à Suprema Corte, de saber o seguinte: 'olha esse não é o momento de eu levar tal tema'. (...)
O relator tem um papel quase absoluto quanto à agenda, porque o processo só vai a julgamento a partir do momento em que ele resolva levar o processo a julgamento. (...) Esse é um poder grande de supressão da discussão. (SILVA, 2015, p. 189-190)

Em atenção a esses aspectos, foram examinados nas decisões analisadas: tempo decorrido entre o ajuizamento das ações e a primeira decisão ou sessão de julgamento; tempo em que as ações estiveram aguardando decisão, sem que houvesse, ao menos formalizado nos autos, trâmites em execução¹⁰; tempo entre decisão monocrática e decisão plenária (se houver). O anexo B exhibe as

10 A depender do critério de contagem, essa medida pode variar. Neste trabalho, foi considerado o período de tempo entre a última conclusão ao relator pós-diligência ou movimentação e a data da decisão/sessão de julgamento subsequente. Não foram considerados períodos aguardando parecer da PGR, AGU ou contrarrazões das partes. Períodos sem movimentações inferiores a sete dias também não foram contabilizados. Assim, a medida é um indicativo mínimo do tempo em que houve alguma flexibilidade do relator e/ou presidente para decidir/pautar a ação. Não reflete diretamente o tempo em que uma decisão poderia ter sido tomada, pois há movimentações facultativas, não contabilizadas nessa medida, que não impediriam que a ação tivesse sido decidida ou pautada em órgão colegiado antes.

datas dos eventos. O quadro abaixo exhibe a comparação entre as variações de tempo nos casos estudados:

**Tempos de resposta por caso até novembro de 2017
(em dias)**



	ADI 5.526	AC 4.327	ADPF 402	AC 4.070	AC 4.039	MS 34.609	RCL 23.418	MS 34.196	MS 34.070
■ Tempo para a primeira decisão/sessão de julgamento	200	2	184	141	0	11	59	2	1
■ Tempo entre decisão monocrática e decisão plenária	0	132	2	0	1	200	200	200	200
■ Tempo concluso/ aguardando decisão	200	31	115	68	0	3	25	1	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados retirados do sítio do STF.

O gráfico aponta que, em alguns casos semelhantes, o tempo decorrido para a tomada de decisão variou consideravelmente¹¹. Nos casos que pleitearam a suspensão da nomeação de ministros de Estado, os MS 34.070, 34.609 e 34.196 foram objeto de decisões rápidas, proferidas em até oito dias. Em relação ao MS 34.070, Lima e Gomes Neto (2016) destacaram a diferença existente entre o tempo para seu julgamento (um dia) e a média de tempo que costumam aguardar outros mandados de segurança no gabinete do relator (37 dias). A Reclamação 23.418 recebeu tratamento diverso. Além de não ter sido objeto de decisão logo que ajuizada, esteve cerca de 25 dias aguardando julgamento, sem indicativos de movimentação que justificassem a espera. A perda de objeto foi declarada dois dias após a exoneração do ministro.

A variação de tempo foi maior em relação às cautelares que postulavam a interferência em mandatos parlamentares. Enquanto as AC 4.039 e 4.327 tiveram decisão proferida, respectivamente, um dia e dois dias após o pedido, na AC 4.070 passaram-se mais de cinco meses entre o ajuizamento e a decisão, que foi proferida em caráter monocrático para suspender liminarmente mandato parlamentar. Os autos da AC 4.070 ficaram sem movimentação por quase 70 dias.¹² Para Almeida (2019), a demora na decisão permitiria inferir uma postura do STF no sentido de evitar interferir em desfechos que tomavam forma pela própria dinâmica da crise política. A decisão foi tomada logo após o início do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara, e em meio à tensão do processo de cassação do mandato do então deputado Eduardo Cunha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Outras variações também merecem atenção. Na AC 4.327, por exemplo, foi proferida uma decisão e, pouco mais de um mês depois, outra, ambas monocráticas. A nova decisão foi justificada em razão de premente recesso do Supremo. Observe-se que o processo havia sido incluído na pauta da 1ª Turma e, sem ter sido finalizado o julgamento, foi proferido posterior juízo

11 Em razão da variabilidade de tempos decorridos, foi necessário delimitar o número máximo de dias na representação gráfica. Estão na escala 200 todos os casos que ultrapassaram 200 dias de espera na categoria apontada pela legenda e/ou em que não houve fim da espera. MS 34.070, 34.196, 34.609 e a Reclamação 23.418 receberam a numeração 200 porque não tiveram decisão colegiada. Na ADI 5.526, o número de dias foi limitado a 200 nas categorias “tempo concluso/sem movimentação” e “tempo para a primeira decisão”, a fim de viabilizar a representação do contraste com demais casos, mas os dias efetivamente decorridos foram 280 dias e 1 ano e 5 meses, respectivamente. O anexo B elucida os tempos levados em consideração.

12 Na fundamentação da decisão da AC 4.070, verifica-se que os atos motivadores da medida cautelar teriam ocorrido antes do ajuizamento da ação, de modo que a liminar, por esses fundamentos, poderia ter sido proferida logo que foi requerida.

monocrático. Os autos tardaram cerca de três meses para retornar à discussão colegiada, como elucida o anexo B.

A ADPF 402 inter-relaciona as situações estudadas. Veiculada em maio de 2016 para debater a viabilidade de réus em processo penal ocuparem cargos sucessórios da presidência, possuía pedido liminar de afastamento de Eduardo Cunha. Tendo ele sido afastado pela liminar proferida na AC 4.070, o mérito da ADPF não foi discutido até dezembro de 2016, quando Renan Calheiros passou a ser réu perante o Supremo, trazendo o debate à tona novamente. Nesse caso, o novo fato foi criado pelo próprio STF, que poderia ter tornado Renan réu desde, pelo menos, 2013: “Foi o Supremo que tornou ‘novo’ algo tão antigo” (ARGUELHES, 2017, p. 66).

A ADI 5.526 foi palco de situação intrigante. Discutia, em caráter abstrato, a submissão das decisões do Supremo que interferissem no exercício de mandatos parlamentares em caráter liminar à apreciação da casa legislativa. Em outras palavras, debatia a questão de mérito presente nos pedidos cautelares examinados nesta pesquisa. A ADI foi ajuizada em 13 de maio de 2016. Após essa data, foi concedida liminar na AC 4.327 e na ADPF 402, ambas cautelares impostas a parlamentares no exercício de cargos de chefia de casa legislativa. Assim, embora já tramitasse ação em nível abstrato sobre o mesmo tema, quando o pleno do STF poderia definir a interpretação constitucional na matéria, os ministros optaram por proferir decisões nas situações concretas em vez de priorizar um posicionamento constitucional e abstrato. Além disso, destaca-se que essa ação, cuja centralidade à pauta política é notória, dado o número de ações com tal fim decididas em intervalo de tempo tão exíguo, somente foi a julgamento em outubro de 2017 – 17 meses após o seu ajuizamento. A ação ficou sob vista da Procuradoria-Geral da República (PGR) por quase seis meses e, depois disso, aguardou no gabinete do relator por mais nove, dos quais ficou seis meses sem movimentação (ver anexo B).

Um último elemento a ser destacado em relação aos tempos de resposta diz respeito aos pedidos de vista, afinal, nem sempre o silêncio do Supremo decorre de inação do relator. Um pedido de vista pode suspender um julgamento e tardar a reiniciá-lo. Esse foi o caso da ADPF 402, cuja apreciação colegiada foi interrompida duas vezes por pedidos de vista que tardaram a ser encerrados. Um deles tardou mais de mês, a pedido de Dias Toffoli, e outro mais de 10 meses, vista dada a Gilmar Mendes. O artigo 134 do Regimento Interno do STF (RISTF) prevê que, concedida vista a um ministro, deverão ser devolvidos os autos após duas sessões ordinárias do colegiado, prazo não observado por nenhum dos ministros no caso em comento. Quanto à PGR,

o regimento prevê que, caso não definido prazo diverso, o órgão terá direito a 15 dias de vista. Quanto à devolução dos autos, o §2º do artigo 50 apenas prevê que, findo o prazo, o relator poderá requerê-los (STF, 2020). No caso da ADI 5.526, anteriormente comentado, os autos foram requisitados à PGR quase cinco meses após a concessão da vista.

Considerando as informações apontadas, segue-se o próximo eixo, em que será relacionada a variação nos tempos de resposta e as práticas de tomada de decisão dos relatores.

INDIVIDUALIZAÇÃO DAS DECISÕES

A Constituição Federal, no artigo 103, atribuiu a guarda da Constituição ao STF, não dispondo sobre o poder decisório dos ministros individualmente. O RISTF (2020) prevê, no artigo 5º, ser competência do plenário processar e julgar, originariamente, mandados de segurança contra atos do Presidente da República e pedidos de medida cautelar¹³ nas representações oferecidas pelo Procurador-Geral da República, em seus incisos V e X – respectivamente, duas das ações mais veiculadas entre as analisadas. No entanto, o nível de individualização dos juízos emitidos pelo Supremo chama a atenção¹⁴.

Retrato importante da individualização são as liminares concedidas monocraticamente. Arguelhes e Hartmann (2017) argumentam que, no caso de haver necessidade de exarar liminar em casos delicados, como o relativo à nomeação de ministros, o relator deveria buscar diminuir ao máximo o tempo decorrido entre a decisão monocrática e a apreciação colegiada, e só inserir na fundamentação o necessário para justificar a concessão da medida, evitando adentrar o mérito.

Este eixo destina-se a verificar o nível de individualização do julgamento dos casos estudados. A partir do anexo B, é possível observar que, dos nove casos, quatro nunca foram apreciados por órgão colegiado do Supremo – nem pelo plenário, nem pelas turmas. Em sete dos nove casos, a primeira decisão foi individual. Em um caso a liminar monocrática foi proferida após uma sessão plenária em que a maioria dos ministros havia se manifestado, embora não tivesse sido

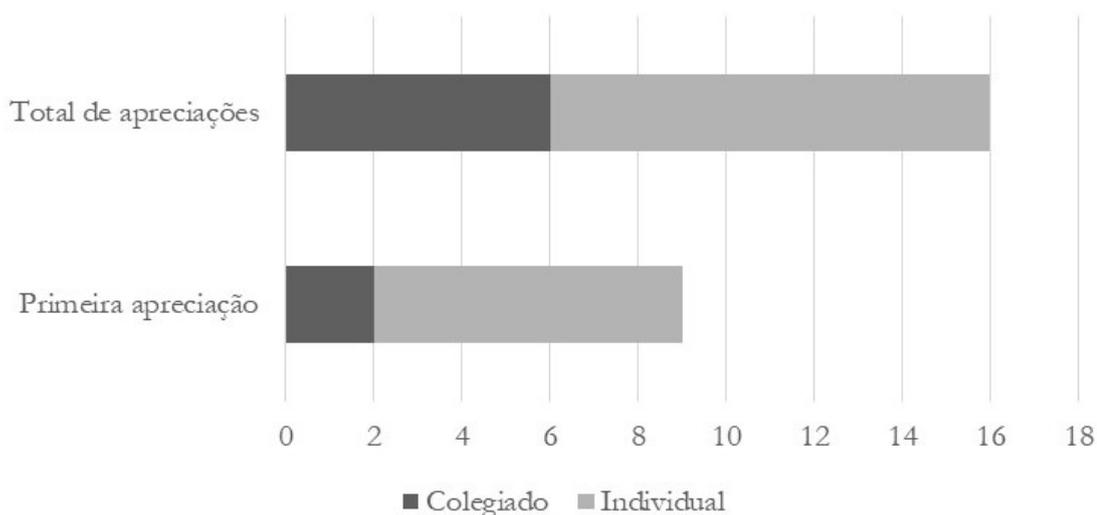
13 O RISTF (2020) prevê, ainda, no art. 8º, que o julgamento de medidas cautelares compete ao plenário e às turmas, nos feitos de sua competência. O artigo 21, IV, estabelece como atribuição do relator submeter “medidas cautelares necessárias à proteção de direito suscetível de grave dano de incerta reparação, ou ainda destinadas a garantir a eficácia da ulterior decisão da causa”.

14 Segundo Cármen Lúcia, em 2017, das 123.008 ações julgadas, mais de 110.000 foram por decisões monocráticas (STF, 2017).

proferido julgamento, suspenso em razão de pedido de vista¹⁵. Foi apenas um o caso em que não foi proferido juízo individual: a ADI 5.526, na qual se decidiu submeter cautelares impostas a parlamentares – que impeçam, direta ou indiretamente, o exercício do mandato – à casa legislativa¹⁶.

O gráfico abaixo analisa o caráter individual ou colegiado (turma ou plenário) da primeira apreciação realizada em cada caso e no total de apreciações realizadas.

Apreciações individuais e colegiadas na primeira e no total de apreciações até novembro de 2017



Fonte: elaboração própria a partir dos dados retirados do sítio do STF.

Como se pode observar, apenas dois casos (ADPF 402 e ADI 5.526) foram inicialmente apreciados no colegiado, muito embora na ADPF 402, como referido, não tenha sido concluído o julgamento, tendo sido a primeira decisão uma liminar monocrática.

Atendo-se à segunda coluna, percebe-se que, das 16 apreciações analisadas¹⁷, dez foram monocráticas e seis colegiadas. Das colegiadas, quatro referendaram liminares (AC 4.039, AC 4.070, ADPF 402 e AC 4.327). Assim, apenas duas apreciaram o mérito originariamente (ADPF 402 e ADI 5.526). Embora o conteúdo das decisões não seja o foco deste trabalho, consigna-se que o

15 Isso ocorreu na ADPF 402, relativa à (im)possibilidade de réus penais ocuparem cargos sucessórios da presidência, quando, após diversas manifestações, um ministro pediu vista dos autos e o julgamento foi suspenso. Marco Aurélio proferiu decisão monocrática após essa sessão.

16 Reitera-se que, enquanto este caso aguardou julgamento, outras decisões relativas à matéria foram tomadas.

17 Consideram-se “apreciações” as decisões individuais e as sessões de julgamento, com ou sem a sua finalização. O anexo B indica as apreciações consideradas no levantamento.

MS 34.196 parece ser o único caso em que há previsão institucional para decisão terminativa individual¹⁸, porque há jurisprudência pacífica do STF em relação à ilegitimidade ativa do impetrante, diretório partidário municipal, o que autorizaria a sua apreciação pelo relator.

Quanto às matérias debatidas nas ações estudadas, é possível verificar que nenhum dos casos que tratou da suspensão de nomeação de ministros de Estado foi apreciado pelas turmas ou pelo plenário. Por isso, a possibilidade de utilização de mandados de segurança coletivos por partidos políticos para a defesa de direitos difusos, que é uma problemática de fundo dos três casos ajuizados com este fim, segue sem pacificação pelo tribunal.

Quanto ao caráter das decisões colegiadas, o fato de que mais da metade dessas apreciações consistiu em referendo de liminares monocráticas reflete um espaço de decisão individual sem controle coletivo (ARGUELHES; RIBEIRO, 2018). Embora admitidas pela legislação, a maneira como os ministros usam o poder de proferir liminares é uma questão: há aquelas que fortalecem decisão colegiada futura, ao passo que outras contrariam o poder do plenário e podem mantê-lo silente (ARGUELHES; HARTMANN, 2017).

Uma das maneiras de controlar o silêncio do plenário é quando a decisão é proferida individualmente e a apreciação colegiada é adiada por ações atribuídas ao relator. Uma prática não raras vezes observada é quando este profere uma decisão e não a leva para manifestação de seus pares até a ação perder o objeto. O relator também pode controlar a manifestação judicial apenas não levando o pleito a julgamento: nem individual, nem coletivo.

Embora as maneiras de blindar a decisão monocrática da apreciação colegiada exerçam papel significativo nas estratégias de julgamento dos ministros do Supremo, outro elemento parece relevante: se um ministro concede uma liminar de afastamento/suspensão de nomeação de cargo político, quando tal decisão chega à apreciação do plenário, ainda que apenas horas depois, a deliberação gira em torno do referendo, ou não, da medida já imposta (FALCÃO; ARGUELHES, 2017). A diferença é sutil, mas parece importante. A concessão de liminares antes da submissão do tema ao plenário pode ser uma ação estratégica: estabelecer nova configuração dos fatos quando do julgamento colegiado, impulsionando este para o referendo de seu juízo particular.

Sem excluir a diversidade de possibilidades interpretativas passíveis de adoção, identificaram-se três ênfases de utilização estratégica do juízo individual no estudo dos casos sob

18 O RISTF (2020) prevê, em seu art. 21, §1º, que o relator poderá negar seguimento a pedido contrário à jurisprudência dominante do STF.

exame: (i) quando as liminares individuais não vão ao plenário de imediato; (ii) quando o relator silencia – “pautas esquecidas”; (iii) quando as liminares individuais impulsionam o julgamento colegiado.

Ênfases de utilização estratégica do juízo individual

Ênfases	Caracterização	Decisões enquadradas
(i) Liminares individuais não vão ao plenário de imediato	Quando é proferida decisão individual e o julgamento do colegiado tarda por razão evitável pelo relator.	MS n. 34.070 (suspensão da nomeação de Lula da Silva)
		MS n. 34.609 (manutenção da nomeação de Moreira Franco)
		AC n. 4.327 (suspensão das cautelares impostas a Aécio Neves)
(ii) “Pautas esquecidas” pelo relator	Quando o relator tarda a proferir decisão individual e/ou a levar o pleito a julgamento colegiado.	AC n. 4.070 (afastamento de Eduardo Cunha)
		RCL n. 23.418 (suspensão da nomeação de Eugênio Aragão)
		ADI n. 5.526 (submissão de cautelares à casa legislativa)
(iii) Liminares individuais impulsionam o julgamento colegiado	Quando a liminar é dada imediatamente antes da apreciação plenária, impulsionando o colegiado.	AC n. 4.039 (prisão Delcídio do Amaral)
		AC n. 4.070 (afastamento de Eduardo Cunha)
		ADPF n. 402 (afastamento de Renan Calheiros)

Fonte: elaboração própria.

Quanto à ênfase (i), identificaram-se três casos em que o recurso parece ter sido utilizado. No primeiro caso (MS 34.070), Mendes suspendeu a eficácia da nomeação de Lula da Silva a ministro de Estado em uma sexta-feira, havendo feriado prolongado na semana seguinte, assegurando em ao menos uma semana a produção de efeitos da liminar antes de apreciação plenária. No entanto, a ação foi pautada somente no mês seguinte, quando o julgamento foi adiado. A liminar do relator foi mantida em vigor até que, impedido de exercer o cargo, Lula fosse exonerado, quando foi declarada a perda de objeto¹⁹. Falcão e Arguelhes mensuram os efeitos políticos da ação do relator:

No período em que ficou fora da apreciação do plenário, a decisão manteve Lula sob a jurisdição de Sérgio Moro. Manteve Dilma sem os benefícios do que poderia ser um grande articulador em um momento crítico do seu processo de impeachment. Legitimou a liberação dos áudios, por Sérgio Moro, de conversas entre Lula e Dilma, mesmo após Moro ter perdido para o Supremo a autoridade sobre essas provas, diante da nomeação de Lula como ministro. [...] tudo indica que jamais saberemos a posição do plenário

19 Foi julgado e não provido pelo plenário, em 29.03.2019, agravo regimental interposto em face dessa decisão.

quanto à constitucionalidade da indicação de Lula. A liminar de Mendes possibilitou um vácuo completo de manifestação institucional. (FALCÃO; ARGUELHES, 2017, p. 22)

Em junho de 2016, as gravações valoradas como prova do desvio de finalidade em que se baseou Mendes foram consideradas inválidas por Zavascki na Reclamação Constitucional n. 23.457. Os efeitos no plano político, todavia, já estavam consumados.

No segundo caso (AC 4.327), o enquadramento foi feito com relação à decisão datada de 30.06.2017, quando Marco Aurélio, em sede de reconsideração, revogou decisão liminar proferida também monocraticamente por Edson Fachin, afastando as cautelares que este tinha imposto a Aécio Neves. Marco Aurélio proferiu a decisão na véspera de recesso do Supremo, utilizando tal fato, inclusive, para justificar sua tomada de decisão. Ao fazê-lo, o ministro reverteu veredito de seu par, fazendo vigorar seu juízo particular durante todo o período de recesso, tendo ido a monocrática de Marco Aurélio à apreciação colegiada da 1ª turma somente após quase três meses. A decisão foi revertida pelo colegiado, que restaurou as medidas impostas por Fachin. Cumpre pontuar que Marco Aurélio teria submetido ao plenário, em 08 de junho 2017, o recurso que se insurgia da decisão de Fachin, mas este não foi julgado naquela data. Assim, face o recesso, decidiu tomar a decisão individualmente. De todo modo, parece evidente que a decisão monocrática por ele veiculada cumpriu com o objetivo de controlar o tempo mínimo, ao menos, de sua eficácia.

Na terceira situação (MS 34.609), Celso de Mello proferiu decisão pouco tempo após o ajuizamento do pleito, em 14 de fevereiro 2017. Foi protocolado recurso seis dias após o veredito. No entanto, após a decisão monocrática, os andamentos processuais disponíveis na plataforma do Supremo se prolongaram de forma que, até o momento final da coleta de dados, a decisão do ministro não havia sido levada ao plenário. Um mês após a decisão, foi determinada a citação de Moreira Franco. Desde então, até 07 de agosto 2017, os autos não exibiram movimentação relevante, data em que foi determinada a oitiva da PGR, com quem o processo permaneceu por mais de dois anos²⁰. Tais informações permitem inferir não ter havido interesse, por parte do relator, de submeter seu juízo ao colegiado, o que permitiu que o ministro cuja nomeação ensejou o ajuizamento da ação seguisse exercendo seu cargo amparado por uma decisão individual.

Quanto à ênfase (ii), foram três as práticas passíveis de enquadramento. O primeiro caso (AC 4.070), relativo ao afastamento de Eduardo Cunha, é inserido nessa ênfase em razão do tempo

20 Em consulta recente, verificou-se ter sido proferida decisão monocrática de perda de objeto em 16.04.2020.

decorrido entre o ajuizamento e a liminar proferida pelo relator. Zavascki determinou o afastamento em caráter excepcional, de urgência, cinco meses após o pedido. Além disso, o pedido foi embasado em condutas de diversas ordens que teriam sido praticadas pelo deputado, muitas cuja ocorrência reporta-se a períodos anteriores. O conteúdo identificado nos autos não parece apontar para uma alteração na situação fática que enseje a mudança de postura. Ademais, o pleito liminar sequer havia sido objeto de decisão de mérito até então. Como registrado anteriormente, quando Zavascki concedeu a liminar, a cassação do mandato do parlamentar aguardava votação na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, o que foi, inclusive, referido pelo relator na decisão.

No segundo caso (Reclamação 23.418), o processo parece ter estado parado durante a maior parte do tempo em que tramitou. Ajuizado em 17 de março de 2016, foram requisitadas informações à AGU apenas em 14 de abril. A partir do vigésimo dia subsequente, esteve concluso, aguardando movimentação. Em 16 de maio foi publicada a portaria que exonerou o ministro de Estado quando, prontamente, Cármen Lúcia proferiu decisão monocrática declarando a perda de objeto do pleito. A relatora esteve quase dois meses com o processo à disposição, segundo as informações disponíveis no acompanhamento processual do Supremo, mas não se manifestou.

No terceiro caso (ADI 5.526), como apontado no tópico anterior, a ação esteve muito tempo à disposição do relator, de modo que parece ter sido uma opção tardar a pautá-la. Ajuizada em 13 de maio de 2016, apenas foi julgada em 11 de outubro de 2017. Esteve cerca de seis meses em vista à PGR e seis meses conclusa ao relator sem nenhuma movimentação, tendo, após manifestação das partes, aguardado ainda mais três meses para pautada. Há uma intrigante coincidência: após o ajuizamento da ação, que discutia em caráter abstrato a interpretação constitucional dada à imposição de cautelares a parlamentares, foi ajuizada ação cautelar requerendo a imposição de concreta de medidas dessa natureza (AC 4.327). Ambas foram distribuídas a Fachin, que optou por conceder a cautelar pleiteada, mesmo ciente de que havia ação constitucional a respeito do tema sob sua relatoria, em que se buscava definição da corte a respeito da constitucionalidade das medidas.

À ênfase (iii) foram associados três casos. Essa ênfase refere-se essencialmente à mudança de perspectiva que a decisão liminar monocrática pode gerar na apreciação plenária. Nas AC 4.039 e 4.070, a decisão monocrática e sua apreciação plenária ocorreram no mesmo dia. No primeiro caso, senador acusado de obstaculizar investigações em curso foi preso em flagrante e assim juridicamente enquadrado por atividades que foram caracterizadas como de organização criminosa.

No segundo, o presidente da Câmara dos Deputados, denunciado por diversos escândalos de corrupção, foi afastado. Em ambos os casos, quando o plenário veio a se manifestar, sua decisão já não implicava em viabilizar a medida cautelar requerida – esta já havia sido executada. A decisão colegiada passou a ser apenas sobre manter a medida anteriormente imposta ou, em vez disso, revertê-la – relaxar a prisão ou retirar o afastamento imposto ao parlamentar. No segundo caso a decisão implicaria na reintegração do congressista à casa legislativa, depois de já ter sido determinado e divulgado o seu afastamento ou, no caso do primeiro episódio, a sua prisão. Tal feito significava reverter o juízo de um par, um ministro da mais alta corte do país, relativo à restrição do exercício de mandato de parlamentar – além de contrariar decisão, no caso de Eduardo Cunha, que correspondia ao anseio de boa parte da sociedade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Quanto ao efeito da decisão individual no julgamento colegiado:

Ao apreciar a decisão individual já tomada, os outros 10 ministros não decidiram se Cunha deveria ser afastado ou não, mas sim se Cunha deveria ser reconduzido de volta ou não. Reconduzir Cunha significaria desautorizar o poder individual de um ministro do tribunal, horas após a imprensa já ter noticiado que “o Supremo” – na verdade, Zavascki – tinha afastado o deputado. (FALCÃO; ARGUELHES, 2017, p. 23)

No último caso (ADPF 402), a situação apresentou contornos distintos. Marco Aurélio concedeu pedido liminar para que Renan Calheiros fosse afastado do cargo de presidente do Senado por figurar como réu perante o STF. A sessão colegiada de 03 de novembro de 2016 foi interrompida por pedido de vista de Dias Toffoli. No dia primeiro de dezembro de 2016, o Supremo recebeu denúncia em face de Renan, que havia sido apresentada em 2013. Marco Aurélio, entretanto, não aguardou o retorno de vista de Toffoli e a conclusão do julgamento pelo conjunto de ministros, decidindo, liminarmente, pelo afastamento de Renan. Como apontado, o momento de alteração da situação do parlamentar decorreu de decisão do próprio Supremo, calcada em fatos anteriores, visto que a denúncia datava de 2013. Dessa maneira, a suposta “urgência” da decisão de afastamento decorreu de ato do próprio STF. De todo modo, ao emitir a decisão liminar, o relator estabeleceu conjuntura que demandou a apreciação imediata da matéria pelo colegiado. Tensionaram-se as relações institucionais, pois a mesa diretora do Senado afirmou que só cumpriria a decisão caso esta fosse confirmada pelo plenário, e Marco Aurélio teria resistido a liberá-la para julgamento (SENADO, 2016).

Apesar de suas peculiaridades, o fato de o relator ter emitido o juízo em caráter monocrático rearranjou os parâmetros em que se pautava a discussão. Como nos casos anteriores, a concessão de medida interventiva antes da apreciação do plenário passou a fazer que a decisão colegiada, em caso de optar pelo afastamento, fosse apenas o referendo da medida já imposta e, não mais, a determinação de que esta fosse, de fato, aplicada. Essa diferenciação, embora tênue, parece diminuir o peso de eventual decisão de interferência pelo colegiado. De outro lado, sobrepesa a escolha de reverter a decisão: a responsabilidade por devolver a presidência do Senado a Renan, dela afastado pela decisão prévia, e o desconforto de contrariar decisão proferida por um de seus membros. Nesse caso, a reação da casa legislativa impôs ainda um terceiro ônus e, após a mesa do Senado recusar-se a cumprir a decisão monocrática, o plenário afastou a liminar e Renan não chegou a deixar a presidência.

A ênfase (iii) busca problematizar que, quando o *status quo* já foi modificado por uma decisão individual, ministros que poderiam até discordar dela terão, a partir de então, razões adicionais para endossá-la. Ao contrariá-la, estariam desautorizando um par no uso de um poder utilizado por todos, embora em nuances e posições diversas, e arriscando responsabilizarem-se ativamente, perante a opinião pública, pelo *status quo* anterior (FALCÃO; ARGUELHES, 2017), uma vez que a reversão da monocrática pelo plenário é responsável por instituir, novamente, a situação prévia.

Diante dos casos estudados, verifica-se que a incidência de decisões individuais foi significativa, delas decorrendo diferentes consequências a depender do juízo emitido. O debate que trata da colegialidade das decisões guarda fortes e potenciais relações com o tópico anterior, uma vez que o tempo se mostra um recurso amplamente gerenciável pelos ministros. Nos casos estudados, destacam-se as diferenças entre as posturas adotadas pela relatoria a depender do caso examinado, agilizando ou retardando a emissão de decisões de mérito, monocráticas ou colegiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento de informações relativas aos tempos decorridos entre marcos de ajuizamento e de tomada de decisões, bem como quanto ao caráter individual ou colegiado dos

juízos proferidos, identificou-se a amplitude do poder de agenda exercido pelos ministros relatores, que parecem ter desempenhado papel central no desfecho dos casos estudados. Por não ter sido objeto de exame deste trabalho, não é possível concluir a respeito da influência dos relatores *no mérito* das decisões. Verificou-se, por outro lado, a sua influência considerável na *forma* como ocorreu o processo de tomada de decisão.

Os dados levantados aproximam-se dos apontamentos realizados pela literatura mobilizada, visto que os rumos de cada processo variaram consideravelmente a partir do modo de condução empreendido pelo relator. Foi possível verificar, ainda, o predomínio de decisões individuais em contrapartida a decisões coletivas. De todos os casos examinados, apenas um teve a primeira decisão proferida pelo plenário. Quanto aos demais casos, cujo primeiro veredito foi de autoria do relator, destacaram-se diferentes formas de utilização desse instrumento, de maneira a aproximar ou afastar sua apreciação do plenário.

Da análise dos casos estudados, propõe-se três ênfases de mobilização do poder de decisão individual empreendidas pelos relatores, as quais estão profundamente conectadas à gestão do tempo do processo: (i) liminares individuais não submetidas ao plenário de imediato; (ii) “pautas esquecidas” pelo relator, que silencia sobre o pedido; (iii) liminares individuais que impulsionam o julgamento colegiado, enviadas prontamente para apreciação.

Assim, com base nos casos estudados, não é possível afirmar como decide o Supremo enquanto órgão. Foi possível, entretanto, descrever como decidem seus membros individualmente. No tema da pesquisa, esse diagnóstico, amplamente apontado em outros recortes, reflete problemas profundos: em parte dos casos analisados, um ministro, via ferramentas procedimentais, inviabilizou o exercício de cargo por político eleito pelo sistema majoritário (como deputados e senadores) ou indicado por detentor de cargo majoritário (como ministros de Estado). Também por ação individual, nunca se saberá, em alguns dos casos, o que decidiria o colegiado.

A pesquisa alimenta questionamentos sobre outros eixos de investigação possíveis dentro do mesmo recorte estabelecido, relativo à interferência judicial em cargos políticos. Estudos de período histórico mais amplo, de averiguação de possíveis coalizões nas decisões colegiadas ou de mudanças de perspectiva nas posições dos ministros, bem como estudos sobre a dinâmica de interação destes com membros dos outros poderes republicanos, poderiam trazer importantes contribuições ao tema.

Cumprido elucidar, por fim, que não era objetivo deste estudo estabelecer correlações profundas entre as condutas do STF no recorte proposto e as abordagens teóricas mobilizadas inicialmente. Diagnósticos produzidos pela literatura foram mobilizados para aproximação ao objeto de pesquisa e para eleger quais indicadores eram relevantes para a descrição empírica do fenômeno. Extrapolaria os limites do trabalho encerrar vinculações dessa natureza. É por isso que a investigação acusa padrões e contrastes de atuação na tomada de decisões em caráter exploratório.

Espera-se que os resultados possam ser aprofundados e eventualmente corrigidos por estudos futuros que sejam capazes de associar as práticas do Supremo com abordagens normativas e/ou explicativas acerca de sua atuação. Por meio dos dados apresentados, busca-se contribuir, ainda que em caráter incipiente, para o estudo crítico das práticas decisórias do STF – órgão central à dinâmica estabelecida entre os poderes republicanos e cuja atuação está profundamente conectada à avaliação da legitimidade das instituições do Estado na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Frederico. Os juristas e a crise: a Operação Lava Jato e a conjuntura política brasileira (2014-2016). **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.2, p. 96-128, ago./dez., 2019.

ARANTES, Rogério Bastos; KERCHER, Fábio. Judiciário e Democracia no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, p. 27-41, 1999,

ARGUELHES, Diego. Renan, Marco Aurélio e o Tortuoso Supremo. In: FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe (Orgs.). **Onze Supremos: o Supremo em 2016**. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, Supra, Jota, FGV Rio, p. 66-68, 2017.

_____; HARTMANN, Ivar. Mendes e Lula: uma liminar contra o plenário do supremo. In: FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe (Orgs.). **Onze Supremos: o supremo em 2016**. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, Supra, Jota, FGV Rio, pp. 41-43, 2017.

_____; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocrazia: o Supremo individual e o processo democrático brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, 37, 1, p. 13-32, 2018.

ARMANI, Gabriela Fischer. **Como decide o Supremo Tribunal Federal quanto à interferência em cargos políticos quando inexistente previsão constitucional expressa: estudo de casos (2015-2017)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal**. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2020.

_____. Acompanhamento Processual AC 4.039. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4892330>>.

_____. Acompanhamento Processual MS 34.070. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4948822>>.

_____. Acompanhamento Processual AC 4.070. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4907738>>.

_____. Acompanhamento Processual do MS 34.196. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4979801>>.

_____. Acompanhamento Processual RC 23.418. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4949341>>.

_____. Acompanhamento Processual ADPF 402. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4975492>>

_____. Acompanhamento Processual do MS 34.609. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5126193>>.

_____. Acompanhamento Processual da AC 4.327. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5188006>>.

_____. Acompanhamento Processual da ADI 5.526. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4982736>>.

Cunha ameaça *impeachment*, e petistas discutem salvá-lo. **Folha de São Paulo**, 01 dez. 2015. Acessado em: 03 mar. 2020 e disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713215-cunha-ameaca-impeachment-e-petistas-discutem-salva-lo.shtml>>.

DA ROS, Luciano. **Decretos Presidenciais no Banco dos Réus: análise do controle abstrato de constitucionalidade de medidas provisórias pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil (1988-2007)**. 2008. 212 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack. **The Choices Justices Make**. Washington, D.C.: Congressional Quarterly Press, 1998.

ESTEVEZ, Luiz Fernando Gomes. O que os números dizem sobre a pauta do STF de Cármen? In: FALCÃO, Joaquim; PEREIRA, Thomaz; ARGUELHES, Diego Werneck; et al (Orgs.). **O Supremo Tribunal Criminal: o supremo em 2017**. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, p. 87-94, 2018.

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck. Onze supremos: todos contra o plenário. In: FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe (Orgs.). **Onze Supremos: o supremo em 2016**. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, Supra, Jota, FGV Rio, p. 20-28, 2017.

_____; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. O STF e a Agenda Pública Nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista? **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p. 429-469, 2012.

LIMA, Flávia Danielle Santiago; GOMES NETO, Jose Mario Wanderley. **Poder de agenda e estratégia no STF: uma análise a partir da decisão liminar nos mandados de segurança nº 34.070 e nº 34.071**. In: NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira. (Orgs.) *Constituição e Democracia II*. 1 ed. Florianópolis: CONPEDI, v. 1, p. 6-22, 2016.

MARIANO SILVA, Jeferson. Mapeando o Supremo: as posições dos ministros do STF na jurisdição constitucional (2012-2017). **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 01, p. 35-54, jan.-abr. 2018.

MARTINS, Rodrigo. **Pontos de Divergência: Supremo Tribunal Federal e comportamento judicial**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MENDES, Conrado Hübner. **Constitutional Courts and Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. O Projeto de uma Corte Deliberativa. In: VOJVODIC, Adriana; PINTO, Henrique Motta; PAGANI, Rodrigo (Orgs.). **Jurisdição Constitucional no Brasil**. São Paulo: Malheiros, pp. 53-74, 2012.

_____. Una División de Poderes Deliberativa: entre el diálogo y la última palabra. In: GARGARELLA, Roberto (Comp.). **Por una Justicia Dialógica: el Poder Judicial como promotor de la deliberación democrática**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, pp. 159-185, 2014.

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. O Supremo Tribunal Federal e a política no Brasil contemporâneo. **Cadernos Adenauer**, XVIII, n. 1, pp. 125-148, 2017.

_____. Quando a corte se divide: coalizões majoritárias mínimas no Supremo Tribunal Federal. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 08, n. 3, pp. 1863-1908, 2017a.

SENADO. Mesa do Senado decide aguardar decisão do Plenário do STF. **Senado Notícias**, 7 dez. 2016. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/06/ Mesa-do-senado-decide-aguardar-decisao-do-plenario-do-stf>>.

SILVA, Virgílio Afonso da. O STF e o Controle de Constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública. **Revista de Direito Administrativo**, Belo Horizonte, v. 250, p. 197-227, 2009.

_____. Deciding without deliberating. **International Journal of Constitutional Law**, 11, p. 557-584, 2013.

_____. “Um voto qualquer”? O papel do ministro relator na deliberação no Supremo Tribunal Federal. **Revista Estudos Institucionais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 181-200, 2015.

Três em cada quatro brasileiros defendem cassação de Eduardo Cunha. **Folha de São Paulo**, 10 abr. 2016. Acessado em 19 de dezembro de 2017 e disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759388-tres-em-cada-quatro-brasileiros-defendem-cassacao-de-eduardo-cunha.shtml>>.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito GV**, n. 8, p. 441-464, jul.-dez. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A – Sistematização de informações dos casos até novembro de 2017

Ação	Objeto	Datas	Partes	Relator	Decisões/ Apreciações	Interferiu?
AC 4.039	Medida restritiva de liberdade ao senador Delcídio Amaral	Ajuizamento: 24/11/15 Decisão: 25/11/15	PGR vs. Delcídio Amaral	Teori Zavascki	Monocrática + Referendo da 2ª Turma (mesma data)	Sim
MS 34.070	Suspensão da nomeação de Ministro de Estado – Lula da Silva	Ajuizamento: 17/03/16 Decisões: 1. 18/03/16; 2. 16/05/16	PSDB e outros vs. Presidente da República	Gilmar Mendes	1. Monocrática; 2. Monocrática	Sim
AC 4.070	Afastamento do deputado federal Eduardo Cunha do mandato e da presidência da Câmara dos Deputados	Ajuizamento: 16/12/15 Decisão: 05/05/16	PGR vs. Eduardo Cunha	Teori Zavascki	Monocrática + Referendo do plenário (mesma data)	Sim
MS 34.196	(Im)possibilidade de o presidente interino nomear ministros de Estado	Ajuizamento: 10/05/16 Decisão: 16/05/16	Diretório Municipal PT Cidade Ocidental/GO vs. Presidente da República	Luis Roberto Barroso	Monocrática	Não (ilegitimidade ativa)
RCL 23.418	Nomeação de membro do MPF como Ministro de Estado – Eugênio José Aragão	Ajuizamento: 17/03/16 Decisão: 16/05/16	PPS vs. Presidente da República	Cármem Lúcia	Monocrática	Perda de objeto
ADPF 402	(Im)possibilidade de réus em processo penal ocuparem cargos da linha sucessória da Presidência da República	Ajuizamento: 03/05/16 Apreciações: 1. 03/11/16 (julgamento interrompido); 2. 05/12/16; 3. 07/12/16. 4. 01/02/17 (continuação de 1., julgamento interrompido – não é contabilizado na análise pois continua 1.).	Rede Sustentabilidade	Marco Aurélio	1. Plenário; 2. Monocrática; 3. Plenário (6x3).	1.Sim; 2.Sim; 3.Não.
MS 34.609	Suspensão da nomeação de Secretário-Geral da PR – Moreira Franco	Ajuizamento: 06/02/17 Decisão: 14/02/17	Rede Sustentabilidade vs. Presidente da República	Celso de Mello	Monocrática	Não

AC 4.327	Medidas restritivas de liberdade ao senador Aécio Neves	Ajuizamento: 15/05/17 Decisão: 1. 17/05/17; 2. 30/06/17; 3. 26/09/17.	PGR vs. Aécio Neves	1. Edson Fachin; 2. Marco Aurélio.	1. Monocrática; 2. Monocrática; 3. 1ª Turma (3x2).	1.Sim; 2.Não; 3.Sim.
ADI 5.526	Submissão da imposição de medidas cautelares a parlamentares ao Congresso Nacional	Ajuizamento: 13/05/16 Decisão: 11/10/17	PP, Solidariedade e PSC	Edson Fachin	Plenário	Não

Fonte: elaboração própria a partir dos dados retirados do sítio do STF.

ANEXO B – Dados sobre datas de ajuizamento e decisões até novembro de 2017

Caso	Data do Ajuizamento	Aguardou julgamento? Observações	Apreciação individual	Data Decisão Individual	Apreciação Plenário
AC 4.039	24/11/15	Não	Liminar monocrática	24/11/15	25/11/15
MS 34.070	17/03/16	Determinada inclusão em pauta em 07/04/16. Julgamento adiado. 16/05/16 perda de objeto.	1. Liminar monocrática 2. Monocrática	1. 18/03/16 2. 16/05/16	Não houve Não houve
AC 4.070	16/12/15	Recesso forense. A partir de 26/02/16 esteve concluso.	Liminar monocrática	05/05/16	Mesma data
MS 34.196	10/05/16	Não	Monocrática	16/05/16	Não houve
RCL 23.418	17/03/16	Parado até 14/04/16 (requisitadas informações AGU). A partir de 20.04.16 esteve concluso. 16/05/16 perda de objeto.	Monocrática	16/05/16	Não houve
ADPF 402	03/05/16	Tentativa de inclusão em pauta em 18/05/16 (retirado). Liberação para inclusão em pauta em 16/09/16. Pautado para 03/11/16. Pedido de vista Dias Toffoli até 19/12/16. Aguarda julgamento até 01/02/17, quando há pedido de vista Gilmar Mendes até 19/12/17.	Liminar monocrática	05/12/16	1. 03/11/16 (sessão pleno sem finalizar julgamento sobre mérito ADPF) 2. 07/12/16 (referendo parcial da liminar) 3. 01/02/17 (continuação de 1., não contabilizada na análise por ser também interrompida)
MS 34.609	03/02/17	Requisitadas informações AGU em 09/02/17.	Monocrática	14/02/17	Não houve

AC 4.327	15/05/17	Determinada a inclusão em pauta em 08/06/17. Não foi julgado. Nova decisão monocrática em 30/06/17. Concluso em 25/08/17. Liberação para inclusão em pauta em 06/09/17.	1. Liminar monocrática 2. Monocrática	1. 17/05/17 2. 30/06/17	26/09/2017
ADI 5.526	13/05/16	Em vista à PGR de 27/06/16 a 19/12/16. Foram requisitados em 18/11/16. Concluso de 19/12/16 até 19/06/17 sem nenhuma movimentação. Concluso novamente em 02/08/17. Inclusão em pauta foi feita em 29/09/17.	Não houve	–	11/10/17

Fonte: elaboração própria a partir dos dados retirados do sítio do STF.

O Despertar Do Gigante: Reflexões Sobre O Poder De Agenda Do Presidente Em Períodos De Crise.

The Awakening Of The Giant: Reflexions On President's Power Of Agenda During Crisis.

Iani Panait¹

Robert George Otoni de Melo²

RESUMO

O presente artigo objetiva compreender a correlação de forças entre os poderes Executivo e Legislativo em momentos históricos de engessamento da vida política no país. Em períodos caracterizados por crise econômica e/ou política, a instabilidade da agenda pública leva à prevalência do Executivo Federal, em detrimento das discussões no seio do parlamento brasileiro, gerando certa instabilidade e agravando períodos de abalo institucional. Através do método qualitativo, o artigo revisará bibliografia para analisar a hipótese de hegemonia da agenda da Presidência da República em relação aos outros poderes, inclusive, através de seus mecanismos de veto, visando pautar o jogo político.

PALAVRAS-CHAVE: Poder de agenda; Predominância do Executivo; Medida provisória; Decreto-lei; Gestão de crises.

ABSTRACT

This paper aims to understand the correlation of forces between the Executive and Legislative powers in historical moments of political life in the country. In periods characterized by economic and/or political crisis, the instability of the public agenda leads to the prevalence of the Federal Executive, to the detriment of discussions within the Brazilian parliament, generating certain instability and aggravating periods of institutional upheaval. Through the qualitative method, the article will review the bibliography to analyse the hypothesis of the hegemony of the Presidency of the Republic's agenda in relation to other powers, including, through its veto mechanisms, aiming to guide the political game.

KEY-WORDS: Power of agenda; Predominance of the Executive; Provisional measure; Decree-law; crisis management.

¹ Doutorando em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) pela Universidade de Lisboa. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

² Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, propõe-se discutir as formas pelas quais o poder executivo federal, na figura do Presidente da República, gerenciou as crises político-econômicas em diferentes momentos da história do país. Através dos instrumentos formais estabelecidos, sugere-se que o Executivo utilizou-lhes para garantir a predominância de uma agenda própria - e de interesse do Executivo - nos momentos conhecidos como os de “crises político-econômica”. Por crise, entende-se aqui o conceito de Pearson (1998) segundo o qual é possível observar uma crise sob três eixos: uma perspectiva técnica e meramente estrutural, uma perspectiva psicológica e uma perspectiva sócio-política. Evidentemente, interessa a este artigo compreender uma crise sob o enfoque sócio-político, sobretudo, por se considerar uma quebra do sentido partilhado de vida coletiva e social verificando-se uma mudança marginal nas condições vida material e política (MENDES, 2005, p. 1).

Os estudos sobre a predominância do poder Executivo não são particularmente novos no contexto acadêmico brasileiro (PEREIRA; MUELLER, 2000), sendo que o interesse aqui está em compreender de que modo a reação de um poder constituído em um cenário de ruptura ou disrupção pode nos ajudar a observar melhor um aspecto importante de um campo de estudos pertinente: a atuação do poder³.

Desse modo, em um primeiro momento, o artigo discutirá quais são formas instrumentais utilizadas pelo poder executivo federal brasileiro no contexto republicano para lidar com as crises políticas discriminadas. Em um segundo momento, sugere-se em quais momentos e em quais momentos tais instrumentos foram utilizados para gerir essas crises, sobretudo, como e em quais condições isso ocorreu no plano do mundo fenomênico. Em um terceiro momento, o artigo traz as conclusões sobre os achados submetendo-o ao debate acadêmico.

CAIXA DE FERRAMENTAS: DECRETOS-LEI, MEDIDAS PROVISÓRIAS E OS VETOS PRESIDENCIAIS

³ Para Robert Dahl (1957) poder político como uma influência sobre as ações dos outros, ou seja, quando ‘A tem poder sobre B na medida em que ele pode fazer com que B faça algo que B não faria de outra maneira’ (p. 202)

Em comum às várias crises, há um aspecto gerencial em todas elas. A hipótese de uma *gestão* dessas crises pode ser lida como uma tentativa do Executivo em controlar a ordem política e econômica através dos instrumentos arbitrados na Constituição. Os mecanismos políticos são variados, mas para este artigo destacam-se aqueles previstos nos textos constitucionais: os decretos-lei, as medidas provisórias e os vetos presidenciais. Alguns previstos em Constituições, caso dos decretos-lei, previstos nos textos outorgados em períodos de exceção (1937, 1967, 1969), outros previstos somente no texto promulgado (1988). Em todas, há a previsão expressa do veto presidencial.

A natureza desses instrumentos será explorada no bojo deste artigo. A princípio, convém destacar um conceito-chave na hipótese central do texto: o poder de agenda. A possibilidade de o poder executivo utilizar desses mecanismos para impor uma agenda pode ser uma forma possível de identificação e localização dos poderes do Executivo.

Uma visão possível para a origem de um poder de agenda no âmbito do poder executivo pode estar em Giddens (1974) ao apontar a intensa relação entre o poder decisório e elites impondo um binômio entre a 'relevância institucional' do aparelho e 'hierarquia' política entre os grupos políticos:

Ao determinar o predomínio relativo dos grupos de elite em termos da sua posse do poder, há dois fatores centrais que devem ser levados em consideração: vou me referir a eles como a natureza da hierarquia que existe entre grupos de elite e a relevância institucional das formas de organização social ou da instituição [política ou burocrática] que eles comandam. O primeiro fator está intimamente relacionado a um aspecto do poder indicado anteriormente: o grau de importância dos problemas chave controlados pelos grupos de elite. Existe uma hierarquia entre grupos de elite quando um grupo (por exemplo, a elite política) possui poder sobre questões mais decisivas do que aquelas determinadas por outros e, por isso, é capaz de exercer em grau maior ou menor um controle sobre esses últimos. A "relevância institucional" refere-se à dimensão vertical do poder: a idéia pode ser definida pelo grau em que uma dada instituição afeta as oportunidades de vida do conjunto de indivíduos que pertencem a ela (GUANDALI JR; CONDATO, 2016 *apud* GIDDENS, 1974, p. 8).

Neste contexto, o poder de agenda significaria a predominância dos interesses de um dado grupo político sobre outro, menos influente e mais escasso de recursos políticos e burocráticos, por exemplo. No limite, o grupo político inserido dentro do aparelho institucional tende a impor seu conjunto de interesses em detrimento dos outros grupos políticos. Parte dessa noção nos ajuda a compreender o papel funcional do poder Executivo enquanto ator inserido numa dada correlação de forças com os demais poderes da República considerando-se sua dimensão institucional como paradigma para a imposição de pautas próprias.

Discute-se, então, se esse poder de agenda teria inclinação motivada, particularmente, ao interesse geral do poder executivo ou não. Os debates em torno desse tema são numerosos, impondo até mesmo uma divisão entre aqueles que acreditam na baixa implementação em decorrência do conflito permanente entre os poderes legislativo e executivo e aqueles que acreditam na figura centralizadora do Executivo como predominante de seus interesses (DINIZ, 2005, p. 5).

De qualquer modo, interessa a esse artigo discutir em que aspecto a atuação do poder executivo buscou implementar uma agenda própria aproveitando-se de um dado quadro de crise político-econômica. Considerando os estudos de Mainwaring e Shugart (1997) pelo qual sistematizam a predominância dos poderes do Presidente da República em três eixos: (i) poderes proativos (caracterizado pela adoção de medidas provisórias) (ii) poderes reativos (caracterizado pelo veto presidencial) e poderes exclusivos (em que o Presidente pode pautar a agenda). A título de exemplo, de 805 propostas que tramitaram no Congresso Nacional do Brasil durante os períodos compreendidos em 1995 a 1998, “648 (80,49%) foram iniciadas pelo Executivo, 141 (17,51%) foram iniciadas pelo Legislativo e apenas 16 (1,98%) pelo Judiciário” (PEREIRA; MUELLER, 2000, p. 47).

Veremos no artigo o exercício dessa predominância sustando sua projeção em momentos cruciais da vida política brasileira.

DECRETOS-LEI

Um dos primeiros instrumentos de centralização da atuação de poder foram os decretos-lei. Com a vigência a partir da Constituição de 1937, os decretos-lei têm sua existência repetida em outras duas Constituições, a de 1967 e 1969, as três outorgadas por Presidentes durante regimes de exceção. O interesse por esse instrumento justifica-se não somente pelo seu uso largamente realizado (os decretos-lei totalizam, entre 1965 e 1988, mais de 2.481 (PESSANHA, 2008, p. 32), mas também pelo seu papel funcional, afinal, é a partir dele que o Presidente da República passa a ter atribuições legislativas próprias.

A primeira fonte formal atribuindo o decretos-lei ao Presidente da República veio com a Constituição de 1937. Neste interregno, é importante ressaltar que a Carta de 37, fundadora do Estado Novo, fora concebida por Francisco Campos em um contexto de crítica à “democracia de partidos” e influenciado pela teoria do Estado de Carl Schmitt⁴, que, na visão de Campos, teria

⁴ Para duas visões sobre a influência de Carl Schmitt no pensamento de Francisco Campos, cfr: SANTOS, R. D. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. *Dados*, v. 50, n. 2, p. 281-323, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de maio de 2020 e PANAIT, I. “Democracia”, “Autoridade”

cooptado a política nacional e o regime varguista surgiria como uma forma de dar densidade “[a]o Estado de consciência coletiva” (CAMPOS, 1941, p. 289).

Apesar do Congresso Nacional não ter sido aberto durante o período de vigência do texto constitucional de 1937, é interessante analisar o aspecto formal garantido ao Presidente através da figura do decreto-lei. Em um aspecto formal, o texto garantia ao Presidente ampla margem legislativa ao permitir que, por decreto-lei, sobretudo em razão dos limites decorrentes do uso do instrumento estavam amordaçados pelo fato de que a atividade parlamentar havia sido suspensa. Nesse sentido, afirmava o art. 180 da Carta de 37: “Enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União”.

Com advento da Constituição de 1946, a figura do decreto-lei deixou de existir, inclusive, não havendo outra igual em uma possível reação à centralização de poder. Provisoriamente. A figura do decreto-lei voltou a surgir com a Constituição de 1967, três anos após o golpe militar, em uma faceta ainda mais expansionista. Logo após, a figura do decreto-lei é repetida na Constituição de 1969 com a mesma estrutura de 1967, simbolizando um relativo enraizamento desse instrumento como parte de uma forma de atuação direta do poder central em seara legislativa.

Para esse artigo, tenta-se compreender em que medida o papel dos decretos-lei permitiu uma forma de *‘centralização’* - ainda mais aguda - temática do poder executivo expondo isto em vários momentos-chave do contexto brasileiro.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

As medidas provisórias mantiveram parte do espírito dos decretos-lei ao permitir que o gabinete da Presidência da República possuía formas para induzir seus interesses dentro da arena pública, apesar de possuírem um escopo de atuação muito menor. Tal como no caso dos decretos-lei, as medidas provisórias também têm sua natureza vinculada ao Presidente da República que as expede sob o binômio da “relevância” e da “urgência”. Entretanto, as MPs precisam, necessariamente, ter sua análise submetida à apreciação do Congresso Nacional sob pena de não conversão em lei, isto é, perder o seu efeito no mundo fenomênico. Inclusive, é de se citar que o efeito de sua não discussão quando do término do prazo para a conversão ou não em lei é bastante significativo: a paralisia de toda a pauta legislativa do próprio Congresso Nacional.

e “Educação”: A construção do pensamento político-jurídico de Francisco Campos e a Constituição de 1937. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Não obstante as novas limitações, o poder executivo federal, na figura do gabinete a Presidência da República, costuma utilizar com frequência as “MP’s” independentemente dos períodos de crise política, mas para efeitos deste artigo, far-se-á um recorte para melhor contemplar os propósitos metodológicos aqui inseridos. Por crises políticas sob a vigência do período democrático, o artigo considerará: a crise no México de 1994, crise asiática de 1997, a crise russa de 1998, a crise cambial de 1999 e a crise argentina entre os períodos de 1999 e 2000, todas ocorridas durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

VETOS PRESIDENCIAIS

Os vetos presidenciais são uma figura típica de controle político exercido pelo Presidente da República desde a “Constituição de 1891 pelo menos” (DALLARI, 2015, p. 27). No decorrer da história constitucional do Brasil, no entanto, pode-se observar uma certa modulação no escopo de revisão do veto do Presidente pelo poder Executivo. Na Constituição de 1946, por exemplo, para rejeitar um veto expedido pelo Presidente necessário seria reunir o apoio de 2/3 do Congresso (Senado + Câmara dos Deputados), já na Constituição de 1988, por exemplo, é necessário a maioria absoluta dos deputados e senadores⁵.

De todo modo, a figura do veto presidencial continua sendo fundamental para o jogo político entre Legislativo e Executivo. Ao garantir ao Presidente a possibilidade de controlar, ainda que indiretamente, a própria atividade produtiva parlamentar, o veto tem sua função como poder de agenda. Por ser ferramenta política importante na correlação de forças entre os poderes, o veto presidencial deve ser analisado com atenção.

Neste artigo, procuraremos compreender a dinâmica dos vetos presidenciais dados pela Presidenta Dilma quando do seu governo (2010-2016) especialmente em contraste a um momento de crise política em particular deste governo.

CRISES POLÍTICO-ECONÔMICAS E A GESTÃO DAS CRISES PELO EXECUTIVO: O DESPERTAR DO GIGANTE

⁵ BRASIL. República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. “Art. § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.”

Pensar um instrumento político como uma forma de gerir uma crise pode ser uma maneira interessante de se observar o campo de atuação do Executivo. Sejam em crises ambientais, crises de segurança pública ou mesmos crises propriamente econômicas, em todos os momentos a reação oficial é de preservação das instituições mais básicas do aparelho estatal lançando mão de novas estratégias políticas para perceber como uma agenda política é controlada.

Para executar a gestão dessas crises todas, o Poder executivo, seja federal, estadual ou municipal, tem a disposição um ferramental, formal ou informal, à sua disposição. Isso pode não significar o mero uso da ferramenta puramente para o cumprimento da finalidade a ela incumbida, mas também para conduzir uma agenda de interesses próprias, ainda que à revelia dos outros poderes. A fome do gigante nada mais é que a vontade de comer boa parte do bolo, sem se importar com o apetite dos outros.

A POLÍTICA POR DECRETO-LEI DO ESTADO NOVO

O regime de exceção historicamente conhecido como “Estado Novo”, instaurado por Getúlio Vargas, perdurou entre os anos de 1937 até 1946. Do ponto de vista político-institucional, o regime caracterizou-se, sobretudo, por ser uma autocracia com forte centralização de poder na figura do Presidente da República. Um contraste dessa centralização está na edição profícua de vários decretos-lei visando empreender a construção de uma nova estrutura de Estado.

A título de exemplo, os decretos-lei n^{os} 5.684 (Companhia Nacional de Álcalis), 4.352, de 1 de junho de 1942, (Companhia Vale do Rio Doce), 1.186, de 3 de abril de 1939 (Instituto de Resseguros do Brasil), decreto-lei n^o 3.306, de 24 de maio de 1941 (Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Conselho Federal do Comércio Exterior, a lei da sociedade anônima e a Estrada de Ferro Central do Brasil), 2.162, de 1^o de maio de 1940 (institui o salário mínimo), 5.452, de 1^o de maio de 1943 (institui a Consolidação das Leis Trabalhistas) apontam para um dirigismo estatal em quase todos os setores da economia. Isso considerando somente o aspecto econômico das medidas do Estado Novo. Outros decretos-lei foram impostos, tais como a instalação de polícia política dedicada à censura (decreto-lei n^o 1.915, de 27 de dezembro de 1939).

Com relação à máquina pública, o decreto-lei n^o 519, de 30 de julho de 1938, tem sua importância por ser uma tentativa de organização do Estado a partir da adoção do critério dos concursos públicos para a admissão de servidores públicos de carreira ante às ameaças à figura viva do patrimonialismo da época.

O cenário de exceção colaborou com a possibilidade de imposição de uma agenda monolítica por parte do Executivo sobre os outros poderes. Por outro lado, isso não descarta o

uso desenfreado dos decretos-lei para a promoção dessa agenda constatando uma preocupação institucional do Presidente promovê-la a partir dos instrumentos oficiais.

O GOVERNO JANGO E O DECRETO DA REFORMA AGRÁRIA

O período democrático posterior ao Estado Novo durou 18 anos. Compreendido entre 1946 até 1964, o Brasil esteve sob à égide da Constituição de 1946, que não retirou dos poderes do Presidente da República a possibilidade de decreto-lei. De todo modo, no tocante ao período de governo de João Goulart (1961-1964), o país sofreu elevada instabilidade político-econômica em decorrência de grande desconfiança fruto da conexão histórica entre o presidente e Getúlio Vargas.

Uma das medidas visando contingenciar parte dessa crise político-econômica e visando atingir parte do problema de desigualdade na distribuição de terras, o Presidente João Goulart expede o decreto nº 55.700, em 13 de março de 1964 (“Desapropriação para a reforma agrária”). A justificativa para o decreto seria “resolver o problema rural, restabelecendo a paz em áreas marcadas por uma crescente mobilização social, uma reforma agrária, na visão que se afirmou, seria capaz de colocar o país nos trilhos da industrialização e do desenvolvimento econômico”⁶.

O objeto do decreto “declarava de interesse social para fins de desapropriação, as áreas rurais compreendidas em um raio de 10 km dos eixos de rodovias e ferrovias federais, bem como as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem” (CUNHA FILHO, 2007, p. 11). À época, diversos setores da sociedade civil reagiram ao decreto pela insinuação de que seria uma reforma agrária socialista.

De fato, em meio a um Congresso reativo às pretensões a figura de João Goulart, sobretudo, pelos acenos diplomáticos dados à China e à Cuba, o Presidente lança mão do decreto de desapropriação em uma tentativa de governo sofrendo, dias depois, um golpe de Estado.

O GOVERNO FHC E A PIRACEMA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Outro governo em meio às várias crises político-econômicas foi o governo Fernando Henrique (1994-2002). Em todas elas, o volume de medidas provisórias foi significativamente alto. Em média, o governo FHC editou cerca de uma nova medida provisória a cada dez dias⁷.

⁶ GRZYNSZPAN, M. A questão agrária no governo Jango. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango> Acesso em 30 de maio.2018

⁷ BRASIL. Folha de São Paulo. “FHC edita uma nova MP a cada 10 dias de governo”. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc280206.htm>>> Acesso em 24 de maio, 2020.

Comparado ao governo de Michel Temer (2016-2018), a administração FHC foi a segunda mais ativa na condução da política através de medidas provisórias⁸

Do ponto de vista temático, as medidas provisórias expedidas pelo governo FH tentaram, em larga medida, controlar parte dos danos causados pelas crises econômicas ocorridas durante seu governo. Se observamos os dados coletados por Arias (2001), podemos notar uma forte predominância na agenda parlamentar advinda da agenda do presidente:

Os dados analisados por eles confirmam que a área de atuação do Congresso, ao longo da legislatura 1995-98, foi restringida pela agenda presidente: foram 648 propostas iniciadas pelo Executivo, aproximadamente 75% delas foram sobre temas ligados diretamente à economia, quase 17% propostas administrativas, e apenas 8% estavam relacionadas a temas políticos ou sociais. (ARIAS, 2001, p. 36)

Se por um lado as medidas provisórias serviram como instrumento às mãos do presidente para impor sua agenda, por outro lado, seu largo uso pelo Executivo significou um verdadeiro *backlash* do poder Legislativo. A partir da promulgação da emenda constitucional nº 32, em 2001, as Casas legislativas impuseram uma verdadeira limitação material aos poderes do Presidente em expedir medidas provisórias. Abrucio e Couto (2003) explicam um dos possíveis motivos pelos quais a emenda constitucional nº 32 foi pautada e posteriormente promulgada:

Tornara-se praxe desde 1988 o uso descomedido da prerrogativa de editar e, sobretudo, reeditar MPs por parte do Executivo. A interpretação dos imperativos constitucionais de "relevância e urgência" para a utilização desse instrumento normativo tornara-se demasiadamente flexível, fazendo-se sinônimo de "pressa", por um lado, e de "conveniência legislativa", por outro. A pressa dizia respeito à pouca disposição presidencial de aguardar os trâmites legislativos ordinários – ou mesmo em regime de urgência. A conveniência legislativa concernia ao acordo tácito estabelecido entre o Executivo e a maioria parlamentar que lhe desse sustentação, permitindo a reedição continuada de MPs em vez de sua apreciação, enquanto se ocupava de assuntos mais trabalhosos, como a tramitação de emendas constitucionais. (Abrucio e Couto, 2003, p.293)

A predominância do poder de agenda do Presidente, ao menos durante o governo FHC, parece ter sido tanta que gerou até mesmo um efeito de limitação reconhecido pelo Legislativo.

UM OLHAR SOBRE OS VETOS DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

⁸ BRASIL. Portal G1. “Desde FHC, Temer é o presidente que, em média, mais edita medidas provisórias”. Disponível: <<<https://g1.globo.com/politica/noticia/desde-fhc-temer-e-o-presidente-que-em-media-mais-edita-medidas-provisorias.ghtml>>>. Acesso em 27 de maio de 2020.

O primeiro biênio do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2010-2014) pode ser caracterizado por relativa paz social. Considerando a popularidade alta em decorrência dos bons índices de emprego formal e crescimento da renda, é possível supor que, durante esse período, em específico, a presidenta não enfrentou grandes crises políticas, apesar do rescaldo da crise econômica de 2008 ainda gerar impactos. A chave muda a partir de 2013, especificamente, a partir de junho de 2013. Neste mês em questão, com advento dos grandes atos públicos conhecidos como “jornadas de junho de 2013”, a presidenta vê sua popularidade derreter em meio a manifestações com pautas coletivas difusas.

Em uma espiral de aumento de impopularidade⁹, a presidenta passa a imprimir um ritmo acelerado em atividade legislativa. Só em 25/6/2013, dias após o maior ato público da história recente, a presidente apresentou 5 pactos e uma proposta de reforma na Constituinte¹⁰ visando cumprir parte dos anseios populares. Do mesmo modo, o ritmo de vetos presidenciais às medidas aprovadas no parlamento brasileiro se intensificou, tal como as sucessivas derrotas da presidenta.

Entre tantos vetos presidenciais em 6 anos de mandato, cita-se importantes para destacar o impacto deste instrumento na condução da agenda política: (i) o veto ao reajuste dos servidores públicos ligados ao poder judiciário; (ii) veto a “lei de royalties” do petróleo, posteriormente derrubado pelo Congresso Nacional.

No primeiro caso, a justificativa da presidenta era de que o reajuste a ser incorporado seria incompatível dados os “esforços necessários para o equilíbrio fiscal na gestão de recursos públicos”¹¹. O contexto não poderia ser outro: a crise econômica de 2005. A retórica oficial do governo, naquela época, era de ajuste fiscal dado o aumento expressivo da dívida pública. O veto foi mantido pelo Congresso Nacional.

No segundo caso, um contraste é feito para realçar os limites dos vetos presidenciais quanto a possibilidade de um poder reativo do Congresso. No tocante a lei dos royalties do petróleo, a presidenta sofreu um revés importante, e talvez um dos sinais do descontrole político de seu governo que viria desembocar em seu posterior afastamento definitivo do cargo de Presidenta. Neste projeto de lei, a presidenta procurou vetar os dispositivos que permitiam a divisão dos royalties do petróleo para os Estados produtores, a chamada “partilha dos royalties”. Não obteve

⁹ BRASIL. Folha de São Paulo. “Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos”. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>> Acessado em 30.05.2018

¹⁰ BRASIL. Portal G1. “Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política”. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>>> Acesso em 31 de maio de 2018.

¹¹ BRASIL. Senado Federal da República Federativa do Brasil. Veto nº 26/2015.

êxito e teve seus vetos derrubados pelo Congresso Nacional¹² em uma das derrotas mais significativas do governo sinalizando para um enfraquecimento na condução da agenda da Presidência.

Tal como a medida provisória, o veto presidencial é um instrumento com suas particularidades e sua função na correlação de forças com o poder Legislativo. Seu uso pelo presidente pode significar uma maneira formal de controle da pauta legislativa aprovada, sobretudo, quando a pauta discorda da agenda da Presidência.

GOVERNO TEMER: OS GRANDES IMPACTOS DE UM CURTO GOVERNO

O jurista Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República no fatídico dia 12\06\2016 após a abertura do processo de impeachment em face da Presidenta Dilma Rousseff e, com o término no procedimento no Congresso Nacional, tomou posse em 31\08\2016. O Governo Temer é marcado, do início ao fim, por uma forte desconfiança que culminou em baixos índices de popularidade que permearam toda a sua gestão.

Para além da crise de legitimidade, causada por uma visão de “continuidade” com o Governo Dilma e da crise de representação, estimulada por denunciadores do “golpe jurídico” (CHALOUB; LIMA, 2018, p. 203), estes componentes de uma crise política, Michel Temer ainda enfrentou uma grave crise econômica, proveniente dos efeitos dos julgados da operação Lava Jato e das crises arrastadas desde o anterior governo.

Aproveitando-se da sua sempre baixa popularidade, o Governo Temer buscou como solução das crises político-econômicas uma abertura às agendas do mercado, dando azo a um período reformista. Dentre o “pacote” de propostas reformistas, encontram-se: a) a PEC do Corte de gastos¹³ (Novo Regime Fiscal), que vincula as despesas e investimentos públicos federais aos do regime orçamentário anterior, corrigidos somente pela inflação; b) A reforma trabalhista e a Lei da Terceirização; c) a elaboração da nova Base Nacional Comum Curricular e; d) a proposta de reforma da previdência social, liderada pelo economista Henrique Meirelles (então Ministro da

¹² Brasil. Portal de Notícias UOL. “Congresso derruba vetos da presidente Dilma à lei dos royalties” Disponível em <<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/07/congresso-derruba-vetos-da-presidente-dilma-a-lei-dos-royalties.htm>>>. Acesso em 27 de maio de 2020.

¹³ Transformada na Emenda Constitucional nº 95, Cfr: BRASIL, Câmara dos Deputados. Trâmite da EC 95/2017. Disponível em: <<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>>. Acesso em 23 de maio de 2020.

Fazenda), esta inviabilizada em razão da intervenção federal¹⁴ na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

A correlação de forças do Executivo para com o Legislativo e a exposição da agenda do Governo durante o mandato de Temer se dava, sobretudo, pelas proposituras de emendas à Constituição (que prescindem da sanção e/ou veto do Presidente) e, sobretudo, pela edição de medidas provisórias: 142 em 31 meses de governo.

GOVERNO BOLSONARO: PRESIDENCIALISMO DE CONFRONTAÇÃO?

Ao menos a partir da década de 1980, os pesquisadores e pesquisadoras das ciências políticas passaram a se debruçar sobre os principais entraves institucionais do país. O cientista político Sérgio Abranches observou um padrão de governabilidade vigente à época de seus estudos e o definiu como “presidencialismo de coalizão”

Apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, "presidencialismo de coalizão", distinguindo-o dos regimes da Áustria e da Finlândia (e a França gaullista), tecnicamente parlamentares, mas que poderiam ser denominados de "presidencialismo de gabinete" (uma não menos canhestra denominação, formada por analogia com o termo inglês *cabinet government*) (ABRANCHES, 1988, p. 21)

Desde então, o conceito de presidencialismo de coalizão tem servido como uma das principais chaves de interpretação para compreender também o funcionamento do poder de agenda do Executivo federal. Com relação ao governo do Presidente Jair Bolsonaro, esse ferramental aparece ainda interessante ao debate.

Uma das expectativas à época de sua eleição era de que ele pretendia acabar¹⁵ com o “presidencialismo de coalizão”. Considerando os primeiros 365 dias de mandato, o governo do Presidente Jair Bolsonaro, de fato, parece ter encontrado um outro padrão de governabilidade o que, segundo Sérgio Abranches, seria, na verdade, um “presidencialismo de confrontação”.

Nesse sentido, o presidencialismo de confrontação, no caso, poderia se observar em alguns dados preliminares relativos ao primeiro ano de mandato do Presidente Bolsonaro, que sugerem uma relativa dificuldade em implementar sua agenda. Em termos de gestão de crise, - foco de análise deste artigo -, considerando o período ainda não encerrado de estado de emergência em

¹⁴ O art. 60, §1º da Constituição determina a impossibilidade de sua alteração/reforma enquanto estiver em vigência a intervenção federal.

¹⁵ TAVARES, Joelmir. Bolsonaro põe presidencialismo de coalizão à prova ao arriscar novo estilo. Folha de São Paulo. 24 nov. de 2018.

razão da pandemia de covid-19 os dados ainda são tímidos para avaliar a forma com que o Presidente lida com essa crise em particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, sugerimos uma leitura para compreender a reação do poder executivo frente às várias crises político-econômicas ocorridas no contexto brasileiro. Conforme observado em diferentes momentos históricos, considerando o período compreendido entre o Estado Novo e o governo de Jair Bolsonaro, o Presidente da República lançou mão do ferramental jurídico a sua disposição para lidar com as tais crises.

Do mesmo modo, sugeriu-se a hipótese de que poder executivo utiliza desses instrumentos para impor sua agenda de interesses em um movimento de ‘poder de agenda’. As movimentações podem ser observadas desde o momento da expedição dos decretos-lei à época do Estado Novo até os vetos presidenciais do período democrático em uma tentativa de aproveitar uma janela de oportunidade política para garantir uma predominância temática.

Nesse sentido, ao compreendermos a forma com que o Poder executivo maneja seus instrumentos de agenda, sobretudo, em momentos de crise político-econômica, conseguimos verificar um determinado padrão de governabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ARIAS, C. Um estudo sobre medidas provisórias no Brasil. *Revista Mediações*, v. 6. n. 2. p. 29-53, 2001.

ABRANCHES, S. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, vol. 31, n. 1, p. 5-14, 1988.

ABREU JUNIOR, D. A. *Medidas provisórias: o poder quase absoluto*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BEDRITCHUK, R. R. *Da Popularidade ao Impeachment: Medidas provisórias, mudanças institucionais e a crise política no governo Dilma*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CAMPOS, F. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. 3a edição -. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

CHALOUB, J.; LIMA, P. L. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, p. 202-252, 2018.

CUNHA FILHO, S. B. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DAHL, R. The concept of power, *Behavioural Science*, vol. 2, n. 3, p. 201–215. 1957.

DALLARI, Paulo Massi. O instituto do veto presidencial no constitucionalismo brasileiro contemporâneo. 2015. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo.

DINIZ, S. Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial - *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 48, n. 1, 2005, p. 333-369.

GUANDALINI JR., W.; CODATO, A. O Código Administrativo do Estado Novo: a distribuição jurídica do poder político na Ditadura. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 58, p. 481-504, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000200481&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de maio, 2018.

JACOBSEN, H. L. G. *Interação estratégica entre os poderes executivo e legislativo: as medidas provisórias editadas nos mandatos de Lula e Dilma (2003-2014)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MAINWARING, S; SHUGART, M. S., *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

MENDES, Antonio Mira Marques "Subsídios para uma teoria das crises políticas". In: *Anais do IV Congresso Spocom*. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 765-774, 2005.

PANAIT, I. "Democracia", "Autoridade" e "Educação": *A construção do pensamento político-jurídico de Francisco Campos e a Constituição de 1937*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, n.43, pp.45-67, 2000.

PERSON, C. M. Reframing Crisis Management. *Academy of Management Review*, vol. 23, n. 1, p. 59-76, 1998.

RICCI, P.; TOMIO, F.. O poder da caneta: a Medida Provisória no processo legislativo estadual. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 255-277, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200001&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 23, maio, 2018.

SANTOS, F.. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. *Dados*, v.40, n.3, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300007&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em 23 maio, 2018.

SANTOS, R. D. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. *Dados*, v. 50, n. 2, p. 281-323, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000200003&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em 23 de maio de 2020

Dimensões De Um Conflito Ficcional: A Relação Entre Estado e o Interesse Privado A Partir Do Setor Elétrico, E Da Consolidação Da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A.

Dimensions of a Fictional Conflict: The relationship between State and private interest since the Electric Sector, and the consolidation of Espírito Santo Centrais Elétricas S/A.

Jayme K. R. Lopes¹

RESUMO

A construção de um setor de energia elétrica estatal e nacional, ocupou um papel especial na história do desenvolvimento do Estado brasileiro entre as décadas de 1940 e 1980. Neste contexto, o setor foi um dos lugares de busca por controle político sobre a administração pública, e de ganhos econômicos a partir um desenvolvimento industrial que se consolidava. Este artigo, utilizando um recorrido de dados históricos, teóricos e bibliográficos, se propõe esta conjuntura explorando o caso do Estado do Espírito Santo. Jogando luz, sobretudo, ao entrelaçamento das ações do Estado e do interesse privado na implementação de sua infraestrutura elétrica e no processo de consolidação da empresa estatal de energia elétrica, a ESELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S/A).

PALAVRAS CHAVE: Escelsa, Energia, Estado, Capitalismo

ABSTRACT

The construction of a state-owned and national electric energy sector, played a special role in the history of the development of the Brazilian State between the 1940s and 1980s. In this context, the sector was one of the places of search for political control over public administration, and economic gains from a consolidated industrial development. This article, using a range of historical, theoretical and bibliographic data, proposes this situation by exploring the case of the State of Espírito Santo. Shedding light, above all, on the intertwining of State actions and private interest in the implementation of its electrical infrastructure and in the process of consolidation of the state-owned electricity company, ESELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S/A).

KEYWORDS: Escelsa, Energy, State, Capitalism

¹ Prof. Substituto - Departamento de Ciências Sociais - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), doutorando em Ciências Sociais - PUC-Rio, mestre em Antropologia Social – FLACSO. E-mail: jaymekropes@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5875441438910836>.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca explorar a implementação e expansão da energia elétrica no Estado do Espírito Santo, que ocorreu entre as décadas de 1940 e 1970. A consolidação do setor elétrico se traduziu em grandes investimentos estatais direcionados a área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, onde o Estado foi protagonista com a criação de grandes empresas estatais.

Contudo, a necessidade de grandes investimentos públicos e ao mesmo tempo, de conhecimento técnico e suporte político no âmbito estadual e nacional, estabeleceram uma cadeia de dependências entre os interesses de diversos atores das elites políticas, grupos econômicos e a administração pública. Nesta conjuntura, ao que nos parece, não há a possibilidade de dimensionar os limites e as fronteiras das esferas do interesse público e privado.

Como veremos, a necessidade de sobrevivência de um status quo político, em um momento histórico de rupturas e adaptações a um novo ciclo econômico de caráter internacional, de forte dependência dos Estados nacionais, é o ponto chave, que predominou nas relações locais naquele momento. E o setor elétrico, foi peça fundamental deste cenário.

É assim, que o governador capixaba Carlos Fernando Monteiro Lindemberg na década de 1960, enfatiza a necessidade de novos recursos para a instalação do sistema elétrico estadual e sua essencialidade para a consolidação do planejamento econômico do Estado do Espírito Santo da época, em mensagem ele diz: *“O progresso da Escelsa está ligado ao progresso do Espírito Santo de modo constante e indissolúvel: são dois organismos em simbiose”*.

A ESCELSA, como empresa pública estadual de produção, transmissão e distribuição de energia, nasceria com plena capacidade de funcionamento e investimento em 1968, a partir da fusão com a CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica) do grupo estadunidense American & Foreign Power Company (ANFORP).

A nova empresa estatal, botava em prática os ideários do intervencionismo estatal e do desenvolvimentismo que se afirmavam nacionalmente, ajudando a determinar uma guinada produtiva nos setores da economia do Espírito Santo rumo a industrialização. Isto porque boa parte da agricultura cafeeira, principal fonte de renda, de organização social e política do território capixaba, havia sido dizimada por uma crise que se arrastava a décadas.

Por este caminho, se produz um rápido movimento de construção do aparelho econômico de Estado, de forma centralizada e nacionalmente articulada, que foi crucial para a criação de um capitalismo industrial e de um Estado capitalista no Espírito Santo.

As múltiplas faces deste processo incluem a organização das estruturas de um Estado-nação que incorporou aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabeleceram um suporte ao avanço da acumulação industrial contribuindo (1) a sedimentação das cidades como lugares de conflito e transformação social, (2) firmaram a ascensão das massas – sobretudo urbanas - em algum tipo de participação política e acesso a direitos, e (3) incorporaram nas estruturas estatais Brasileiras as lógicas da acumulação capitalista.

A estratégia de desenvolvimento do Espírito Santo vai buscar em sua posição geográfica um trunfo, dentro de um contexto nacional e internacional, mas também, vai se relacionar com a incorporação sistemática em seu núcleo da participação de entidades corporativas, sobretudo, a FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo).

Uma organização diretamente relacionada aos interesses corporativos patronais que contava com a participação da elite política local, do governador, além de representantes de Bancos, Comercio, Associações Rurais e do CREA, e que intensificaria sua influência nas ações governamentais a partir do regime político ditatorial de 1964.

A IMPLEMENTAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA NO ESPÍRITO SANTO

Diferente dos outros estados da região Sudeste no que diz respeito a evolução de sua economia, o Espírito Santo nasce para a conjuntura nacional somente a partir da cultura cafeeira. Em números, o café era a atividade principal para 75% das suas propriedades agrícolas, que geravam 50% do total da renda interna bruta em 1950.

A cultura do café foi marca de uma forma particular de expansão da atividade econômica, ocupação territorial e formação social capixaba². Diferentemente de São Paulo, onde o capital de comercialização do produto financiou a industrialização e a modernização econômica, no Espírito Santo, a importância da cultura cafeeira se dá pela particularidade de um modelo econômico e social, baseado na pequena propriedade familiar, onde subsistência e a geração de excedente conviviam de forma quase harmoniosa.

Assim, a industrialização no território capixaba vem como decorrência de uma severa crise da cafeicultura que se arrastaria até o final da década de 1960. Situação que propiciou a aproximação entre elites locais afetadas pela crise, nacionais que já participavam do processo de industrialização e a administração Federal, para a construção do aparato necessário para sustentar a uma

² Ver CALIMAN, 2012.

infraestrutura de modernização no Estado. A expansão da infraestrutura de energia elétrica, era uma das condições para este processo.

No entanto, a história da implementação da energia no Espírito Santo começa ainda início do século XX. A primeira usina hidrelétrica capixaba pertenceu à empresa pública estadual de serviços reunidos de Vitória, fazendo captação de água do Rio Jucu ainda nos primeiros anos do século XX. A hidrelétrica do Jucu foi construída visando a instalação de pequenas fabricas previstas no planejamento do Governo Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912).

Esta energia também movia as bombas do sistema de esgoto, do transporte férreo da capital Vitória. O impulso da capital fez também com que o Sul do Espírito Santo, área industrialmente mais desenvolvida do estado na época, ampliasse sua produção de energia elétrica para atender a demanda industrial do vale do Itapemirim. A usina de Fruteiras, no rio do mesmo nome, foi construída pelo governo do estado através de sua empresa de serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim.

Segundo Ribeiro (2013), os empresários capixabas entre as décadas de 1900 e 1930 também investiram nos serviços de geração e distribuição de eletricidade. Como na região sul do estado, com a Companhia de Eletricidade Muqui do sul e a Usina Hidrelétrica Aparecida, no rio Muqui do Sul, que funcionava com dois grupos de geradoras. Outros lugares do estado também operaram neste mesmo contexto.

Contudo ainda no governo Monteiro, que as companhias públicas Serviços reunidos de Vitória e a Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim, principais empresas de energia da época, também foram colocadas nas mãos de empresários privados, por falta de capacidade da administração pública em atender à crescente – ainda que pequena – demanda.

Poucos anos depois, no governo Florentino Ávidos (1924-1928), há a retomada do controle das empresas e a construção de usinas públicas justamente pelos mesmos motivos, só que desta vez pela incapacidade de atendimento da demanda das empresas privadas. O plano de Ávidos era estimular o crescimento industrial na capital e no sul do Espírito Santo. Por isso era necessário aumentar a infraestrutura produtiva de eletricidade de modo que a carência de energia não atrapalhasse o surgimento das indústrias previstas pelo governo.

O governador atuava sob forte pressão popular e da imprensa para que o suprimento de energia elétrica fosse melhorado e ampliado. A imprensa inclusive, ajudou a organizar grupos populares que saíam pelas ruas para protestar contra a precariedade dos serviços elétricos da capital³. Contudo, novamente em 1927, ainda na gestão de Florentino Ávidos, acontece a renúncia aos serviços de energia elétrica, com o Estado transferindo a empresa Serviços Reunidos de Vitória

³ Ver mais em Ribeiro (2013, pg. 45)

a parte da Serviços reunidos de Cachoeiro de Itapemirim, com concessão de exploração por 50 anos.

Neste momento a General Electric S/A obrigava-se a fornecer energia elétrica as usinas industriais por preços e prazos previamente definidos. Mas a General Electric S/A cede seus direitos a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica -CCBFE, empresa do grupo American & Foreign Power Company (Amforp), subsidiária para a América Latina do grupo Electric Bond Share, ambos dos EUA⁴. A CCBFE seria chamada pelos capixabas de Central Brasileira persistindo assim até 1968.

Diferente dos períodos anteriores, houve a efetiva dinamização do serviço de energia na década de 1930 com a concessão a iniciativa privada, no caso, internacional. A CCBFE inclusive, incentivou o consumo de eletricidade, vendendo produtos eletrotécnicos e fornecendo crédito a população para a compra destes produtos. Neste momento os hábitos urbanos começavam a se sobrepor ao hábito rural, principalmente em Vitória.

ELETRICIDADE NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO CAPIXABA

Em 1940, o Espírito Santo já possuía uma população de 750.107 habitantes, um crescimento de aproximadamente 60% com relação ao início da década de 1920⁵. Este aumento populacional considerável, também era reflexo das mudanças econômicas e sociais que se colocavam, sobretudo, o crescimento urbano. Acompanhando também um cenário nacional de desenvolvimento de uma indústria de base, é concebido o projeto da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁶ uma das primeiras empresas estatais brasileiras e bastante importante no contexto da modernização capixaba.

A CVRD, foi fruto de acordos entre os governos do Brasil, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, para viabilizar um suprimento de minério de ferro as forças armadas aliadas durante a Segunda Guerra. Pelo acordo, ao Brasil caberia desapropriar a Estrada de Ferro Vitória-Minas e liquidar todos os débitos e hipotecas. Aos ingleses coube indenizar a desapropriação da concessão das minas de ferro da Cia. Itabira de Mineração, que seriam incorporadas à CVRD.

⁴ Ferreira (et al., 2012) aponta que a inserção da AMFORP na América Latina se deu antes de sua constituição como empresa. Sua origem remonta ao período de industrialização norte-americana, com a criação da Electric Bond & Share – resultado da fusão de duas outras companhias, a Edison General Electric Company e a Thomson-Houston – em 1892, subsidiária da General Electric.

⁵ Fonte: Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00> Acesso em: 04/05/2020.

⁶ A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1 de junho de 1942, Itabira, Minas Gerais.

Finalmente, o Export-Import Bank do Estados Unidos da América (EXIMBANK) foi designado para financiar US\$ 14 milhões em créditos para compras de equipamentos e materiais necessários às obras de reestruturação e ampliação da Estrada de ferro, à expansão e conclusão das obras do cais de embarque do porto de Paul (Vila Velha) e à extração do mineral nas jazidas em Minas Gerais.

Dados referentes ao trânsito de passageiros da Estrada de Ferro Vitória – Minas⁷ administradas pela CVRD, demonstram o crescimento da mobilidade da população capixaba no período, em 1940 viajavam 269629 pessoas, na década de 1950 o número de passageiros chegava a 1231588. Este crescimento indica o entrelaçamento entre o aumento da mobilidade, o crescimento urbano e o aumento da demanda de energia, com o desenvolvimento industrial.

Com este contexto, para atender os 32 municípios existentes no Estado, o setor elétrico capixaba contava com 44 pequenas empresas que operavam 45 usinas geradoras. A maior e mais expressiva empresa continuava sendo a CCBFE, responsável por fornecer 92,11% da força e 74,32% da energia gasta em iluminação nas cidades capixabas entre 1940 e 1960 (RIBEIRO, 2013 pg. 64)

Em Vitória, os maiores consumidores eram serrarias, beneficiadoras de café, as fabricas de tecidos Jucutuquara Industrial Ltda, fábrica de gelo e oficinas, como as áreas operacionais mecânicas das indústrias e das empreiteiras de obras no Porto de Vitória e da Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Já em Cachoeiro de Itapemirim, quatro serrarias de madeira e três fabricas uma de tecido, outra de cimento e de açúcar utilizavam a energia elétrica. Todo este consumo tanto na capital quanto em Cachoeiro era fornecido pela CCBFE. A expansão industrial e comercial associada a indução do consumo residencial, extrapolava a capacidade geradora da Central Brasileira e reacendia na população os mesmos protestos do passado.

Ainda em 1941, o sistema de geração da CCBFE começa a dar os seus primeiros sinais de deficiência. A demanda média anual de energia na zona de concessão da CCBFE, que correspondia a 32,89% da população capixaba e compreendia a zona mais dinâmica da sua economia aumentou, sem que empreendimentos de geração acompanhassem a demanda. Tendo em vista o cenário, o interventor federal escolhido por Getúlio Vargas, Jones dos Santos Neves (1943-1945) inclui na tríade de planejamento da ação de seu governo, que se baseava em saneamento, produção e transportes, um programa para enfrentar a crise no abastecimento de energia.

As diretrizes de Neves eram claras e anunciavam um novo tempo para ação estatal e para a responsabilidade sobre a infraestrutura elétrica capixaba: “Os novos tempos nos ensinam que o

⁷ Obtidos em ARARIPE, D. Alencar. História da Estrada de Ferro Vitória a Minas 1904-1954. Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro, 1954.

Estado é a função das condições econômicas que predominam em sua organização social. Daí a necessidade imperiosa de fortalecer as suas forças econômicas e racionalizar a sua administração.”⁸

INTERVENCIONISMO ESTATAL

Segundo Zorzal e Silva (2003), as distintas formas de desenvolvimento do capitalismo marcam diferentes formatos de institucionalização, caracterizando tipos específicos de aparatos de Estado. Na literatura que trata dos processos históricos de desenvolvimento do capitalismo o divisor de águas que distingue cada estágio e respectivos rótulos que caracterizam a institucionalidade vigente, é entendido a partir da variável intervenção estatal em suas diversas modalidades.

O capitalismo especialmente na América Latina não é um elemento histórico determinado, que preceda uma organização e uma consequente regulamentação estatal. Isso tem uma consequência, sobretudo, na configuração da ordem social, já que é o Estado que assume a tarefa de instaurar uma sociedade moderna.

Desta conjuntura, vem a especificidade de um intervencionismo estatal dedicado a executar um modelo de desenvolvimento para a sociedade em conjunto. A intervenção do Estado neste contexto não corresponde, no entanto, a uma função corretiva do mercado como um esforço deliberado de promover o desenvolvimento econômico e social. Implicando, a dependência da economia de mercado da iniciativa estatal e da razão de existência do Estado.

Tanto para Peter Evans (1993), como para outros autores que analisam a lógica estatal e nas suas capacidades, os aparatos de Estado podem ser utilizados para promover o desenvolvimento capitalista nos países do sul global, sendo um dos principais encargos do Estado acelerar a industrialização, a modernização econômica, bem como, a infraestrutura urbana.

Embora haja especificidades, pode-se dizer que a dimensão econômica dos processos sociais expressa no axioma do desenvolvimento industrial o seu status predominante, sobretudo a partir da capacidade estratégica dos Estados, para administrar o exercício político (CONTRERAS, 1994, p.11), tanto a partir da dimensão conflituosa, quando a partir de uma situação de cooperação.

O período pós-guerra, em termos do desenvolvimento capitalista, foi marcado pela hegemonia de um consenso keynesiano, produzindo uma ativa intervenção do Estado na economia. A partir de tal cenário ideológico e intelectual, reforçou os fundamentos intervencionistas da estratégia desenvolvimentista nos países da América Latina e no Leste Asiático.

⁸ Ver mais em Ribeiro (2013, pg. 72)

O desenvolvimentismo aparece na literatura tanto referindo-se a um fenômeno da esfera do ideológica, como para nomear práticas históricas de política econômica associadas a um Estado característico. A primeira referência de “Estado desenvolvimentista” pode ser encontrada em Cardoso e Faletto (1970), entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. Todavia, a caracterização de “Estado-desenvolvimentista” já aparecera antes com Hélio Jaguaribe (1962) na obra *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*.

Ricardo Bielschowsky (1988), fornece uma análise precisa das características do ideário nacional-desenvolvimentista, onde: (1) a industrialização integral é o caminho de superação da pobreza; (2) não é possível uma industrialização eficiente e racional através do mercado; (3) no qual o planejamento estatal é que tem que definir a expansão dos setores econômicos e (4), cabe ao Estado ordenar a expansão, captar a orientação e ordenar os recursos financeiro, onde a iniciativa privada for incapaz.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA CAPIXABA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA

No Brasil, o industrialismo e o “desenvolvimentismo” como estratégia de intervenção, entram para a estrutura estatal no período entre 1946 e 1964⁹. É possível dizer que este “desenvolvimentismo” segundo Fonseca (2015), vai se localizar entre duas questões duas dimensões do ponto de vista epistemológico: (1) um conjunto de práticas de política econômica propostas e executadas pelos formuladores de políticas que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal e (2) um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo.

Ainda segundo Fonseca (2015), estas concepções na busca por uma capacidade de construir tipo ideal mundo, foram utilizadas por vários autores para conceituar não propriamente o desenvolvimentismo, mas o Estado desenvolvimentista. O que Esteban Echevarría (1964) denominou “mecanismo essencial” para à superação do subdesenvolvimento.

Dentro desta conjuntura, o Espírito Santo segundo Marta Zorzal e Silva (1986)¹⁰, principalmente no contexto da eleição pós-Vargistas 1947, abre os caminhos para uma intervenção estatal maciça e centralizada, começam a ser abertos. Foi também, a primeira oportunidade de participação política de novas forças sociais, como pequenos e médios agricultores e uma pequena

⁹ No primeiro governo Getúlio Vargas chamado “nacional-desenvolvimentismo”.

¹⁰ SILVA, Marta Z. Espírito Santo: Estado, Interesses e Poder. Dissertação. FGV, Rio de Janeiro, 1986.

classe urbana, mesmo que, o modelo de relação e articulação dos candidatos e partidos em disputa continuasse a mesmas. Até então, a luta se travava entre apenas dois conjuntos de forças políticas: classes agro fundiárias e classes mercantis-exportadoras.

A vitória dada ao candidato do PSD¹¹, Carlos Lindenberg (1947 a 1950)¹² nesta primeira eleição, que nutria forte relação inter-coroneis, mostrava este panorama. Ainda segundo Silva, em termos comparativos com a região sudeste, onde a prática populista passava a ser o norteador da vida política neste momento, no Espírito Santo, as práticas coronelistas são requeitadas e constituem o domínio político da época. Já a disputa política das eleições de 1950, que elegeu Jones dos Santos Neves (1951 a 1955), para além de questões estaduais, havia aquelas de ordem do relacionamento inter-elites no plano regional, como em termos da solidariedade política com as demais elites no plano nacional.

O resultado deste pleito eleitoral, apesar das características eminentemente rurais do eleitorado capixaba, refletiu o atendimento aos interesses das classes trabalhadoras dos grandes centros do país, com forte presença da retórica desenvolvimentista. Importante observar que os dados populacionais do período entre 1920 e 1950 reforçam a análise de um crescimento populacional da capital e da região metropolitana da Grande Vitória em torno de 117% e apenas entre 1950 e 1960, de 82%, enquanto a população rural, mesmo que ainda predominantemente rural, passou de 71,8% em 1960, para 54% em 1970¹³.

Este governo de Jones dos Santos Neves, se produziu a partir da materialização de um projeto de modernização para o Espírito Santo, produzindo as condições para a sua implementação, a partir da ideia de necessidade de uma infraestrutura adequada. Todavia como problemática fundamental, se colocava dissociação entre a instância do agente político (Estado) e as demais instâncias (econômica e sociais) em um contexto local de população predominante rural e uma economia agro fundiária. O que leva em muitos momentos a Jones, mesmo tendo como plataforma política a época de sua eleição, uma aliança com a oligarquia agro fundiária, a atender apenas as necessidades básicas deste grupo em detrimento a continuidade do projeto de governo¹⁴.

A criação do primeiro Plano Estadual de Eletrificação em 1951, é uma das manifestações deste cenário, com uma intensa participação das elites políticas e econômicas capixabas, tendo como pilares a construção de uma Hidroelétrica e a criação de uma empresa estadual de energia, que nas palavras de Jones dos Santos Neves, seria “*o fundamento inicial da nossa redenção econômica*”.

¹¹ Partido Social Democrata.

¹² Os membros e apoiadores do PSD faziam parte de uma elite latifundiária, sobretudo as que dominavam a produção do café. Essa característica fazia com que a influência do partido incidisse tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. (ALVARENGA, 2017).

¹³ BITTENCOURT, 1984.

¹⁴ Ver mais em SILVA, 1996 pg. 436. WEBER, 1992

Foram as articulações entre Neves, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha em 1954, que fizeram com que o recém-criado BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) assumisse o pagamento integral da construção da hidrelétrica de Rio Bonito e de linhas de transmissão. Em contrapartida, o Governo do Estado, teria por obrigação contratual organizar a formação da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A.

Como aponta Marta Zorzal e Silva (1986), ao mesmo tempo, foram implementados os mecanismos institucionais para o funcionamento de um processo contínuo de industrialização da economia. Ocorrem significativas modificações nos órgãos considerados chaves da administração pública, como a criação da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com o intuito de execução de sua política econômica. Esta secretaria, foi equipada tecnicamente com engenheiros dos Estados vizinhos e absorveu a maior parte dos recursos financeiros do Estado, em média 42,7%.

O papel da energia elétrica neste contexto da modernização brasileira segue a dinâmica citada por Alexandre Saes (2008)¹⁵:

“conjugado com a emergência do processo de industrialização e urbanização, as transformações no sistema de eletricidade eram parte fundamental na formação do capitalismo brasileiro. As decisões e os projetos políticos para o desenvolvimento do setor de energia elétrica representavam, no limite, as formas como as classes dominantes do país pensavam no grau de subordinação ao capital estrangeiro e a intensidade da modernização”.

No caso capixaba, em 1952 Jones dos Santos Neves (PSD), quando analisa os propósitos da política elétrica e sua relação com os eixos de modernização capixaba diz: “(...) a eletrificação do Estado obedece ao propósito estabelecido nas diretrizes do atual governo de preferência as centrais que mais se aproximem dos eixos de gravidade econômica.” E complementa no mesmo discurso:

“(...) situação estratégica de seu porto de mar (...) tendo como tributárias as regiões de todo o ‘hinterland’ mineiro, o crescente caudal de minério de ferro que desce das vertentes do Itabira em busca do oceano para se encontrar com o carvão importado, tudo isso faz deste litoral um centro monopolizador de futuras indústrias¹⁶”.

Período em que ao mesmo tempo, aos debates sobre o acesso à energia elétrica se intensificavam, e que o setor elétrico passa a ser dotado de instrumentos de planejamento e financiamento de sua infraestrutura como o BNDES, Fundo Estadual de Eletrificação, Fundo

¹⁵ SAES, Alexandre. Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927). Campinas: tese de doutorado – UNICAMP, 2008

¹⁶ Espírito Santo (Estado). Governador 1952, 1953, 1954. Vitória: Imprensa Oficial apud. Silvia, op. cit., p.261, 262, nota 29.

Federal de Eletrificação e a Eletrobrás, que vinha sendo discutido desde 1944, com o Plano Nacional de Eletrificação.

Investimentos em energia elétrica, rodovias e portos foram considerados fundamentais no Espírito Santo, bem como o aparelhamento do estado enquanto ente capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro.

Neste ponto, é possível caracterizarmos inicialmente este *Estado-empresário* como categoria de dominação racional legal, onde Max Weber observa com forma de dominação típica do estado moderno.

Entendemos ele como lugar da existência de normas legais formais, abstratas e universais e do ponto de vista da estrutura, pela existência de um conjunto administrativo burocrático. Weber inclusive, não considera este tipo de contexto um modelo de dominação estático e sim historicamente dinâmicos, onde se colocam pressupostos importantes para os potenciais conflitos que possam existir entre a atividade política e a administração pública.

A conjuntura nacional-desenvolvimentista vigente nos governos Getúlio Vargas deu a Jones do Santos Neves, o argumento básico para propor esta ação intervencionista no Espírito Santo. O modelo econômico que se colocava, com mais intensidade na região da capital Vitória, se baseava no uso maciço de eletrodomésticos e produtos eletrotécnicos, além do automóvel.

O reforço dessa tendência vem com o aterro de mangues, enseadas, desmonte de morros e conseqüente construção de novas avenidas e o porto de Vitória. Também se constitui o aeroporto, prédios comerciais à beira-mar, loteamentos. Neste momento, o Plano de Valorização Econômica do Estado em 1950, concentrava 39% da capacidade de investimento estatal em cinco anos.

A concepção autoritária de Estado presente nos grupos de poder oligárquicos capixabas converteu-se em o que Marta Zorzal e Silva (1986) chama *Estado Social*¹⁷, tendo como diretriz a uma proposição industrializante. Segundo Zorzal e Silva, é onde o espaço das relações políticas não foi pautado pela ruptura, mas pela materialização de um planejamento econômico intervencionista articulado com os diversos grupos de poder regionais e nacionais, como única saída para o provimento de um desenvolvimento socioeconômico e atendimento das respectivas agendas de interesse.

O planejamento enquanto instrumento de poder em uma sociedade sob a ordem da demanda agro fundiária, se tornaria a composição principal do jogo para ocupação da administração pública. A formação da ideia de política econômica do Estado neste caso, é um

¹⁷ O Estado-Social, observado por Marta Silva diz respeito a planificação do desenvolvimento não só a partir da administração pública, mas também a partir dela, através de novas práticas na gestão da educação, assistência social, cultura entre outros aspectos da vida social.

campo de luta onde se decide a centralidade dos interesses de classe tendo como resultado, a relação de forças e conflitos entre grupos dominantes¹⁸.

A ESCELSA despontaria pela primeira vez em 1956, absorvendo pequenas empresas de geração, transmissão e distribuição, suprimindo as deficiências de abastecimento da zona de concessão da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE).

O APROFUNDAMENTO DA CRISE DO CAFÉ E O “CONSENSO” PELA INDUSTRIALIZAÇÃO

Não é possível compreender a consolidação da infraestrutura elétrica no Espírito Santo, bem como seu processo de modernização e industrialização, sem levar em consideração a crise da agricultura cafeeira.

Segundo José Buffon, entre a década de 1940 e 1950, se chega ao máximo da expansão da cafeicultura no estado. Ao mesmo tempo, que esgotando-se as fronteiras agrícolas, pragas, um programa nacional de erradicação e finalmente, que novos setores da economia capixaba ganham dinamismo e logo, que aceleram a falta de mão de obra. Praticamente uma tempestade perfeita, que tem seu desfecho nos primeiros anos da década de 1960, com o declínio derradeiro do cultivo.

Para Ueber de Oliveira (2018), acentuada pelas características do cultivo de café no Espírito Santo, especialmente, de produção agrícola familiar e em pequenas propriedades, a crise causada pelo café levou a grande desorganização da economia capixaba. Entre 1962 e 1967, foram erradicados 53,8% dos cafeeiros capixabas, gerando a eliminação de 60mil empregos, e o que equivaleu a 200mil pessoas migrando campo para a cidade.¹⁹

O cenário, levou as elites capixabas - sobretudo aquelas ligadas ao café, hegemônicas até então - afetadas enormemente com a conseqüente perda da capacidade política, a constatação da necessidade de diversificação profunda da economia, o que Oliveira (2018) chama de “consenso de necessidades”.

Não existia opção para os grupos de poder político e econômico capixaba, a não ser confluir para um profundo projeto industrializante gestado por elas próprias e sob o controle do PSD²⁰. Mesmo assim, parte destas elites agrárias, perdem seu espaço dando lugar a forças com um

¹⁸ POPULANTZAS, 1997 e SAES, 2008.

¹⁹ Ver em Oliveira (2018, pg.147)

²⁰ Partido Social Democrata

viés urbano-industrial, abraçando de forma definitiva o ideário desenvolvimentista que se colocava no país.

Esta dinâmica é corroborada por José Medina Echevarría (1964), quando analisa as questões principais na consolidação das políticas desenvolvimentistas. Para ele são necessários três pré-condições: (1) atores, grupos sociais e políticos, e suas organizações como empresários, intelectuais, burocracia estatal, elite política, operários e classes médias; (2) adoção por parte deles de uma visão de mundo a partir do ideário do desenvolvimento, e por último; (3) força política para canalização dos seus anseios e os verem materializados como política econômica.

A CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO-EMPRESÁRIO CAPIXABA

No contexto que se apresentava, os principais jornais do Espírito Santo da época estavam longe das tensões e da histeria dos noticiários dos outros estados da região Sudeste. Para Oliveira (2018), os jornais capixabas enquanto veículos oficiais das principais elites e grupos políticos locais, mostravam que no Espírito Santo existiam outros interesses mais urgentes.

Os três primeiros meses de 1964, como exemplo, foram marcados pelo auge da encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE). A campanha pela encampação vem a partir do General José Parente Frota, à época, também Deputado Estadual pelo PSD. Uma parte das eleitas capixabas, incluindo Frota, viam a possibilidade de encampação parecida com a que havia ocorrido no Governo Leonel Brizola (1959-1962) no Rio Grande do Sul, porém, bastante criticado pela direita e processo pelo qual Frota expressava profunda repulsa: “para não deixar o movimento cair nas mãos de comunistas”²¹.

O contexto da encampação CCBFE chega as ruas e ao boicote da empresa por meio do não pagamento da conta de luz, quase levando a uma greve no setor. O principal jornal do capixaba, A Gazeta, que havia sido criado e era comandado por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD), ex-governador, trazia matérias e palavras de ordem em favor da encampação.

Assim começa a nacionalização do setor, em 1964 com a aquisição pela Eletrobrás de todas as empresas do grupo Amforp, tem um dos teus pontos altos²². As empresas que pertenciam à Amforp e atuavam no âmbito estadual passam para o controle de seus respectivos governos estaduais, reforçando sua importância como atores de mudança locais.

²¹ (OLIVEIRA, 2018, pg. 66)

²² Processo concluído apenas em 1979, com a compra da Light, encerrando a participação dessas duas empresas estrangeiras no setor elétrico nacional.

Esta conjuntura tem os seus momentos cruciais com a posse do primeiro governador da ditadura, e do antigo quadro do PSD, agora da Arena, Christiano Dias Lopes (1967-1971). Vencedor do primeiro pleito indireto, Dias Lopes acentuou os objetivos desenvolvimentistas como principal política pública. Dentro disso colocou em voga o plano de construção pela Companhia Vale do Rio Doce, do porto de Tubarão e uma usina de pelletização²³ e uma siderúrgica e atreladas a este porto.

Em 1968, como parte do mesmo processo, a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA) seria recriada. Agora criada detentora de plena capacidade, funcionamento e investimento, sob o controle da Eletrobrás e com suporte financeiro e político do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), GERCA (Grupo Executivo para Recuperação da Cafeicultura), CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e CSN (Companhia Siderúrgica Nacional).

Para além do movimento relacionado a estruturação da administração pública a partir dos atores políticos ou das elites políticas estatais, é ainda na gestão Jones dos Santos Neves, que se anexam as entidades corporativas as instancias de planejamento do Estado. Algumas delas como o conselho técnico da FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo) empreenderam a elaboração de projetos de industrialização focados na siderurgia, em uma geografia industrial e no levantamento da realidade econômico-social do Espírito Santo.

A partir governo Christiano Dias Lopes e até o fim da ditadura militar, há profunda da influência da FINDES. Sendo ela a responsável por indicar diversos quadros técnicos e boa parte do secretariado do governo Dias Lopes, além de delinear as diretrizes governamentais. Inclusive, tendo como próximo governador o segundo “biônico” da história do Espírito Santo, Carlos Gehart Santos (1971-1974), oriundo dos quadros da instituição.

É na gestão de Gehart que o processo de industrialização capixaba se altera, buscando a inserção da economia capixaba na economia nacional e mundial. Neste contexto é implementado o que ficou conhecido como Grandes Projetos de Impacto (GP's)²⁴. Os GP's ampliam o papel da Companhia Vale do Rio Doce, além de agregar os projetos de uma fábrica de celulose (ARACRUZ CELULOSE), portuária e logístico (integração com centro-oeste do país através do porto de Tubarão), naval (estaleiros) e turístico.

O que marca esta conjuntura é sobretudo, a predominância de quadros técnico-burocráticos e a transformação acelerada de uma economia agrário-exportadora, para uma industrial urbana.

Esta expansão do parque industrial capixaba e dos investimentos no setor elétrico vão acompanhar o cenário nacional e dura até a década de 1970 com o II Plano Nacional de

²³ A pelletização é o processo de compressão ou moldagem do mineiro de ferro na forma de um pellet.

²⁴ Ver Oliveira, 2018.

Desenvolvimento (PDN II), onde foram concebidos os projetos de Itaipu, Tucuruí e o Programa Nuclear.

Todavia, o financiamento externo para estes e outros projetos, em uma conjuntura externa de plena crise do petróleo, de default Mexicano de 1982 e um contexto interna de declínio do regime militar, vão levar uma das mais profunda crises no setor de energia, se arrastando até os anos 1990, quando a Escelsa, em 1995, é a primeira empresa estadual do setor de energia a ser privatizada através do Programa Nacional de Desestatizações.

CONCLUSÃO

A consolidação da energia elétrica percorre os vários caminhos da modernização no Brasil, sendo participante direto de diversos cenários da vida política, econômica e social. Por esta direção, o processo de institucionalização do setor elétrico ocorrido principalmente entre as décadas de 1940 e 1970, se mistura com a construção da estrutura do Estado-nação.

Mesmo que todo este contexto também seja filho de uma conjuntura que não foge ao script da história do ciclo do capital do mundo ocidental, remetendo aos papéis desempenhados tanto pelo Estado quanto pelos interesses privados na regulação das crises do capitalismo, a construção da modernidade brasileira e o papel da energia elétrica no fomento dos serviços públicos e industriais, estiveram especialmente ligadas a mecanismos de aquisição e/ou preservação do poder de vários grupos sejam eles econômicos ou políticos, em um contexto local ou em escala nacional.

Notadamente, a criação de instituições estatais foram peças chave no contexto de ascensão de uma política urbana em um Estado centralizado e cada vez mais complexo. Mesmo que isso não tenha significado uma ruptura efetiva nas estruturas da desigualdade social.

O que parece claro, é que o desenvolvimento da infraestrutura elétrica pode jogar luz sobre o dilema sobre a discussão do lugar do Estado na dimensão econômica e política. Sobretudo, ao serem construtoras e participantes dos regimes políticos e ao mesmo tempo, produtoras de um bem de consumo fundamental e em certos momentos escassos, para diferentes grupos da sociedade, ajudaram a transformá-la profundamente.

BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, J. F. Espírito Santo (1930-1943): populismo ou hegemonia oligárquica? Vitória: Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2017.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes. Série PNPE, nº19, 1988.

BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, 2015.

BUFFON, J. A. O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

CALIMAN, O. Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento. Revista interdisciplinar de gestão social, v.1 n.2 p.37-63, mai./ago. 20120.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. A vida cotidiana no Brasil Nacional: A Energia Elétrica e a Sociedade Brasileira (1930 – 1970) / Coordenação Marilza Elizarda Brito. Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, M. L. O setor de energia e a constituição do estado no Brasil: o conselho nacional de águas e energia elétrica (1939-1954). Tese. Programa de Pós- Graduação em História. UFF, Rio de Janeiro, 2003.

CONTRERAS, E. C. A. Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1994.

D'ARAUJO, M. C. As Instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 212p. FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Projetos de urbanização em Vitória-ES: Aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna espaço e tempo, São Paulo, nº 15, pp. 105 117, 2004.

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Paz e terra, 1985.

Espírito Santo (Estado). Governador 1952, 1953, 1954. Vitória: Imprensa Oficial. apud. Silva, op. cit., p. 261, 262, nota 29.

EVANS, P. Construting the 21th Century Developmental State: potentialities and pitfalls. In: O. Edigheji (ed.) Constructing a Democratic Developmental State in South Africa Potentials and Challenges. Capetown: HSRC Press.

FELICIANO, R. (Coord.) Panorama da memória da eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

FELIPE, E. S.; OLIVEIRA, U. J. de. (org) Estado, elites, processos e desafios do desenvolvimento no Espírito Santo. Editora Milfontes, Serra, 2018.

FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. da; SIMONINI, Y. Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro o caso da AMFORP (1927-1939). In: Anais do Simposio Internacional Globalizacion, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930. Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y técnicos. Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía y Historia. Barcelona, 2012, ES.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; MEDINA ECHAVARRÍA, José. (1964), Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico. Buenos Aires, Solar Hachette.

HIRSCHMAN, A. O. Os conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v.3, 1994.

JAGUARIBE, H. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

LESSA, C. 15 anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, U. J. de. Elites capixabas no golpe de 1964: o bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982). Editora Milfontes, Serra, 2018.

POPULANTZAS, N. Political Power and Social Classes, New Left Books, London: 1973.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968 EDUFES. Vitória, 2013.

RIBEIRO, D. A. Planejamento e industrialização no espírito santo: o conselho de desenvolvimento econômico do espírito santo (CODEC). Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2016.

SAES, A. M. Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927). Tese. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2008.

_____. Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. Scielo, História vol.28 no.2. Franca, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/08.pdf>

SILVA, M. Z. E. Espírito Santo: Estado, Interesse e Poder. Dissertação. Escola Brasileira de Administração Pública, FGV. Rio de Janeiro, 1986.

_____. Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileira. EDIUFES, Vitoria, 2004.

Por Un Nuevo Órden De Las Cosas: A Imprensa e o Sistema Unitário Na Presidência De Bernardino Rivadavia (1826)

Por Un Nuevo Órden De Las Cosas: The Press and the Unitary System in the Presidency of Bernardino Rivadavia (1826)

Juliana da Silva Sabatinelli¹

RESUMO

Este artigo pretende apresentar como as ideias unitárias de poder se consolidaram entre as províncias que hoje formam a Argentina na década de 1820 através da figura política de Bernardino Rivadavia, o primeiro presidente “argentino” em 1826. Para difundir esse projeto de Estado, a imprensa foi a principal disseminadora das ideias e o veículo formador de opinião durante essa presidência tornando público o projeto unitário para as províncias, os embates com os grupos federais e o plano de uma Constituição em uma conjuntura marcado pela crise interna e externa. Nesse cenário, a questão da soberania guiou os debates acerca da organização política desejada pelas províncias e foi o principal motivo do fracasso do projeto rivadaviano em 1827. A partir dessas ideias, é possível aproximar a historiografia brasileira da argentina e pontuar questões relevantes para cada país no contexto estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Rivadavia, Unitarismo, Guerra com Brasil, Constituição.

ABSTRACT

This article intends to present how the unitary ideas of power were consolidated among the provinces that today form Argentina in the 1820s through the political figure of Bernardino Rivadavia, the first "Argentine" president in 1826. To disseminate this state project, the press was the main disseminator of ideas and the vehicle that formed opinion during this presidency, making public the unitary project for the provinces, the clashes with federal groups and the plan of a Constitution in a conjuncture marked by the internal and external crisis. In this scenario, the issue of sovereignty guided the debates about the political organization desired by the provinces and was the main reason for the failure of the rivadaviano project in 1827. From these ideas, it is possible to approximate the Brazilian historiography of Argentina and score relevant issues for each country in the context studied.

KEYWORDS: Rivadavia, Unitarianism, War with Brazil, Constitution.

1 Mestre pelo programa de História Social da Cultura da PUC-Rio. Email: ju.sabatinelli@gmail.com

POR UN NUEVO ÓRDEN DE LAS COSAS: A IMPRENSA E O SISTEMA UNITÁRIO NA PRESIDÊNCIA DE BERNARDINO RIVADAVIA (1826)

A história argentina é um campo pouco conhecido pela historiografia brasileira. Nosso contato com os historiadores e historiadoras portenhos se resume a alguns temas, como a Guerra da Cisplatina, a Guerra do Paraguai e, em menor escala, o contexto das Ditaduras latino-americanas e a experiência do Peronismo. Esse pequeno contato demonstra o quanto precisamos absorver com a historiografia dos países vizinhos e a importância de um olhar descolado dos grandes centros de pensamento histórico.

Em se tratando de projetos de Estado, esse distanciamento pode ser maior. Por isso, o presente artigo pretende apresentar o projeto unitário de poder desenvolvido em meados da década de 1820 e fortalecido pela presidência de Bernardino Rivadavia entre as Províncias Unidas do Prata. Esse governo durou cerca de sete meses e marcou os anos de 1826 e 1827 como um período em que as províncias puderam apostar na organização da nação política. Isso se deu dez anos após a independência definitiva frente a Espanha, e dezesseis anos após a Revolução de Maio. O contexto era a Guerra com Brasil (ou Guerra da Cisplatina, segundo a historiografia brasileira) e a necessidade de um exército para enfrentar as forças do Império fez com que o Congresso de 1824 elegeesse Rivadavia como o primeiro presidente da “República Argentina”.²

Bernardino Rivadavia nasceu em Buenos Aires em 20 de maio de 1780 (Belsunce, Flórida, 1975). Participou das questões que envolveram o primeiro levante contra a metrópole espanhola (a Revolução de 25 de Maio de 1810) e votou contra a continuidade do vice-rei. Quando o Triunvirato se organizou em 1811, foi nomeado Secretário de Governo e Guerra e, a partir desse momento, a figura política de Rivadavia prevaleceu e se tornou protagonista, chegando a ser considerado pelos três homens que constituíam o Triunvirato como um quarto pilar político. Alguns problemas fizeram com que o Triunvirato se diluísse e tal situação fez com que Rivadavia se afastasse do cenário portenho, e fosse viver e estudar em Londres até 1820. Sua ascensão na política como Ministro se deu durante a década de 1820, nomeada pela historiografia argentina como “Anarquía de los años 20”, quando recebeu o cargo de Ministro de Governo e promoveu algumas reformas importantes na política, na economia e no centro urbano de Buenos Aires. É

2 A expressão aparece entre aspas pois é utilizada conforme está presente no texto da Constituição de 1826. <<http://americo.usal.es/oir/legislativa/normasyreglamentos/constituciones/argentina1826.pdf>> Acesso em 11 de junho de 2020.

importante pontuar que o posto de ministro de Governo ocorreu um pouco depois do retorno de Rivadavia a Buenos Aires, após sua estadia em Londres. (Ternavásio, 2013).

No tempo em que viveu na Europa, Rivadavia conheceu as ideias do Utilitarismo desenvolvidas na Inglaterra por Jeremy Bentham e James Mill. O princípio da utilidade determinava que as ações humanas deveriam ser julgadas segundo graus de dano ou prazer que tais ações proporcionam à comunidade: atitudes corretas geram felicidade, enquanto que as erradas, provocam danos às pessoas. Para Bentham, a busca pelo bem-estar da maioria estaria ligado diretamente ao trabalho dos legisladores considerados responsáveis pela administração da sociedade. Dessa forma, a necessidade de ampliar os níveis de liberdade de expressão seria o melhor caminho para a fundamentação do ideal de “república ilustrada” já que era o ingrediente especial para a consolidação de um governo democrático (Gallo, 2008).

Para criar uma “república ilustrada”, a liberdade de expressão foi expandida com a criação de novas associações e com a expansão da imprensa jornalística que permitiriam ampliar o debate público e o acesso ao conhecimento. A organização da Biblioteca pública e de associações tais como as Academias de Medicina, de Ciências Físicas e Matemáticas, de Música, e da “Sociedad Literaria” (esta última, responsável pela publicação do jornal mais importante da época, o periódico *El Argos de Buenos Aires*, e da revista *La Abeja Argentina*), junto à instituição da “Ley de Prensa” de 1821, que estimulou o surgimento de novos jornais e papéis públicos, caracterizaram o conjunto de medidas rivadavianas como uma “feliz experiência”, que foi coroada com a fundação da Universidade de Buenos Aires em 1821 (Ternavásio, 2013).

Na política, Rivadavia procurou colocar as ideias utilitaristas dentro do Congresso Nacional, na tentativa de organização política do país. Esse Congresso, que aconteceu de 1824 até 1827, é considerado pela historiografia argentina como a terceira tentativa de organização nacional e como um espaço de inúmeras discussões conceituais sobre nação, Estado, República, povo, ordem e soberania. Esses debates dão ao Congresso a ideia de um *foro de lenguajes*, espaço de formação de conceitos.

Essa terceira tentativa significou um outro caminho para a organização nacional diante de um contexto sem liderança nem modelo político em vigor. São dos debates e discursos dos deputados que boa parte dos conceitos e ideários políticos foram originados nesse contexto, principalmente os argumentos acerca do conceito de soberania, sentimento tão caro às províncias.

Na América Espanhola a voz da soberania se constituiu como uma “arma de guerra”, que condicionou a extensão e delimitação dos novos estados. Duas concepções de soberania estiveram em constante disputa: uma indivisível e uma plural; essa última podia

integrar os diferentes corpos políticos em uma associação maior sem perder a soberania frente à figura da União (Goldman, 2014, p. 40, tradução livre).

No Rio da Prata a soberania estava diretamente ligada à construção do projeto nacional. (Goldman, 1998) A posição da soberania construiu esses debates: a união não questionava a soberania dos *pueblos*, preocupação maior das províncias desde o processo de autogoverno colocado em 1810; por outro lado, a unidade estava associada à soberania do centro e traduzia a necessidade de que os *pueblos* e províncias obedecessem a governos instalados na capital.

A historiadora argentina Nora Souto (2008) comenta que essa relação de obediência ao centro não diminuiu a soberania dos *pueblos*, tanto que nas tentativas anteriores de organização política nacional, os representantes eram eleitos por voto. Entretanto, união remetia à ideia de pacto entre as províncias, colocando em funcionamento o princípio da soberania dos *pueblos*. Para sanar esse problema, a Lei Fundamental de 1825, pacto entre as províncias, reconhecia a soberania das províncias ao oficializar que a organização nacional teria um papel secundário na política provincial até que as unidades de poder se organizassem internamente.

O que os representantes não contavam era com a Guerra com o Brasil, declarada em 1825 por Dom Pedro I diante do desejo brasileiro pela manutenção da posse da Cisplatina e da defesa de Buenos Aires em trazer a Banda Oriental para as províncias unidas. Esse conflito, que deu origem ao Uruguai, trouxe problemas para os países envolvidos. Para as províncias do Rio da Prata, fez com que os representantes precisassem investir em exército para a guerra; na prática, deputados de outras províncias alegaram que o conflito era responsabilidade de Buenos Aires e preferiram não se envolver. Daí a ascensão de Rivadavia à presidência. Tendo maioria no Congresso e com a proposta da unidade de poder sem afetar a soberania provincial, em 6 de fevereiro de 1826 o primeiro presidente foi eleito, ferindo a Lei Fundamental de 1825 e o pacto entre as províncias.

Esta electo D. BERNARDINO RIVADAVIA Presidente de las Provincias Unidas del Río de la Plata.

Concluyó la primer hora de sesión. En la segunda, se tomó en consideración y se sancionó el decreto siguiente:

Art 1. Queda nombrado para Presidente de las Provincias Unidas del Río de la Plata el ciudadano D. Bernardino Rivadavia, con arreglo á la ley sancionada en el día 6 del corriente. (*Mensajero Argentino*, 7 de febrero de 1826, n. 24)

A partir desse panorama é possível entender que a chegada de Rivadavia à presidência não foi bem recebida pela maioria das províncias. Além de ter violado a Lei Fundamental, Rivadavia sancionou a Constituição de 1826 com caráter unitário, indo de encontro à questão da soberania

das províncias e apresentou ao Congresso o projeto da Lei de Capitalização, segundo o qual Buenos Aires passaria a ser a capital do poder nacional da República Argentina.

O presidente Rivadavia também não agradou o grupo federal no Congresso, já que a maioria de suas ações políticas iam de encontro com o princípio da soberania das partes defendido pelos representantes federais. O aumento das tensões se deu com a Constituição de 1826, documento elaborado sob as ideias Utilitárias e que fundamentou o sistema unitário de poder. De acordo com o texto, a soberania emanaria dos três poderes; porém, as liberdades eram restritas, já que o Executivo detinha uma parcela maior de poder que os demais. O documento também secularizava o Estado, estabelecia os parâmetros de votação e organizava as câmaras de deputados e senadores. Porém, a soberania estava no poder central, junto à capital, Buenos Aires. Se o documento de 1819, anterior ao de 1826, era pouco claro com relação ao modelo de governo adotado, a Constituição do período rivadaviano declarava no artigo 7 que “A nação argentina adota para seu governo a forma representativa republicana, consolidada em unidade de regime”. (Ternavásio, 2013, p. 155)

Sobre a centralização do governo e do poder na província de Buenos Aires, o historiador argentino Ignacio Zubizarreta (2014) destaca que a província – e a cidade, em alguns momentos – desempenhava papel de “administradora da crise”, já que desde o período colonial concentrava as relações com a Metrópole e, por isso, era mais madura politicamente.

No entanto, eram a falta de riqueza e desenvolvimento, a ausência de pessoal capacitado, a escassa população e o envolvimento político quase ausente dos governadores o que fazia das províncias unidades soberanas. Desse modo, afastadas de seu pai – a Coroa Espanhola – o filho mais velho deveria ocupar-se de cuidar de seus irmãos órfãos mais novos, incapacitados de fazer algo por si mesmos. Desse modo, o que Buenos Aires tentava era unir uma soberania que, segundo a perspectiva do Unitarismo, existia previamente, e que de forma provisória havia se debilitado por “dimensões puramente domésticas” (Zubizarreta, 2014, p. 66. Tradução livre).

Ainda que a situação dentro do Congresso não fosse tão boa, a imprensa que apoiava Rivadavia desempenhou um importante papel de disseminar bons argumentos sobre os feitos do governo e sobre a Constituição. Ao longo de sua jornada política, inúmeros jornais expunham suas ideias, as leis propostas, os debates entre os representantes e a visão dos editores sobre as medidas propostas pelo presidente, dentre eles *El Argos de Buenos Aires* (1822-1825), *El Correo Nacional* (1825-1826) e *El Mensajero Argentino* (1825-1827).

A aproximação de Rivadavia com a imprensa se deve muito pelas ideias utilitárias de liberdade de expressão. Entretanto, é possível classificar Rivadavia como um letrado patriota, conceito de Jorge Myers sobre homens que, no século XIX, foram responsáveis pela construção

de um ideário político em meio às consolidações Estatais entre as antigas colônias espanholas da América do Sul. Parte das medidas em nome do debate público e do acesso ao conhecimento introduzem Rivadavia nesse conceito, pois ainda que suas ideias fossem disseminadas majoritariamente via textos jornalísticos, suas ideias encabeçaram importantes acontecimentos nesse contexto, como o aumento considerável de jornais circulando nas e entre as províncias. (Myers, 2009).

Dentre os periódicos que apoiaram Rivadavia, destaca-se o *Mensajero Argentino*. Esse jornal circulou de novembro de 1825 até julho de 1827, sendo a coluna “Interior” responsável por disseminar a ordem do dia, alguns debates do Congresso e responder provocações de jornais opositores sobre o contexto da época. Além disso, procurou comentar a Guerra contra o Brasil, apontar problemas de algumas províncias e divulgar temas econômicos importantes para o comércio entre as partes. (De Marco, 2006)

De maneira geral, o jornal desempenhou seu papel de construção de opinião pública, em um contexto de forte circulação jornalística. Sendo um “pedagogo” do povo (González, 2008), as páginas do *Mensajero* e de tantos outros cumpriram a função de dar suporte à propaganda revolucionária e conferir legitimidade ao poder, pela identificação dessa opinião com a vontade do povo soberano.

Assim, a construção do projeto unitário pelas palavras do jornal teve relação direta com a presidência de Rivadavia: estabelecer a nova ordem das coisas diante da ausência de um Estado nacional. Para dar força a esse projeto, os editores comentaram a necessidade de um líder, uma cabeça, capaz de organizar as províncias num sistema político que, de alguma maneira, beneficiasse a todas. Essa cabeça concentraria a ordem e organizaria as províncias sob um sistema unitário, ou seja, o poder emanaria a partir de Buenos Aires.

Esta base é dar a todos os povos uma cabeça, um ponto capital que a todos regule e apoie: em ela não há organização nas coisas nem subordinação nas pessoas, e como será funesto se os interessem ficarem como estão no presente, sem um centro que seja garantia de seu cumprimento para que cresçam circulando e multipliquem fecundizando tudo; é preciso que tudo o que forme a capital seja exclusivamente nacional. (*Mensajero Argentino*, 14 de fevereiro de 1826)³

A construção da opinião pública foi versada na ideia de que o governo rivadaviano inaugurou uma nova ordem das coisas políticas entre as províncias há tanto desejosas da

3 “Recibimiento del Sr. Presidente de la Republica de las Provincias Unidas del Río de la Plata.” In *El Mensajero Argentino*, 14 de febrero de 1826, n. 26, p. 2. Tradução Livre.

organização nacional por meio da Constituição. (Goldgel, 2014) O sistema unitário, nas palavras dos editores, traria essa nova ordem das coisas no cenário do Rio da Prata.

Na prática, quando os deputados levaram a Constituição de 1826 para suas províncias, o rechaço foi notório. As realidades provinciais eram desconformes ao que Rivadavia tinha contato, e os unitários não conseguiram se introduzir nessas diversas realidades em 1826. A aceitação do documento que acirrou o centralismo também não foi favorável à presidência de Rivadavia, já que a maioria das províncias com organização política havia estabelecido governos com autonomia provincial. É possível pensar que o presidente, por essa perspectiva, desconhecia a realidade das províncias do interior.

A esperança da organização nacional começou a se desfazer após o rechaço provincial da Constituição, que não vigorou. Os conflitos com o Brasil ganhavam contornos de desgaste, fazendo com que o ministro das relações exteriores de Rivadavia tentasse dois acordos fracassados com D. Pedro I. Somado a isso, o empréstimo do banco inglês, destinado aos gastos da guerra, fazia falta na administração pública, deixando em aberto as inúmeras dívidas contraídas desde o processo de independência. Os estancieiros do interior, protegidos pela Lei de *enfiteusis*, que ampliou o acesso às terras públicas a fim de ocupar as regiões mais ao sul, começaram a perceber que as terras dadas pelo Estado não davam o lucro desejado e a aproximação desses senhores com a autonomia das províncias se tornou nítida.

A guerra que uniu as províncias com o primeiro presidente das Províncias Unidas foi a mesma que tirou Rivadavia de seu *sillón*, colocando as partes mais uma vez em um cenário politicamente instável e marcado por disputas entre unitários e federais. A escolha política de Rivadavia foi renunciar ao poder em julho de 1827, deixando para os deputados e para a facção unitária os ônus do processo. A terceira tentativa de organização Estatal havia fracassado.

En una situación de absoluta debilidad, producto de la oposición de las provincias a la Constitución dictada poco tiempo antes, la guerra civil desatada en el interior y la falta de apoyo en la misma Buenos Aires, Rivadavia decidió desconocer una paz tan deshonrosa y renunció a su cargo de presidente en junio de 1827 (Ternavásio, 2013, p. 159).

O que se seguiu foi uma quarta tentativa de formação do Estado por meio de Manuel Dorrego, principal opositor do projeto unitário e inimigo de *Mensajero Argentino*. Em 1827, Dorrego assumiu o governo de Buenos Aires e resolveu o conflito com o Império do Brasil. Os federais haviam chegado ao poder e permaneceram nesse *status* até a queda definitiva de Juan Manuel de Rosas em 1852, quando as querelas políticas entre federais e unitários ganharam novas roupagens.

Em dezembro de 1826, talvez percebendo a crise que 1827 traria para as Províncias Unidas, os editores do *Mensajero* procuraram defender o jornal enquanto disseminador de informações e formador de opinião, demonstrando aos leitores todo empenho desse veículo de notícias:

não ficou um só pensamento que não se tenha analisado com clareza possível. [o jornal] *El Mensajero* quase deve abandonar estes caminhos que já estão trilhados e deixar ao julgamento das mesmas províncias o fardo sobre a existência ou a ruína, sobre a vida ou a morte da República. (*Mensajero Argentino*, 24 de dezembro de 1826. Tradução livre)

O *Mensajero Argentino* se manteve até a renúncia de Rivadavia em julho de 1827, defendendo suas investidas políticas e tentativas de se manter no poder. O desfecho desse veículo denota que o projeto unitário encontrou força e forma na figura política de Rivadavia, já que a história desse grupo político apresenta baixas significativas de 1826 até 1852, quando o partido foi totalmente ressignificado.

Assim, ligar Rivadavia à nova ordem das coisas por meio do projeto unitário de poder é perceber, por meio da imprensa, como que essas ideias se tornaram públicas, ouvidas e aceitas por parte das províncias. Ao mesmo tempo, sendo o novo algo a ser experimentado, essa ordem centralista desagradou a outra parte das províncias que, buscando seus próprios ordenamentos, se afastaram das demandas de Buenos Aires.

Apesar do governo de Rivadavia apresentar-se original ao contexto, dentro da historiografia argentina ainda existem silêncios bastante significativos. (Zubizarreta, 2013) Boa parte dos trabalhos sobre o governo rivadaviano se refere aos problemas na Guerra, à ascensão de Rosas, e ao governo federal instalado após 1827. O surgimento de alguns trabalhos sobre o Unitarismo entre as províncias do Rio da Prata aconteceu devido à historiografia argentina revisionista, que desde os anos 1990 procura retornar ao passado histórico para estudar temas pouco desenvolvidos e construir melhores visões sobre temas importantes, dentre eles o conceito de *caudillo* e o que se configurou como projeto federal entre as províncias. Nesse caminho, o unitarismo aparece como oposição ao modelo federal na maioria dos trabalhos, tendo em vista que as ideias do Federalismo entre as províncias do Prata seguiram em desenvolvimento após a renúncia de Rivadavia, encontrando maior expressão a partir da década de 1830.⁴

Mesmo assim, a historiografia sobre os Unitários é recente, fazendo com que alguns historiadores realmente comentem sobre esse grupo político. É o caso de Ignacio Zubizarreta, que

4 Sobre as ideias federalistas e seu desenvolvimento político entre as províncias a partir da década de 1830, consultar Herrero (2009) e Chiaramonte (2016).

procura conversar com os historiadores mais importantes da Argentina, Túlio Halperín Donghi e Sergio Bagú, e desenvolver suas impressões a respeito das ideias e do grupo unitário em si.

Donghi e Bagú, junto a Ignacio Zubizarreta, buscaram entender a oposição ao federalismo entre as províncias do Rio da Prata. Sergio Bagú (1974) comenta sobre os unitários dizendo que a origem da facção se encontraria em um grupo político desprezado do rivadaviano, constituindo assim uma facção heterogênea. Bagú também aponta que a facção não foi exclusivamente *porteña* e que o que caracterizou os unitários não foi o centralismo político materializado por eles junto a Rivadavia, mas sim suas intenções reformistas e o desejo de modernizar o Estado e a organização social. Túlio Halperín Donghi (1972), ao contrário de Bagú, aponta que os unitários estariam próximos aos fazendeiros e não voltados à questão do nacional na economia, mas que de maneira geral se constituíram em um grupo político importante para a história das províncias.

Na historiografia brasileira, o silêncio sobre os Unitários é mais profundo devido aos quase inexistentes estudos sobre a presidência de Rivadavia. A Guerra da Cisplatina, que faz ponte com a chegada de Rivadavia ao poder, é, em grande maioria, estudada sob a perspectiva militar e as ações nas fronteiras do Rio Grande do Sul e na relação do conflito com a crise do Primeiro Reinado⁵.

O silêncio na historiografia brasileira se refere também à vida de Rivadavia que, após renunciar à presidência em 1827, escolheu o Rio de Janeiro para viver com sua família. Rivadavia viveu no bairro de Botafogo, no final do século XIX, onde recebeu alguns compatriotas em sua residência e trocou cartas com antigos companheiros de seus tempos áureos na política. Alguns intelectuais como Juan B. Alberdi e Tomás de Iriarte fizeram-lhe visitas e, por meio das memórias que escreveram, é possível saber sobre sua estadia no Rio, já que se tornou um homem pouco sociável e as notícias sobre sua vida na cidade brasileira são escassas. Após a morte da esposa, Rivadavia foi para Espanha, onde faleceu no dia 2 de setembro de 1845, ressentido com Buenos Aires e com toda situação política que se passava na região.

A importância desse trabalho é, portanto, fazer da presidência de Rivadavia um exemplo de opção de organização Estatal, comparando as inúmeras possibilidades que D. Pedro I tinha quando viabilizou o processo de independência do Brasil. Somado a isso, é também despertar na historiografia brasileira, que pouco estuda os processos de independência e constituição do Estado nacional nos países de colonização espanhola, o interesse historiográfico por esses países e suas particularidades. Ademais, contribuir para que as tensões que levaram à Guerra da Cisplatina sejam melhor compreendidas, gerando trabalhos e pesquisas referentes a outro olhar sobre os conflitos

5 Para entender a relação da Guerra com a crise do Primeiro Reinado, consultar Pereira (2012).

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

pela Banda Oriental. Essa agenda de pesquisa será somada ao conhecimento sobre a história das províncias que constituem a atual Argentina, país tão próximo ao Brasil, mas tão pouco conhecido pela nossa academia.

BIBLIOGRAFIA

ARAMBURO, Mariano José. *Estado, Soberanía, Nación y otros conceptos conexos en el Río de la Plata, 1824-1827*. Buenos Aires: Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas. 2012.

BAGÚ, Sergio. *Los unitarios*. El partido de la unidad nacional, en: *Unitarios y Federales*, A.A. V.V. Buenos Aires: Gránica, 1974.

BELSUNCE, César A. García; FLORIA, Carlos Alberto. *Historia de los Argentinos*. Buenos Aires: Editorial Kapeluz, 2a ed., 1975, tomo I e II.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del Federalismo Latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

DE MARCO, Miguel Ángel. *Historia del Periodismo Argentino*. Desde los orígenes hasta el Centenario de Mayo. 1ª ed. Buenos Aires: Educa, 2006.

DONGHI, Tulio Halperin. *De la Revolución de Independencia a la Confederación Rosista*. Espanha: Editorial Paidós, 2000.

GALLO, Klaus. *Bernardino Rivadavia*. El primer presidente argentino. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

GOLDGEL, Víctor. *Cuando lo nuevo conquistó América*. Prensa, moda y literatura en el siglo XIX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

GOLDMAN, Noemí, SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos Rioplatenses*. Nuevas miradas a un viejo problema. 2ª. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

_____, *Nueva Historia Argentina*. Tomo 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998 (pdf) <https://ens9004-inf.d.mendoza.edu.ar/sitio/nueva-historia-argentina/upload/Nueva_Historia_Argentina_Tomo_3.pdf> Acesso em 12 de junho de 2020.

GOLDMAN, Noemí. Soberanía en Iberoamerica. *Dimensiones y dilemas de un concepto político fundamental, 1780-1870*. In SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014, tomo II, p. 40. (pdf) <<https://pt.scribd.com/doc/120572899/Noemi-Goldman-Soberania>> Acesso em 10 de junho de 2020.

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

GONZÁLEZ, Pilar. *Civilidad y Política en los orígenes de la nación argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2018.

HALPERÍN DONGHI, T. *Revolución y guerra*. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

HERRERO, Fabián. *Federalistas de Buenos Aires 1810-1820*. Sobre los orígenes de la política revolucionaria. 1º ed. Remedios de Escalada: De la Universidad Nacional de Lanús, 2009.

MYERS, Jorge. *El Letrado patriota: los hombres de letras hispano-americanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América*. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir). Historia de los intelectuales en América Latina. Buenos Aires: Katz Editores, tomo I, 2009.

PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. UFF: Tese de Doutorado em História Social, 2012.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009 y 2014, 11 vols. em 2 tomos. (pdf) Os arquivos dos verbetes presente no volume I estão disponíveis em <http://www.iberconceptos.net/pt-pt/diccionario-politico-e-social-do-mundo-iberoamericano>. Acesso em 12 de junho de 2020.

SOTO, Nora. *Unidad/Federación*. In: GOLDMAN, Noemí. *Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 175-192.

TERNAVÁSIO, Marcela. *História de la Argentina*. 1806-1852. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013.

ZUBIZARRETA, Ignacio. *Los unitarios*. Faccionalismo, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación decimonónica, 1820-1852. Berlin: Tese de Doutorado, 2011.

_____. *Por los senderos de una relación displicente: La renovación historiográfica argentina y el unitarismo*. Serie Documentos de Trabajo. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2013, n. 518. <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/84470/1/767435877.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2020.

_____. *Unitarios*. Historia de la facción política que diseñó la Argentina Moderna. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2014.

O Movimento Brasil Livre E O Ativismo Online De Inspiração Liberal/Conservadora

The Brasil Livre Movement And The Online Activism Of Liberal/Conservative Inspiration

Renan Alfenas de Mattos¹

RESUMO

O Movimento Brasil Livre, cuja origem remete às Jornadas de Junho de 2013, teve importância recente no país ao ajudar a convocar protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff, a partir, principalmente, das mídias sociais da Internet. Ao investigarmos as origens do MBL, notamos conexões com uma rede global de think tanks orientados pela defesa do liberalismo econômico. Já quando analisamos suas performances, notamos um discurso anticorrupção tendo como foco o antipetismo, aliado a influências de um discurso liberal na economia e conservador nos costumes. Sendo assim, o objetivo do estudo é refletir sobre o ativismo de inspiração liberal/conservadora do MBL. Pretende-se analisar o surgimento do movimento, bem como sua forma de atuação, por meio da análise de postagens no YouTube, levando-se em conta o contexto dos protestos pró-impeachment e do surgimento de uma nova direita no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Brasil Livre; ativismo online; think tanks; frame analysis; nova direita.

ABSTRACT

The Movimento Brasil Livre, whose origin goes back to the Jornadas de Junho de 2013, had recent importance in the country by helping to call for protests in favor of the impeachment of Dilma Rousseff, mainly from the social media of the Internet. When we investigate the origins of the MBL, we note connections to a global network of think tanks guided by the defense of economic liberalism. When we analyze their performances, we note an anti-corruption discourse focusing on antipetism, combined with influences from a liberal discourse in the economy and conservative in customs. Therefore, the aim of the study is to analyze MBL's liberal / conservative activism. It is intended to analyze the emergence of the movement, as well as its form of action, through the analysis of posts on YouTube, considering the context of the pro-impeachment protests and the emergence of a new right in Brazil.

KEYWORDS: Movimento Brasil Livre; online activism; think tanks; frame analysis; new right.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Laboratório de Sociologia Digital - PPGS - UFF, e do grupo de pesquisa Discurso, redes sociais e identidades sócio-políticas (DISCURSO) - CPDA - UFRRJ. E-mail: ramattos7@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em vídeo publicado no dia 15 de abril de 2018, na página do MBL no Facebook, lê-se: “Flávio Rocha diz que Brasil precisa de um Ronald Reagan ou uma Thatcher”, além da legenda: “Nós não precisamos de um fenômeno Macron!”. Flávio, o proprietário da rede de lojas Riachuelo, foi pré-candidato à Presidência da República pelo PRB em 2018, mas acabou desistindo do pleito. No mesmo vídeo, explica que se coloca com uma opção de candidatura de direita na economia e nos costumes, inspirado no ex-presidente norte-americano Ronald Reagan (1981-1989) e na ex-primeira-ministra britânica Margareth Thatcher (1979 – 1990); ao mesmo tempo, se diferencia de Emmanuel Macron, atual presidente da França, que seria um político de direita na economia e esquerda nos costumes. Em artigo de opinião publicado na Folha de SP², Kim Kataguiri, um dos coordenadores do MBL, declarou que Flávio Rocha seria o candidato do Movimento nas eleições presidenciais de 2018. Porém, Flávio acabou desistindo da disputa³.

O exemplo do vídeo acima busca elucidar algumas das influências do movimento, enquanto apresenta o foco de análise empírica: os vídeos postados no YouTube.

O Movimento Brasil Livre, tendo como seus membros mais populares Kim Kataguiri, Fernando Holiday, Artur do Val, Renan Santos e Alexandre Santos, tornou-se conhecido pela participação nas manifestações a favor do Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, fazendo uso maciço das mídias sociais.

Primeiramente, na história do Brasil, é raro um grupo que se auto identifica com a Direita política conseguir mobilizar protestos nas ruas com um grande número de pessoas, como ocorreu em 2015 e 2016. Esses repertórios de confronto político são historicamente ligados a grupos identificados com a Esquerda política⁴.

Em segundo lugar, o Movimento Brasil Livre tem como sua principal forma de mobilização o ativismo via mídias sociais. É postada uma quantidade diária gigantesca de informações em sua página oficial no Facebook, em seu canal do YouTube e em sua conta no Twitter. Isso contrasta o otimismo inicial que se enxergava nas mídias sociais. Apesar de ser um veículo importante de luta

² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/03/kim-kataguiri-o-candidato-do-mbl.shtml?>>. Acesso em 21-05-2018.

³ No dia 13/07/2018, Flávio Rocha anunciou a desistência de sua candidatura presidencial. Disponível em: <<https://istoe.com.br/flavio-rocha-desiste-de-candidatura-a-presidencia/>>.

⁴ Assumimos que *Esquerda* e *Direita* devem ser pensadas em sentido relacional.

contra as opressões, dando voz a movimentos de gênero, raça e anticapitalistas, assim como a grupos marginalizados em todo o mundo, a Internet, como qualquer outra ferramenta tecnológica, está disponível a pessoas, grupos políticos, empresas e governos de todos os espectros político-ideológicos.

Presenciamos recentemente uma influência gigantesca da Internet, em manifestações com um discurso conservador. A filósofa Judith Butler foi alvo de uma petição online, no site CitizenGo, que chegou a reunir mais de 360 mil assinaturas pelo cancelamento da palestra que ela daria em São Paulo em novembro de 2017. Além disso, ocorreram protestos em frente ao SESC de SP, local da palestra, onde as pessoas protestavam contra a “ideologia de gênero”⁵. Também ocorreram protestos contra as exposições artísticas do QueerMuseu⁶ e do MAM⁷.

A influência da Internet para a política conservadora não se restringiu ao Brasil. A *Cambridge Analytica*, por exemplo, teve um papel de destaque na eleição de Donald Trump e na campanha do *Brexit*, com duas vitórias que contrariaram os prognósticos iniciais. A empresa foi acusada de roubar dados pessoais do Facebook de 50 milhões de pessoas e, a partir daí, direcionar propagandas políticas e *fake news* para grupos de eleitores extremamente setorizados (CARDOSO, 2018).

Voltando ao Brasil: a campanha de Jair Bolsonaro, que o ajudou a vencer as Eleições presidenciais em 2018, com apenas 11 inserções de 8 segundos de campanhas na TV⁸, fez uso maciço do Facebook e WhatsApp, por exemplo. Eleitores do candidato de extrema-direita foram os que mais se informaram por WhatsApp e os que mais utilizaram alguma rede social, segundo pesquisa do Instituto Datafolha⁹.

O MBL, que possui pautas *conservadoras nos costumes e liberais na economia*, também se insere nessa onda. O movimento se utiliza de diversos repertórios de ação coletiva que perpassam as dimensões *online* e *offline*, tanto para disputar a interpretação de eventos diários quanto para

⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contrafilosofa-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm?cmpid=copiaecola>.

⁶ “Os protestos acusam a exposição de blasfêmia a símbolos religiosos e de, em alguns casos, pedofilia e zoofilia. O MBL (Movimento Brasil Livre) é um dos grupos que engrossaram as críticas à mostra.” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917269-apos-protesto-mostra-com-tematica-lgbt-em-porto-alegre-e-cancelada.shtml>.

⁷ “A performance de um artista nu no Museu de Arte Moderna (MAM), no Ibirapuera, Zona Sul de São Paulo, gerou polêmica nas redes sociais. Um vídeo que viralizou no Facebook mostra quando uma criança de aproximadamente quatro anos toca no pé do homem. O Movimento Brasil Livre (MBL) e outros movimentos de direita falam em crime; desembargador vê "histeria". Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>.

⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-tera-8-segundos-de-tempo-de-tv-alckmin-5minutos/>.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleitores-de-bolsonaro-sao-os-que-mais-usamas-redes-sociais.shtml>.

mobilizar apoiadores. Dessa forma, se as postagens nas mídias sociais são importantes para o movimento, os atos nas ruas e em outros espaços públicos também os são.

O objetivo do presente trabalho é analisar o surgimento do Movimento Brasil Livre assim como sua forma de atuação. Começaremos por investigar sua origem, que nos leva a sua relação com o *think tank Atlas Network*; depois refletiremos sobre seu ativismo *online* de acordo com resultados da análise de uma amostra de vídeos do YouTube, além dos processos de enquadramento.

ORIGEM E CONEXÕES COM *THINK TANKS*

Juliano Torres, um dos fundadores do Estudantes Pela Liberdade, por meio de entrevista concedida à Marina Amaral (2015), da Agência Pública, ajuda a elucidar alguns pontos que relacionam o Movimento a *Atlas Network*, ao EPL e a versão original, o *Students For Liberty*:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil *likes* na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. Ele vai ser um palestrante. E também na conferência internacional em fevereiro, ele vai ser palestrante.

Notamos que, na página do Facebook do MBL, a fundação do Movimento é indicada como ocorrida em 1 de novembro de 2014. O que nos leva a crer que, baseado na entrevista, esse foi o momento em que Kim e Renan assumem a página, que já existia desde 2013.

Mas o que a *Atlas*, o *Students for Liberty* e o Estudantes pela Liberdade têm em comum? Os três são organizações conhecidas como *think tanks*.

Para Denise Gros, (2008, p.3), os *think tanks* são institutos privados de pesquisa presentes no processo de formulação de políticas públicas orientadas pela doutrina do liberalismo, por meio da produção de conhecimento sobre temas sujeitos à regulamentação pública. Cabe destacar que tais institutos financiam suas atividades, que incluem publicações e debates realizados por equipes técnicas de alto nível, por meio de doações de grandes empresas. Tais redes de *think tanks*, existentes nos EUA e Inglaterra desde os anos 40, contribuíram com críticas ao Estado de Bem-estar Social, que embasaram a atuação política de líderes como Ronald Reagan e Margaret Thatcher. A autora (Ibid, p.4) também atenta para a importância de tais redes para a consolidação do neoliberalismo e para a internacionalização do movimento neoliberal nos anos 80.

Segundo o sociólogo Timothy Mitchell (2015), o mundo das ideias no período pós-Segunda Guerra Mundial era inóspito ao individualismo radical, que é a base de um liberalismo econômico acentuado, também chamado de ultraliberalismo¹⁰. O economista Friedrich August Von Hayek foi um dos principais nomes responsáveis pela expansão dessas ideias ultraliberais, bem como para a organização política dos *think tanks*. Para ele, os "intelectuais", que seriam pensadores de "segundo nível", como jornalistas, professores, comentaristas de mídia, cineastas, escritores de ficção, entre outros, se diferenciariam do "erudito ou especialista em um campo particular". Os intelectuais controlariam a distribuição de conhecimento especializado para os membros da população e atuariam como "*second-hand dealers of ideas*", ou vendedores de segunda mão de ideias. Dessa forma, um movimento neoliberal deveria alterar as ideias distribuídas entre os vendedores de segunda mão, para assim, alterar o "clima de opinião" no mundo. Era também importante que houvesse um líder, um "empreendedor intelectual" que "energizaria a equipe de vendas e seria seu porta voz" (Ibid., p. 386-387).

A obra seminal de Hayek, "O caminho da servidão", foi uma das principais do movimento de expansão neoliberal no campo das ideias. Nela, o autor critica o keynesianismo, destacando que as medidas econômicas advindas do modelo, um caminho do meio entre um sistema democrático que privilegiasse a defesa da propriedade privada individual e um sistema autoritário no qual as propriedades seriam coletivas, levaria, no longo prazo, a este modelo (GROS, 2008). Logo, o Estado de Bem-Estar Social era propenso a falhar, para Hayek. Segundo Camila Rocha (2017, p.99):

Nesta obra, Hayek, fundador da Sociedade de Mont Pelerin, amigo de longa data de John Maynard Keynes, e ex-aluno de Ludwig von Mises, o mais importante nome da escola austríaca de economia, argumenta que o aprofundamento da lógica "coletivista" e

¹⁰ Para Baggio (2016, p.1), o termo ultraliberal é mais preciso que o neoliberalismo, pois "pois sintetiza as propostas de um liberalismo acentuado, na era da globalização financeira".

“estatista” que ampararia o Estado de Bem-estar Social conduziria ao totalitarismo e, portanto, ao fim das liberdades individuais.

Em 1947, em Mont Pèlerin, na Suíça foi realizada uma conferência internacional de 10 dias onde o liberalismo foi debatido com vários nomes importantes¹¹ para o movimento (GROS, 2008). Ao final da conferência, foi criada a Sociedade Mont Pelèrin, importante para a organização do movimento neoliberal já que entre seus integrantes estão vários criadores de *think tanks*¹² pelo mundo (MITCHELL, 2008). Outras organizações importantes dessa época para o movimento foram a *Foundation for Economic Education*, criada em 1946 e a Escola de Economia de Chicago.

O *Institute of Economic Affairs* (IEA), criado em 1955 por Anthony Fisher, teve grande importância para os governos de Margareth Thatcher como primeira-ministra (1979-1990) e Ronald Reagan como presidente (1981-89). Segundo o economista Milton Friedman (que teve sua doutrina monetarista importada pelo IEA nos seus materiais), citado pelo jornalista Lee Fang (2016):

O IEA, fundado por Antony Fisher, fez toda a diferença, disse Milton Friedman uma vez. “Ele possibilitou o governo de Margaret Thatcher – não a sua eleição como primeira-ministra, e sim as políticas postas em prática por ela. Da mesma forma, o desenvolvimento desse tipo de pensamento nos EUA possibilitou a implementação das políticas de Ronald Reagan, afirmou.

No caso de Thatcher, o IEA, localizado na Inglaterra, fomentou os debates a favor do livre-mercado desde a década de 1950, ajudando a tornar o liberalismo a ideologia dominante com a ajuda dos meios de comunicação e da formação de uma geração de intelectuais. Ela também se utilizou do IEA para aprofundar seus conhecimentos sobre teoria monetarista, encontrando-se com Hayek, em 1975, e com Milton Friedman, em 1978, através do *think tank* (GROS, 2008). Dessa forma, muitas políticas da primeira-ministra de cunho liberalizante foram embasadas ideologicamente nos estudos da IEA, que inclusive ofereceu quadros e assessores técnicos para o governo (ROCHA, 2017, p.100).

¹¹ Os participantes da reunião em Mont Pelerin eram economistas europeus e norte-americanos conhecidos e que desempenhariam papel importante na divulgação do liberalismo em seus países. A Escola Austríaca de Economia estava representada por Friederich Hayek e Ludwig Von Mises. Da Inglaterra, vieram Lionel Robbins e Stanley Deninson, da *London School of Economics*; John Jewkes, da Universidade de Oxford; Michael Polanyi, da Universidade de Manchester; e o Jornalista e Historiador C. V. Wedgewood. A Alemanha estava representada por Willian Röpke e Walter Eucken, da Escola de Freiburg. Dos EUA, vieram o Jornalista Henry Hazlitt, do New York Times e da Newsweek; os Economistas Leonard Read, F. A. Harper e V. O. Watts, da *Foundation for Economic Education*; e os professores da Universidade de Chicago Frank Knight, Aaron Director, George Stigler e o jovem Milton Friedman. Os liberais franceses enviaram Jacques Rueff, titular do Tesouro francês no entre-guerras, o Professor de Economia Maurice Allais e o Jornalista Bertrand de Jouvenel. Outros presentes eram o Professor Willian Rappart, do *Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genève*, além de representantes da Itália e da Noruega (COCKETT, 1995 apud GROS, 2008).

¹² Outras instituições importantes dessa época para o movimento neoliberal foram a *Foundation for Economic Education*, criada em 1946 e a Escola de Economia de Chicago (Mitchell, 2008).

O mesmo Anthony Fisher da IEA criou, em 1981, com o apoio¹³ de Hayek, Thatcher e Friedman, a *Atlas Economic Research Foundation*, que depois mudou de nome para *Atlas Network*, com a ideia de que fosse uma “organização-mãe” que coordenasse os *think tanks* já criados e apoiasse novas “filiais” em outros países (ROCHA, 2017, p. 101). No mesmo ano de 1981, iniciava nos EUA o governo de Ronald Reagan, com pautas liberal-conservadoras, “caracterizado pela defesa do livre mercado, desregulamentação da economia, cortes de impostos e redução do orçamento de programas sociais”, além da retomada da corrida armamentista e do discurso anticomunista. (BAGGIO, 2016, p.2)

Em 2013, o nome da organização foi alterado para *Atlas Network*. Atualmente, Alejandro Chafuen, nascido em Buenos Aires, comanda o *think tank*, posto que ocupa desde 1991, três anos após a morte de Fisher (BAGGIO, 2016; FANG, 2016; MELO, 2017; ROCHA, 2017).

Consultando o site da *Atlas Network*, na aba "Partners" dentro de "Global Directory", depara-se com a frase "Explore nosso extenso diretório de 482 parceiros em 92 países em todo o mundo. As forças de nossos dedicados parceiros criaram algumas das maiores melhorias do mundo em liberdade.", além de um mapa interativo onde é possível ver o número de organizações em cada continente. Na América Latina, por exemplo, existem 84. Ainda é possível filtrar por país. Sendo assim, por meio da filtragem, localizamos 12 parceiros da Atlas no Brasil¹⁴. São eles: Estudantes Pela Liberdade (Belo Horizonte, Brasil), Instituto De Estudos Empresariais (Porto Alegre, Brasil), Instituto De Formação De Líderes (Belo Horizonte, Brasil), Instituto Liberal (Rio De Janeiro, Brasil), Instituto Liberal De São Paulo (São Paulo, Brasil), Instituto Liberdade (Porto Alegre, Brasil), Instituto Ludwig Von Mises Brasil (Sao Paulo, Brasil), Instituto Millenium (Rio De Janeiro, Brasil), Líderes Do Amanhã Institute (Vitoria, Brasil), Mackenzie Center For Economic Freedom (Sao Paulo, Brasil) e *Students For Liberty* Brasil (São Paulo, Brasil).

Segundo o trabalho de Silva (2016, p. 71), o Movimento Brasil Livre constava nessa lista de parceiros da *Atlas*, no mesmo site, quando o autor a acessou em 22 de fevereiro de 2016. Baggio (2016, p. 7), que atestou o MBL na lista em maio de 2016, não o encontrou quando verificou de novo em julho de 2016.

¹³ “Fisher começou a levantar fundos junto a empresas com a ajuda de cartas de recomendação de Hayek, Thatcher e Friedman, instando os potenciais doadores a ajudarem a reproduzir o sucesso do IEA através da Atlas.” (FANG, 2016)

¹⁴ Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>>. Consulta realizada em 25/01/2018.

Notamos também o Estudantes pela Liberdade como parceira da *Atlas*. O *think tank* foi fundado por Fábio Ostermann, Juliano Torres e Anthony Ling (que é filho de Willian Ling, do Instituto de Estudos Empresariais), baseado no *Students for Liberty*, um grande *think tank* norte-americano.

Porque as conexões de membros do MBL com o EPL e a *Atlas Network* são importantes para este trabalho? Como vimos, a defesa do liberalismo econômico está presente em todas as organizações citadas, incluindo o MBL. Reagan e Thatcher, governantes lembrados por promoverem políticas públicas liberais na economia, são grandes influências para o Movimento, como podemos perceber no discurso de Flávio Rocha, citado na introdução deste artigo. Dessa forma, no próximo bloco, buscaremos refletir sobre o ativismo online do MBL através de vídeos do YouTube.

O ATIVISMO DO MBL NO YOUTUBE

Apresentaremos alguns resultados parciais de análise de amostra de 30 vídeos. O intervalo selecionado corresponde ao dia em que o primeiro vídeo foi postado no canal do MBL, 17 de outubro de 2014 até o dia 2 de abril de 2018.

Em relação à forma, os vídeos foram agrupados em três principais categorias, tendo em vista suas características: as *montagens*, os *vídeos com cenas de protestos* e as *transmissões ao vivo*.

O primeiro vídeo postado no canal do YouTube do MBL, no dia 17/10/2014, de título “Chico Buarque apoia Dilma 45”¹⁵, é do tipo *montagem*. O vídeo originalmente apresentado na campanha de Dilma Rousseff nas eleições, em que o cantor Chico Buarque demonstra seu apoio, é dublado com uma voz desconhecida, que diz:

Eu voto na Dilma porque dá dinheiro para os amigos, confio nela. Um robô sobretudo que não sabe completar uma frase, e que desmaia quando apanha no debate. Eu voto nela porque com ela eu tenho certeza que minhas verbas da lei Rouanet serão mantidas, aprimoradas, aprofundadas. Dilma, você compra o que a gente pensa, você rouba e a gente defende. Em 2010, eu voltei na Dilma porque eu sou uma putinha do Lula. Este ano voto na Dilma porque ela fode tua roda viva.

Após a fala de Chico Buarque, aparece o “Dilma presidente, vice Michel Temer”, relativo ao vídeo original de campanha e logo depois, aparece o 45 bem grande na tela junto a

¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mVsYDQmDDyg>>.

#raioprivatizador abaixo. O locutor da campanha original fala “Dilma, presidenta”, e então é cortado por outra voz, que diz “45”. O número 45 faz alusão ao PSDB, o mesmo de Aécio Neves na eleição à presidência da República de 2014.

Os vídeos que chamamos de *montagens* são caracterizados por vídeos oficiais de campanhas, em sua maioria do PT, editados com o fim de buscar a sátira, o “cômico”, ou mesmo rebater um argumento. No caso acima, notamos ainda um linguajar chulo nos comentários sobre Chico, Lula e Dilma.

Já em sete vídeos, encontramos cenas de protestos políticos que o Movimento Brasil Livre participou. O vídeo postado no dia 09/12/2014¹⁶ inicia com a frase “6 de dezembro São Paulo” e com o grito dos manifestantes: “a nossa bandeira jamais será vermelha”; além das imagens do protesto na rua ao fundo. E logo há o foco numa camiseta, onde se pode ler “organização”: “Movimento Brasil Livre” e “Vem Pra Rua”. Depois começam a serem mostradas imagens do ato, com foco em vários cartazes. Notamos muitos manifestantes vestidos com a camiseta da seleção brasileira de futebol e portando a bandeira nacional brasileira. E então começam a serem mostrados membros do MBL discursando.

Renan Santos, alternando com os outros membros do MBL, diz:

O governo da Dilma já não está acontecendo. Nunca antes nossos parlamentares de Brasília agiram da forma que eles estão agindo. Eles estão agindo com o coração, porque nós, no dia 1, no dia 15, o pessoal da Vem Pra Rua antes, nós obrigamos os nossos parlamentares a agirem como homens. Agora eles vão agir como homens. Haddad, em 2016 tua casa caiu filhão, caiu mesmo. Não vai rolar. A questão é, os políticos sempre pautaram a gente, de agora em diante, nós pautamos eles.

Logo, Kim Katagiri diz: “nós nunca vamos deixar que este país seja uma ditadura totalitária, que é o objetivo do PT”. Depois disso, ouvimos os manifestantes gritando: “Ei Haddad, tomamos a cidade”; Paulo Batista diz: “Fora PT, Fora PT! Vamos buzinar você que é contra o PT! Buzinaço, buzina aí!”; Alexandre Santos, discursa: “Nós ainda estamos aqui, e vamos continuar contra esses bandidos, salafários, inimigos da liberdade.”. Por último, Paulo Martins diz:

Que isso dona Dilma, nós não aceitamos ver a Petrobrás estuprada na verdade, que é isso que acontece, temos uma quadrilha patrocinada pelo PT e seus aliados alugados, que usam toda a estrutura da empresa para financiar o seu maldito projeto de poder, para se beneficiar, e também para servir aos planos nefastos do foro de SP. O Brasil consegue furar a barreira na informação graças à liberdade na Internet que a tecnologia e o capitalismo nos proporcionou.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q0fpihZZec&t=8s>>.

Notamos que, nos discursos, destacam-se as ideias de pautar o congresso por meio das ruas, de tirar o PT do poder e de defender a Internet como meio alternativo para a busca de informação.

O foco nas imagens dos cartazes é um recurso bastante utilizado nesse e em outros *vídeos com cenas de protestos* políticos. Nesse, podemos ler em cartazes: “Atlas revoltou-se contra o PLN36”¹⁷, “Fora Dilma, Pede pra Sair, Leve o PT”, “Menos Marx Mais Mises”, “Menos Duvivier Mais Gentili”¹⁸, “Menos Keynes, Mais Hayek”¹⁹, “Olavo tem razão”²⁰, “liberdade política” e “Dilma 171”. Aqui percebemos a grande quantidade de referências que o estudo dos cartazes dos protestos podem nos fornecer. Nesse caso, notamos referências ao liberalismo econômico.

No dia 18 de março de 2015, foi postado um vídeo²¹ com o título “15 DE MARÇO – A maior manifestação da história do Brasil”. Ele começa com imagens do protesto a favor do impeachment de Dilma Rousseff, com o áudio do canto: “ôôô, o PT roubou”. São mostradas várias imagens do ato na Avenida Paulista, onde podemos observar grande concentração de pessoas, que estão vestindo em sua maioria camisetas verde e amarelo da seleção brasileira de futebol. Logo após, aparece a frase “A maior manifestação da história do Brasil”. E começa o discurso de Fernando Holiday, que está em cima de um palanque:

O PT há anos vem dividindo a sociedade: nos dividiu entre ricos e pobres, nos dividiu entre negros e brancos. Mas a partir de hoje, suas divisões inúteis não vão mais separar o povo brasileiro. Porque estamos demonstrando, que somos um só povo, de uma só nação. Temos uma hoje uma presidente claramente envolvida em um lamaçal de corrupção.

”Nós queremos, pedimos, imploramos, Impeachment já!

E então, Renan Santos:

Para os parlamentares de oposição, o dinheiro deles está aqui ‘ó’, no bolso, durante 4 anos. Eles pediram para a Dilma sangrar e a gente sangrar junto. Vocês querem esperar? Vocês querem sangrar com a Dilma? Vocês querem mais três anos de mentiras? Vocês querem perder seus empregos? Então é impeachment já!

¹⁷ Referências ao livro “A revolta de Atlas”, que alguns dizem ser a referência para o nome da *Atlas Foundation*, *think tank* que coordena uma rede com outros *think tanks* menos na América Latina, e que Kim Kataguirí é membro. Já o PL36/14 refere-se a um projeto de lei que altera o cálculo do superávit primário.

¹⁸ Uma referência aos humoristas Gregório Duvivier, que possui posicionamentos políticos ligados ao espectro ideológico de esquerda, e a Danilo Gentili, com posicionamentos à Direita.

¹⁹ Referência a John Maynard Keynes, que defendia a intervenção estatal na Economia, e a Friedrich Hayek, que defendia a ultra liberalização da Economia.

²⁰ Conhecido conservador brasileiro, escritor do Best Seller: “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qem_0OGZEjk>.

São mostradas imagens da manifestação, onde são focados alguns cartazes durante alguns segundos, com os letrados “O PT É UM CANCER TOTALITÁRIO” e “MENOS ESTADO, MENOS IMPOSTO”. Notamos mais pessoas com bandeiras do Brasil e com camisetas da seleção brasileira de futebol.

Renan Santos faz a leitura da do que chama de “carta aos congressistas”, que é repetida pelas pessoas na manifestação:

Nós os brasileiros, exigimos nessa tarde que abandonem seu discurso fácil e sintam as vozes das ruas. Não aceitamos um governo golpista, que rouba nosso dinheiro, que rouba nossa esperança, e acima de tudo, que rouba nossa liberdade. Não faremos sacrifícios, nem pagaremos a conta, daqueles que insistem em nos oprimir. Caros congressistas. O povo brasileiro exige apenas uma coisa. Deixem seus interesses de lado e sejam oposição. Impeachment Já!

Depois disso, ocorre o discurso de Kim:

O PT diz que a gente é fascista, o PT diz que a gente é golpista. Mas os fascistas são eles, os golpistas são eles. Se impeachment é golpe, porque o PT pediu impeachment do Collor, porque pediu impeachment do FHC? Os golpistas são eles. Eles são a elite. O que Lula e Dilma fizeram não é só motivo para cassação não, é motivo pra cadeia. Eles só não foram presos até agora, porque a oposição de verdade não estava na rua, porque o povo não estava na rua. O PT pode mandar o MST, o PT pode mandar a CUT, mas ele nunca vai acabar com a maior oposição do Brasil, que é o povo brasileiro!

Após Kim, aparecem as seguintes frases em verde em amarelo: “A moderação na defesa da liberdade não é uma virtude.”, “Seja oposição!” e “12abr será ainda maior!”.

Um dos conceitos muito utilizados nos estudos sobre mobilização política é o de *frame*, desenvolvido por Benford e Snow (1986; 2000), baseado na obra de Erving Goffman (1974).

Para Goffman, (1974, p.21 apud BENFORD e SNOW, 2000, p.614) os *frames* denotam “esquemas de interpretação” que permitem aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular” ocorrências dentro de seu espaço vital e do mundo em geral.

Frames de ação coletiva, derivados da ideia goffmaniana, são conjuntos de crenças e significados orientados para a ação que inspiram e legitimam as atividades e campanhas de uma organização do movimento social. Além disso, “desempenham uma função interpretativa simplificando e condensando aspectos do que está acontecendo, visando mobilizar apoiadores, angariar apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas”. (BENFORD e SNOW, 2000, p.614)

Os *frames* ou quadros de ação coletiva são gerados pelo trabalho de significação e construção de significado que visa simplificar aspectos da realidade para conseguir apoio e mobilizar pessoas, chamado de *framing* ou enquadramento. Recuperando o conceito de tarefas principais de enquadramento (BENFORD e SNOW, 2000), podemos pensar primeiramente no enquadramento diagnóstico, que diz respeito à identificação das fontes de causalidade, culpa e /ou agentes

culpáveis. Nos dois primeiros vídeos com cenas de protestos, um ocorrido no dia 06/12/14 e o outro em 15/03/15, vemos o PT, incluindo Dilma e Lula, que “roubou”, que é corrupto, que dividiu a sociedade, como a principal causa de culpa do problema. Já no enquadramento prognóstico, que diz respeito à articulação de uma solução proposta para o problema, assim como as estratégias para executar o plano, vemos a defesa do Impeachment, que seria conseguida através do eco das “vozes das ruas” do “povo brasileiro”, isto é, dos protestos de rua. No enquadramento motivacional, entendido como uma justificativa para o envolvimento na ação coletiva, incluindo a construção de vocabulários apropriados de motivação, podemos pensar no discurso de Renan Santos do dia 15/03: “Eles pediram para a Dilma sangrar e a gente sangrar junto. Vocês querem esperar? Vocês querem sangrar com a Dilma? Vocês querem mais três anos de mentiras? Vocês querem perder seus empregos? Então é impeachment já!”.

Claramente vemos vocabulários motivacionais que tentam mobilizar emoções, e que se unem no discurso ao enquadramento prognóstico, a defesa do impeachment.

As cenas dos protestos, dos cartazes erguidos pelos manifestantes, dos discursos dos membros do MBL, com a música ao fundo, mostram o desejo de transmitir as emoções de quem presenciou o fato. E, somadas a edição das imagens, direcionam a atenção do espectador do vídeo para uma compreensão “enquadrada” do fenômeno.

Dessa forma, o espectador sente-se convidado a apoiar o movimento tanto com um clique para “curtir” o vídeo, quanto para comparecer a novos atos nas nos espaços físicos das ruas, bem como no apoio financeiro realizado por meio de doações.

Tatagiba, Trindade E Teixeira (2015) podem nos ajudar a refletir sobre as cenas de protesto presentes nos vídeos acima. Em seu ensaio, “CorruPTos”, buscam refletir sobre os “eventos de protestos à direita” de forma cronológica, que ocorreram em São Paulo desde o ano de 2007 até 2015. O texto situa o MBL como um integrante desses protestos, que se intensificaram no Brasil a partir de 2013, com as Jornadas de Junho; em 2014, com os períodos pré e pós-Eleições presidenciais; e atingiram o auge em 2015, com a manifestação do dia 15 de março.

Para os autores, três organizações vão se destacar, nos atos pré e pós-eleições em 2014: O Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre e Revoltados Online. Os grupos “têm no antipetismo o grande traço em comum, ou seja, seu grande objetivo é tirar o PT do poder”, porém “o discurso de livre mercado e da concorrência capitalista como projeto político parece ser defendido de forma mais explícita pelo MBL” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 16).

Segundo os autores, tanto o MBL quanto o Vem Pra Rua mostravam seu “apego à ordem democrática”, rechaçando uma possível intervenção militar. Porém, o “Revoltados On-line”²² parece ter um discurso um tanto ambíguo nesse aspecto, pendendo mais para o lado do autoritarismo” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 16).

As mesmas organizações se destacaram na manifestação do dia 15 de março de 2015 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, p. 18-19):

No dia 15 de março, após meses de articulação e de convocação pelas redes sociais, realiza-se em várias cidades do país uma manifestação de grandes proporções contra a Presidente Dilma e o governo do PT. Os organizadores principais continuam sendo o MBL, Vem Pra Rua e Revoltados On-line. Na época, estas três organizações concordavam com o alvo, o PT, mas o Vem pra Rua discordava da bandeira pelo impeachment. A cidade de São Paulo foi, sem dúvida, o grande epicentro da manifestação, com 1 milhão de pessoas ocupando a Avenida Paulista segundo os organizadores - o Instituto Datafolha estimou o público total em 210 mil. A despeito da divergência numérica, o Datafolha destacou que era a maior manifestação na Avenida Paulista desde as "Diretas Já" em 1984.

Os autores também utilizam o conceito de *frame*. Para eles, as justificativas dos protestos estão ancoradas em dois *frames* principais: o combate à corrupção e o antipetismo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 4). Notamos os dois nos discursos presentes nos vídeos.

Uma característica importante do ativismo *online* do MBL é a convivência com o espaço *offline* numa relação de continuidade. Isso é, a mesma manifestação de rua que ocorre em um espaço físico, também pode ser acompanhada por meio das mídias sociais. A instantaneidade da circulação de informação dentro de um ato comunicacional entre dois ou mais indivíduos fica evidente em alguns vídeos do MBL, que são transmitidos ao vivo através do YouTube, e após o fim da transmissão, ficam disponíveis para acesso em qualquer momento posterior. O “MBL NEWS”, programa em que os membros do movimento comentam notícias, é um desses exemplos.

No dia 13/12/2017 é transmitido, ao vivo, o vídeo²³ (com a maior duração de nossa amostra, 1 hora e 33 minutos) de título “MBL NEWS | 13/12/17 | PREVIDÊNCIA ADIADA, DESARMAMENTO SEGUE NO SENADO, E VD. MARISA LETÍCIA? WTF?”. Os apresentadores Salsicha (Alexandre Santos) e Eric Balbinus leem as notícias selecionadas de seus smartphones, assim como as comentam e fazem piadas entre as duas coisas. Salsicha explica que o

²² No dia 28 de agosto de 2016, a página do Facebook “Revoltados Online”, com mais de 2 milhões de seguidores e mais de 100 mil postagens foi excluída por desrespeito às normas da plataforma. Em reportagem da Revista Piauí com Marcello Reis, criador da página, lemos: “A tréplica do Facebook foi direta: “Nossas regras proíbem conteúdos como discurso de ódio e homofobia.””. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>>.

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i2LLjP9fE0U&t=4297s>>.

vídeo está sendo transmitido para ser melhor assistido pelo YouTube, e convoca as pessoas que estiverem vendo pelo Facebook a migrarem para a outra plataforma.

O programa busca a interação com seus espectadores e, ao mesmo tempo, a captação de recursos, por meio dos *pimbas*. Os *pimbas* são comentários enviados através do recurso *superchat*²⁴ do Youtube, que devem ser lidos pelos apresentadores ao fim do programa. Esse tipo de comentário só possível através da “doação” de um valor. Se o valor for menor que 5 reais, serão apenas lidos; se forem iguais ou maiores que 5 reais, serão lidos e respondidos.

O *superchat*, representado pelo comentário destacado através do pagamento, é uma funcionalidade do Youtube disponível para qualquer transmissão ao vivo. O *pimba* é o nome que o MBL dá para essa funcionalidade, com o incremento da resposta ao comentário. Uma das outras funções do *pimba* é a quebra do roteiro do programa, possibilitando o apoio dos espectadores também para escolher a pauta a ser discutida mediante o pagamento.

O locutor do MBL NEWS diz durante o vídeo:

Tem gente perguntando como faz *pimba*, como doa para o programa. Os *pimbas* são os *superchats*, você faz uma doação e você faz uma pergunta também, ou se quiser fazer uma piada, ou se quiser mandar a gente tomar no... é só doar pelo *superchat*.

No início deste vídeo, foi anunciado que a pessoa por trás da maior “doação”, ou do maior “pimba”, ganharia dois livros: *Quem é esse moleque para estar na Folha?*, de Kim Kataguirí, e *Por que o Brasil é um país atrasado?*, de Luiz Philippe Órleans e Bragança, descendente da família imperial brasileira, que Salsicha chama de “príncipe”.

Como explicamos, o vídeo acima foi transmitido ao vivo pelo YouTube. Temos três vídeos do tipo em nossa amostra. Eles apresentam algumas características em comum, tais como as interações com os espectadores através dos *pimbas*; a duração grande dos vídeos em relação ao resto da amostra, com média de uma hora; o formato e cenário dos programas, que lembram programas jornalísticos televisivos.

²⁴ “O *Super Chat* é uma nova maneira para fãs e criadores de conteúdo interagirem durante transmissões ao vivo. Os fãs podem comprar *Super Chats* para destacarem mensagens dentro do *stream* de bate-papo ao vivo. Os *Super Chats* se destacam entre as outras mensagens de duas formas: Seu *Super Chat* é destacado com uma cor diferente; seu *Super Chat* é fixado no painel de mensagens por um período determinado, dependendo do valor selecionado. A cor do seu *Super Chat*, o período em que ele fica fixado no painel e o comprimento máximo da mensagem são determinados pelo valor da sua compra.”. Disponível em: <<https://support.google.com/youtube/answer/7277005?hl=pt-BR>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho era analisar o surgimento do Movimento Brasil Livre assim como sua forma de atuação. A rede de *think tanks* que o movimento faz parte, com objetivos bem delineados, e com diversos recursos à disposição são fundamentais para o entendermos. O estudo dessas relações com instituições antigas e estabilizadas mostram que o MBL não começou sozinho, de forma espontânea, mas foi auxiliado por profissionais. Porém, a dimensão do intenso ativismo é a diferença: o MBL não é um *think tank*. Ele não deixa de tentar influenciar o debate público, mas o faz por meio de ações políticas mais diretas, utilizando-se de passeatas, carreatas, mídias sociais e mesmo da entrada na carreira política institucional.

O modo como o movimento utilizou o YouTube no contato com potenciais apoiadores de suas pautas e na arrecadação de recursos é outra contribuição. Acreditamos que a mídia social é fundamental para o Movimento difundir seus *frames* ou quadros e, assim, disputar os significados de diversos eventos com fins de mobilizar apoiadores e recursos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. *Agência Pública*, 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em 15/01/2018

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. *Encontro Internacional Da Associação De Pesquisadores E Professores De História Das Américas*, v. 12, 2016. Disponível em: <<http://ifg.edu.br/attachments/article/7536/Conex%C3%B5es%20ultraliberais%20nas%20Am%C3%A9ricas%20o%20think%20tank%20norte-americano%20Atlas%20Network%20e%20suas%20vincula%C3%A7%C3%B5es%20com%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20latino-americanas%20%E2%80%93%20K%C3%A1tia%20Baggio.pdf>>. Acesso em 20/12/2017

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. *Annual review of sociology*, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000

CARDOSO, Bruno. Por que fazer uma sociologia da internet? Sobre o caso Cambridge Analytica e Facebook. *Blog do Laboratório de Estudos Digitais – IFCS/UFRJ*. Disponível em:

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

<<https://ledufrj.wixsite.com/ledufrj/single-post/2018/03/25/Por-que-fazer-uma-sociologia-da-internet-Sobre-o-caso-Cambridge-Analytica-e-Facebook>>. Acesso em 01/05/2018

FANG, Lee. Esferas de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. *The Intercept Brasil*, 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em 01/05/2018

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. *Ensaio FEE*, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008

MITCHELL, Timothy. Rethinking economy. *Geoforum*, v. 39, n. 3, p. 1116-1121, 2008

MITCHELL, T. How Neoliberalism makes its world. In: Mirowski, P., & Plehwe, D. (2015). *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. (Vol. 16)

ROCHA, C. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. *Millcayac - Revista Digital de Ciências Sociais*, v. 4, n. 7, p. 95-120, 28 set. 2017. Disponível em: <<http://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/millca-digital/article/view/1020>>. Acesso em 01/05/2018

SILVA, Danniell Gobbi Fraga da. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da rede estudantes pela liberdade*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2016

SNOW, D. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American sociological review*, p. 464-481, 1986.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. CorruPTos. Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). *no prelo:[sn]*, 2015

As Grandes Cidades e Suas Contradições Internas: A Sociologia Urbana de Friedrich Engels

The Great Cities and Their Internal Contradictions: The Urban Sociology of Friedrich Engels

Wallace Cabral Ribeiro¹

RESUMO

Friedrich Engels, em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1844/45), verificou uma série de mazelas que constituem a vida das grandes cidades, como o adensamento populacional, desigualdades sociais, segregação espacial, déficit habitacional, miséria, violência, individualismo, epidemias, poluição, desemprego etc. Ao analisar todos esses fenômenos, sua obra se orientou por múltiplos campos de conhecimento, como história, antropologia, ecologia, política, economia, epidemiologia, entre outras. Este artigo tem como objetivo identificar e analisar as contribuições de Engels para o campo da sociologia urbana, na clássica obra acima mencionado.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia Urbana; as grandes cidades; contradições sociais; urbanização; industrialização.

ABSTRACT

Friedrich Engels, in his work *The Situation of the Working Class in England* (1844/45), verified a series of problems that constitute the life of big cities, such as population density, social inequalities, spatial segregation, housing deficit, poverty, violence, individualism, epidemics, pollution, unemployment, etc. In analyzing all these phenomena, his work was guided by multiple fields of knowledge, such as history, anthropology, ecology, politics, economics, epidemiology and others. This article aims to identify and analyze Engels' contributions to the field of urban sociology in the classic work above mentioned.

KEYWORDS: Urban Sociology; the big cities; social contradictions; urbanization; industrialization.

¹ Mestre em sociologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGS – UFF), bacharel em Sociologia pela mesma instituição, consultor da Revista Ensaios, membro do Núcleo de Estudos Friedrich Engels (NEFE), do Laboratório de Estudos Socioantropológicos em Política Arte e Religião (LePar) e do Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e Arte (Nectar – UFF). Email: cabralwallaceribeiro@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ao longo de toda sua vida, Friedrich Engels dedicou-se à luta política em favor da classe operária. Em sua trajetória político-intelectual, estudou os diversos processos interligados à formação histórica do capitalismo. Ao debruçar-se sobre esta tarefa, se dedicou aos mais variados temas. Em sua vasta obra, é possível encontrar conhecimentos relacionados às áreas de sociologia da religião, história, antropologia, ciência política, economia, ciências naturais, biologia evolutiva, física, química, educação, relações de gênero, ciências jurídicas, epidemiologia, filosofia, astronomia, ciências militares, entre outros campos do saber. A algumas dessas áreas, às quais Engels se dedicou com mais afinco, e, por isso, contribuiu mais significativamente, desenvolveu ideias originais e iconoclastas: este é o caso da sociologia urbana.

No final da década de 1830, Engels teve uma rica experiência quando investigou e analisou as condições de vida dos operários na cidade de Wuppertal, na Alemanha. Em 1839, com apenas 18 anos, publicou no periódico *Telegraph für Deutschland*, as *Cartas de Wuppertal*, assinando-as com o pseudônimo de Friedrich Oswald. Segundo Hunt, esses textos “eram de uma autenticidade ímpar, uma experiência de testemunha ocular naquela região deprimida, embriagada e desmoralizada” (2010, p. 49), “as ‘Letters’ são uma crítica magnífica e brutal dos custos humanos do capitalismo” (*Op. cit.*, p. 50).

Nesses textos, Engels já relatava com vivacidade as circunstâncias em que se encontravam os trabalhadores de Wuppertal, apontando para as péssimas condições de trabalho, alcoolismo, degradação moral, precariedade da educação, contraste entre miséria e opulência, doenças e também uma densa crítica à religião, como pode ser verificado nesta passagem:

Entre as classes inferiores prevalece uma miséria terrível, particularmente entre os trabalhadores das fábricas de *Wuppertal*; a sífilis e as doenças pulmonares são tão generalizadas que é difícil de acreditar; somente em *Elberfeld*, das 2.500 crianças em idade escolar, 1.200 são privadas da educação e crescem nas fábricas, apenas para que o fabricante não precise pagar a um adulto, que custa, o dobro do salário que ele paga a uma criança. (Engels, 1975, p. 10, tradução livre).

Nesse momento, Engels ainda não era comunista nem materialista, mas já demonstrava uma forte inclinação aos problemas sociais existentes na sociedade. “O mais importante nas *Cartas de Wuppertal* é a crítica das relações sociais” (Instituto de Marxismo-Leninismo CC-PCUS, 1986, p. 22).

Outra experiência importante para a sociologia urbana é de um Engels amadurecido, comunista e materialista, em seu texto *Contribuição ao Problema da Habitação*, de 1872/73. Nesse texto, Engels discute a crise da habitação como um problema crônico do capitalismo:

O que hoje se entende por escassez de habitação é o particular agravamento das más condições de moradia dos operários em consequência da afluência repentina de população para as grandes cidades; é um formidável aumento dos aluguéis, uma maior aglomeração de inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade total de encontrar abrigo. (ENGELS, 1976, p. 50)

Apesar de o autor ter contribuído enormemente para este segmento da sociologia, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, este trabalho se limitará a abordar a sociologia urbana em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de 1844/45.

Uma das características de fundamental importância nessa obra é a variabilidade das fontes de informação, que vão desde relatórios de inspetores fabris até a imprensa socialista, como o periódico *Northen Star*. Além disso, “Engels fez uso de depoimentos orais e da observação direta das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, obtendo, com tais procedimentos, um conhecimento mais profundo e minucioso da condição operária” (Castellucci, 2007, p. 22).

Ao desembarcar na Inglaterra, Engels rapidamente desenvolveu uma militância junto aos movimentos operários, o que lhe permitiu conhecer a realidade dos trabalhadores. Outro fator de suma importância para que Engels conhecesse de uma forma mais intensa a realidade dos proletários foi seu relacionamento com Mary Burns, que lhe proporcionou conhecer pessoalmente os bairros operários e verificar, na observação direta, as reais condições de vida do operariado inglês. Segundo Hunt, “Mary Burns representou para ele o papel de Perséfone, enriquecendo profundamente a visão de Engels sobre a sociedade capitalista” (2010, p. 115). De acordo com José Paulo Netto, a inserção de Engels nos meios proletários se deu por conta de “sua relação com Mary Burns, emigrante irlandesa e operária. Aquela que seria sua primeira mulher abre-lhe as portas do meio proletário e os seus contatos se multiplicam” (2004, p. 36).

Metodologicamente, Engels adota uma abordagem dialética sobre uma série de expressividades das grandes cidades industriais, na qual procura destrinchar analiticamente cada uma delas no sentido de tentar elucidar suas dinâmicas internas, interconectando-as organicamente. Existe, em *A Situação* (2010), uma combinação, um entrelaçamento entre diversas técnicas de investigação, a destacar: a bibliográfica, via livros e artigos; a documental, consultando relatórios parlamentares, relatórios médicos, inquéritos policiais, a grande imprensa, periódicos socialistas; e a etnográfica, com visitas aos bairros operários, e observações diretas da dinâmica das cidades, do

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

comportamento coletivo e das mazelas sociais. A combinação entre essas técnicas de investigação fez d'*A Situação* uma obra original, única e destacada, que favoreceu um rápido amadurecimento ao jovem Engels, tanto do ponto de vista intelectual quanto do político/militante. Lênin, em um escrito de 1913, em que comenta sobre a publicação das correspondências entre Marx e Engels, afirma que *A Situação* “é uma das melhores obras na literatura socialista mundial” (2016, s.p.).

N'*A Situação*, é apontada a base social para o avanço da urbanização em diversas cidades, compreendendo o fenômeno urbano não como algo natural que possui uma essência em si, mas uma construção artificial humana. Robert Ezra Park (1967), um dos maiores expoentes da sociologia urbana e pertencente à escola de Chicago, muitas décadas depois, concebeu em seu sistema de pensamento ideias similares às do jovem Engels. Isso pode ser verificado nas seguintes passagens de seu clássico texto *A Cidade*: “a cidade não é meramente um mecanismo físico é uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana” (PARK, 1967, p. 25). Neste outro trecho, a semelhança de ideias é ainda maior:

A cidade, e especialmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer outro lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro, é num sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo. As greves e movimentos revolucionários menores são endêmicos no meio urbano. As cidades, e especialmente as cidades grandes, estão em equilíbrio instável. O resultado é que os enormes agregados casuais e móveis, que constituem nossas populações urbanas, estão em estado de perpétua agitação, varridos por todo novo vento de doutrina, sujeitos a alarmas constantes e, em consequência, a comunidade está numa condição de crise crônica (Park, 1967, p. 44).

Existem outros aspectos que aproximam Engels e Park, como por exemplo, a investigação sobre a constituição física da cidade, os hábitos e os costumes dos trabalhadores, a contradição entre bairros opulentos e miseráveis, a cidade como uma unidade econômica. Mas cada autor com suas particularidades. Em relação ao último aspecto mencionado, Park compreende que “a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; ao mesmo tempo, é uma unidade econômica. A organização econômica da cidade baseia-se na divisão do Trabalho” (*Op.cit.*, p. 26). Engels também entende que existe uma organização interna da cidade através da divisão do trabalho, tanto no que diz respeito ao fracionamento da produção, quanto em categorias profissionais. Porém, esse autor chega à conclusão que o próprio surgimento dos grandes centros urbanos está intimamente relacionado à divisão do trabalho estabelecida pela revolução industrial que aguçou as diferenças entre o campo e a cidade.

É importante ressaltar que, apesar de *A Situação* ser uma obra de grande valor científico, Engels a desenvolve em um contexto de militância política; ou seja, a dimensão científica da obra está submetida à dimensão política, já que o que mais interessa ao “General”¹, não é compreender a sociedade por si só, mas compreendê-la para apontar saídas revolucionárias das formas de organização societária.

Para Hobsbawm, *A Situação* é uma obra que, pela primeira vez, trata “da classe operária como um todo e não somente de determinados segmentos e setores industriais” (2011, p. 52) e “não se tratava de um mero levantamento das condições da classe operária, mas de uma análise geral da evolução do capitalismo industrial, do impacto social da industrialização e de suas consequências políticas e sociais – inclusive do crescimento do movimento operário” (*Ibidem*). As ideias embrionárias contidas nessa obra foram fundamentais para formulações de concepções políticas, filosóficas, científicas, econômicas e metodológicas que serviram de base para o desenvolvimento do materialismo histórico. É “a primeira tentativa em grande escala de aplicar o método marxista ao estudo concreto da sociedade e, provavelmente, a primeira obra de Marx ou Engels que os fundadores do marxismo julgavam ter valor suficiente para merecer preservação permanente” (*Ibidem*).

Um conjunto de concepções encontradas em *A Situação* já se encontrava no *Esboço de uma crítica da economia política*, publicado nos *Anais Franco Alemães* em 1844. Esse texto foi fundamental para a criação da parceria Marx/Engels. Wanderson Fabio de Melo observa que nesse artigo

o jovem autor evidenciou a diferenciação crescente das classes sociais, as crises cada vez mais graves e a vinculação de todas as contradições econômicas à propriedade privada. Sendo assim, após realizar a crítica das categorias econômicas da economia política, Engels, por meio d’*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, revelou as contradições e antagonismos da sociedade burguesa. (Melo, 2015, p. 140)

AS GRANDES CIDADES E SUAS CONTRADIÇÕES INTERNAS

Na introdução de *A Situação*, Engels esboça brevemente como eram as condições de vida dos trabalhadores antes de sua proletarização com a Revolução Industrial. De acordo com o fundador da “filosofia da práxis”,

¹ Apelido dado a Engels devido aos seus inúmeros textos militares, ao fato de ter sido militar voluntariamente quando jovem, por ser organizado, disciplinado e de porte físico militar.

os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo. (Engels, 2010, p. 46)

Apesar desses trabalhadores (tecelões camponeses) serem pobres, suas condições de vida eram mais saudáveis do que as do “moderno operário”, pois tinham um pouco mais de autonomia sobre sua produção, “seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas” (*Ibidem*). A grande diferença assinalada entre o proletariado e o camponês não é a pobreza em si, pois ambos eram pobres, mas a classe trabalhadora, por conta da concorrência capitalista desenfreada, possui “uma vida de profunda insegurança, na qual o futuro é absolutamente desconhecido e incerto” (Hobsbawm, 2011, p. 75-6), enquanto que o camponês gozava de uma relativa “segurança” em relação a sua existência material.

Esses pobres camponeses, “sentiam-se à vontade em sua quieta existência vegetativa e, sem a revolução industrial, jamais teriam abandonado essa existência, decerto cômoda e romântica, mas indigna de um ser humano” (Engels, 2010, p. 47). A Revolução Industrial² arrancou das mãos dos camponeses seus “últimos restos de atividade autônoma” e, precisamente por isso, na posição de proletários, se viram obrigados “a pensar e a exigir uma condição humana” (*Ibidem*).

Para o socialista alemão, “a revolução industrial teve para a Inglaterra a mesma importância que a revolução política teve para a França e a filosofia para a Alemanha” (*Op. cit.*, p. 58-9). Afirma veementemente que “o fruto mais importante dessa revolução industrial, porém, é o proletariado inglês” (*Op. cit.*, p. 59) Aqui, Engels já enxerga o proletário como um agente transformador. A “existência vegetativa” é substituída por uma existência pensante e atuante sobre a realidade, que “deverá explodir numa revolução diante da qual a primeira Revolução Francesa e 1794³ serão uma brincadeira de crianças” (*Op. cit.*: 62).

Essa concepção reaparecerá no texto *Princípios Básicos do Comunismo* (1847), nessa obra Engels afirma que a revolução industrial fez da cidade um espaço de concentração de um grande contingente populacional em que o capital exerce uma exploração mais abrangente e eficiente, mas

2 Revolução industrial – “esta expressão, que será amplamente utilizada muito mais tarde, aparece então, pela primeira vez, sob a pena de Engels” (Lefebvre, 2001, p. 10).

3 “Engels se refere à ditadura jacobina” (nota dos editores).

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

“esta concentração de grandes massas num mesmo lugar [que] dá ao proletariado a consciência da sua força” (Engels, 1982, p. 22). Ideias similares também aparecem em *A Ideologia Alemã* (1846) e também no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), demonstrando que a estadia de Engels na Inglaterra foi determinante para suas posições políticas, pois foi lá “que o jovem Engels tornou-se comunista” (Lênin, s.d. *apud* Netto, 2004, p. 32).

Em uma interessante reflexão sobre o jovem Engels na Inglaterra, José Paulo Netto afirma que este toma a “urbanização moderna como variável da industrialização capitalista e, sobretudo, a cidade como *topus* do capitalismo constituído” (2004, p. 40). Engels identifica um processo de “urbanização acelerado”:

o crescimento demográfico e a urbanização conectam-se diretamente à industrialização – evidencia-o a hipertrofia das cidades industriais que, em apenas quarenta anos (1801-1841), sofrem o seguinte acréscimo no seu número de habitantes: Manchester – 35 mil/353 mil; Leeds – 53 mil/152 mil; Birmingham – 23 mil/181 mil; Sheffield – 46 mil/111 mil" (Netto, 2004, p. 34)⁴.

Essas variações populacionais são provocadas diretamente pela dinamicidade industrial. De acordo com Raquel Rolnik, as cidades são como ímãs, “um campo magnético, que atrai, reúne e concentra os homens” (1995, p. 12). Para Engels, a atividade industrial é o núcleo de atração das grandes cidades inglesas, pois “onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila” (Engels, 2010, p. 64). A indústria possui tal importância na vida da cidade que Engels afirma que “toda fábrica nova construída no campo traz em si o embrião de uma cidade industrial” (*Op. cit.*: 65). De acordo com Henri Lefebvre, Engels atribui o nascimento das grandes cidades industriais e comerciais do império britânico a causas tecnológicas (2001, p. 11). Acompanhando esse raciocínio Eric Hobsbawm, afirma que:

A indústria mecanizada em larga escala exige investimentos de capitais cada vez mais consideráveis, e a divisão do trabalho pressupõe a concentração de um grande número de proletários. Centros de produção com, tal amplitude, mesmo situados no campo, levam a formação de importantes comunidades; Daí um excedente de mão-de-obra: os salários baixam, o que atrai outros industriais para a região. Por isso, as aldeias transformam-se em cidades que, por sua vez, se desenvolvem em virtude das vantagens econômicas que apresentam aos olhos dos industriais (...). Como a indústria tende a deslocar-se dos centros urbanos para as regiões rurais, onde os salários são mais baixos, este deslocamento e a própria causa da transformação dos campos. (1975, p. 10)

4 Em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels apresenta uma tabela com variações na densidade demográficas em algumas cidades inglesas, ver 2010, pág. 53.

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

Na sua obra *a Era do Capital*, Hobsbawm afirma que “a cidade era, sem dúvida, o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro” (1977, p. 222).

No capítulo “As Grandes Cidades”, Engels percebe uma incoerência, uma singularidade na vida citadina de Londres. Temos uma “aglomeração de 2,5 milhões de seres humanos *num* só local” (2010, p. 67, grifos são do autor), mas, apesar dessa concentração, existe uma total indiferença entre os indivíduos que se cruzam diariamente: “essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado” (*Op. cit.*, p. 68). Para Lefebvre, Engels logo introduz “o tema da ‘multidão solitária’ e o da atomização, a problemática da rua” (2001, p. 15). Nas grandes cidades, temos a formação de uma cultura citadina, “a guerra de todos contra todos” (*Ibidem*). Indiferença, individualismo, falta de empatia são elementos constitutivos das grandes cidades. Outro aspecto salientado por Engels é a miséria dos trabalhadores. Segundo Lefebvre, Engels aponta em sua obra uma miséria indescritível, que se encontra em todas as partes, e é “ao mesmo tempo ocasional (para os indivíduos) e perpétua (para a classe)” (*Op. cit.*, p. 23).

A “indiferença bárbara” e a miséria dos trabalhadores deixam o autor perplexo, a ponto de afirmar que “ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido continuar funcionando” (Engels, 2010, p. 69). Para Lefebvre, nesse capítulo, “Engels põe a nu todo o horror da realidade urbana” (2001, p. 14).

De acordo com Edmund Wilson (1986), Engels, nutrindo o forte desejo de compreender melhor a dinâmica espacial da cidade de Manchester, resolveu examinar

o mapa da cidade e viu que o centro comercial era cercado por um cinturão de bairros operários; depois vinham as belas casas e jardins dos proprietários, que se fundiam gradualmente com o campo; viu também de que modo os proprietários podiam ir de suas casas até a Bolsa sem jamais ter que observar as condições de vida dos operários, porque as ruas pelas quais atravessavam os bairros pobres estavam cheias de lojas que escondiam a miséria e a sujeira que havia por trás delas. (Wilson, 1986, p. 131)

Para o fundador do materialismo histórico, a cidade de Manchester foi “construída de um modo tão peculiar que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário – isso se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou a passear” (Engels, 2010, p. 88). Os “aristocratas do dinheiro” sempre

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

apresentam formas de ocultar aos seus olhos a pobreza extrema dos trabalhadores, pois a miséria e a sujeira “são o complemento de seu luxo e de sua riqueza” (Engels, 2010, p. 89). As condições de habitação da burguesia encontram-se numa dimensão diametralmente oposta às condições de habitação dos operários. Engels observa que a alta burguesia “habita vivendas de luxo, ajardinadas (...) por onde corre o sadio ar puro do campo, em grandes confortáveis casas, servidas, a cada quinze ou trinta minutos, por ônibus que se dirigem ao centro da cidade” (*Ibidem*).

Segundo o “General”, em “todas as grandes cidades têm um ou vários ‘bairros de má fama’ onde se concentra a classe operária” (*Op. cit.*, p. 70). O autor faz uma descrição geral de como são esses bairros:

As piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular (...). Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro (...) quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar roupa. (Engels, 2010, p. 70)

Enfatizando as contradições entre escassez e abundância, Engels constata que “muitas vezes esses miseráveis refúgios do pior pauperismo se encontram próximos dos suntuosos palácios dos ricos” (2010, p. 71). “Em sua narrativa viva e cheia de cores, Engels entra em mais detalhes, mostrando como na maior parte dos casebres, pertencentes aos operários mais mal-pagos, faltam, também, móveis, camas, lençóis e instalações sanitárias” (Castellucci, 2007, p. 25).

Um grave problema social abordado por Engels é o déficit de habitação: “os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aquele que não o tem: todas as manhãs, em Londres, 50 mil pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte” (Engels, 2010, p. 75). Uma parte dos trabalhadores, que, por sorte, consegue um pouco de dinheiro para custear uma estadia em abrigos, é obrigada a repousar sua cabeça em ambientes precários. Os alojamentos são superlotados, os quartos empilhados de camas, onde dormem conjuntamente homens, mulheres, adultos, crianças, doentes, sadios, sóbrios e bêbados. Sobre as pessoas que não podem pagar nem mesmo esse tipo de alojamento, o “General”, responde:

Pois bem: dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos; alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos jardins (...). (*Ibidem*)

Mais uma vez, evidencia-se o contraste social ao observar que esses desabrigados dormem “quase sob as janelas da rainha Vitória” (Engels, 2010, p. 75).

Verifica-se também as variações nas péssimas condições de habitação, como os porões, e a superlotação, que contribuem para o surgimento de moléstias entre os operários. Na cidade de Liverpool, “um bom quinto da população – isto é, mais de 45 mil pessoas – mora em pequenos porões, escuros e mal arejados, porões que, na cidade, totalizam 7.862” (*Op. cit.*, p. 79). Já na cidade de Bristol, “foram visitadas 2.800 famílias operárias e comprovou-se que 46% delas viviam em um único cômodo” (*Op. cit.*, p. 80). Em um bairro chamado *Little Ireland*, em sua maioria composta por imigrantes irlandeses, “as casas são velhas, sujas e do tipo mais exíguo; as ruas, irregulares e nem todas pavimentadas, não são niveladas nem há rede de esgoto; imundície e lama, em meio a poças nauseabundas, estão por toda parte; daí a atmosfera, já enegrecida pela fumaça de uma dúzia de chaminés de fábricas, ser empestada” (*Op. cit.*, p. 102). Além disso, “em todo bairro, para cada 120 pessoas há apenas uma instalação sanitária (quase sempre ocupada, é claro)” (*Op. cit.*, p. 103). Os operários desses bairros vivem em condições subumanas: “quem aí vive deve realmente situar-se no mais baixo escalão da humanidade” (*Op. cit.*, p. 102).

Em seu texto *Contribuição ao Problema da Habitação*, de 1872/73, Engels afirma “que não poderia existir sem crise da habitação uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora não pode contar senão com um salário” (1976, p. 71). Manuel Castells, em suas pesquisas sobre o fenômeno urbano, corrobora Engels no tocante à dimensão estrutural da crise da habitação: “trata-se de uma defasagem necessária entre as necessidades, socialmente definidas, da habitação e a produção de moradias e de equipamentos residenciais” (1983, p. 183 e 185).

Além das péssimas condições de habitação, que em nada favorecem a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, Engels chama a atenção para as fraudes, quantitativas e qualitativas, nas mercadorias encontradas no comércio voltado aos operários. “Os varejistas e os fabricantes adulteram todos os gêneros alimentícios do modo mais irresponsável, com inteiro desprezo pela saúde dos que devem consumi-los” (2010, p. 111). Por conta da pobreza acentuada em que se encontra o operário, “para quem uns poucos centavos representam muito” (*Op. cit.*, p. 112), estes se veem obrigados a procurar os pequenos estabelecimentos:

onde muitas vezes pode comprar a crédito, lojas que, em função de seu pequeno capital e de suas desvantagens diante dos atacadistas, estão impossibilitadas de vender mercadorias da mesma qualidade ao mesmo preço dos grandes estabelecimentos e que, por causa dos preços baixos que lhes pedem seus fregueses e da concorrência, são constrangidas a fornecer, intencionalmente ou não, produtos adulterados. (Engels, 2010, p. 112)

Todavia, não é apenas no que diz respeito à qualidade que o operário é ludibriado, mas também na quantidade dos produtos. “Em sua grande maioria, os pequenos comerciantes têm medidas e pesos adulterados e os relatórios policiais registram diariamente um número incrível de delitos desse gênero” (*Op. cit.*, p. 113). Engels conclui seu raciocínio alegando que “as mesmas razões pelas quais os operários são vítimas principais das fraudes na qualidade explicam que também o sejam no que toca às fraudes relativas à quantidade” (*Op. cit.*, p. 114).

O alcoolismo é outro problema social de profunda relevância e que vitimiza boa parte dos trabalhadores. Engels apresenta alguns elementos que favoreceriam o alcoolismo:

O trabalhador retorna à casa fatigado e exausto; encontra uma habitação sem nenhuma comodidade, úmida, desagradável e suja; tem a urgente necessidade de distrair-se; precisa de *qualquer coisa* que faça seu trabalho valer a pena, que torne suportável a perspectiva do amargo dia seguinte. (*Op. cit.*, p. 142, os grifos são do autor).

Em *A Situação*, refuta-se a ideia de que o alcoolismo seja “um vício de responsabilidade individual” (*Ibidem*), pois “a necessidade física e moral leva uma grande parte dos trabalhadores a sucumbir ao álcool” (*Ibidem*) e, por conta de uma educação deficitária, torna-se impossível “proteger os mais jovens contra essa tentação” (*Ibidem*). “É inevitável que o alcoolismo provoque efeitos destrutivos sobre os corpos e os espíritos de suas vítimas” (*Op. Cit.*, p. 143).

O quadro observado por Engels em nada contribui para a qualidade de vida dos operários. As fábricas poluem o ar e os rios da cidade, as longas jornadas de trabalho inviabilizam a realização de atividades físicas e o acesso aos melhores alimentos vendidos no comércio, uma vez que o trabalhador não dispõe de tempo para ir às feiras, restando-lhe apenas o final do dia, quando só se tem acesso aos piores alimentos. Além disso, os baixos salários levam-nos a consumir produtos adulterados, vendidos pelos pequenos varejistas; e os impendem de ter acesso à moradia de qualidade, tendo, frequentemente, que habitar porões úmidos, em bairros sem serviços de coleta de lixo, sem acesso à água encanada, meios de transporte e com uma estrutura arquitetônica que não favorece a circulação e renovação do ar.

O desemprego acentua a vulnerabilidade dos trabalhadores, uma vez que estes não têm dinheiro para ter acesso a nada, mesmo que seja de forma precária.

Os desempregados, vistos por Engels como um elemento estrutural da dinâmica do capitalismo industrial, e por ele nomeados de “exército de trabalhadores desempregados”⁵, são os mais vulneráveis, os que estão mais sujeitos à morte por fome e frio, uma vez que não possuem

5 Posteriormente, Marx, em *O Capital*, irá chamá-los de exército industrial de reserva, uma clara demonstração da influência de Engels sobre seu espírito.

recursos para se alimentar ou pagar a diária de um alojamento. Também estão mais sujeitos a cometer crimes, como roubos, furtos e assassinatos, além de ficarem mais expostos à violência policial.

As grandes cidades são constituídas por contradições internas, e sua organização interna está em posição “diametralmente oposta” ao campo. Na obra *A Ideologia Alemã*, Engels e Marx afirmam que “a cidade é de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades” (2007, p. 52) em quanto que o campo é o espaço do isolamento e da solidão. Dessa forma os autores trazem à tona a ideia de que a cidade é a manifestação dos “condicionantes sociais e econômicos que se expressam por meio de uma forma, específica, de organização da população (em classes) e dos instrumentos de produção (meios técnicos científicos informacionais) em um só lugar”. (Pereira, 2018, p. 37). A oposição entre o campo e a cidade não é algo que pode ser superada “pela mera vontade”, neste sentido a consciência de classe é um pressuposto material fundamental para esta superação.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Engels enxergava na cidade um laboratório de investigação do desenvolvimento do capitalismo, das condições de vida do proletariado, e da transformação revolucionária da sociedade. Em *A Situação*, apresenta um quadro caótico, de desigualdade social, miséria, violência e epidemias. As descrições e análises de alguns elementos que constituem a dinamicidade das grandes cidades, como o processo de urbanização pela densidade demográfica, a concorrência, o individualismo, os impactos ecológicos, as condições de vida dos trabalhadores no que diz respeito ao acesso à cidade, à saúde e educação, nos permitiram alcançar a proposta inicial desta pesquisa, que era identificar as principais contribuições de Friedrich Engels para o campo da Sociologia Urbana. O estudo dessa obra também nos permitiu verificar o quanto ela ainda é atual, como bem chama a atenção Yvonne Maggie (2011) ao afirmar que as descrições contidas em *A Situação* se assemelham em muitos aspectos a realidade de muitas das grandes cidades do Brasil.

O pioneirismo de *A Situação* traz uma série de inovações nos estudos sobre as cidades, entre elas a variabilidade das fontes de investigação e seu caráter etnográfico. Além disso, essa obra forma um quadro analítico extremamente complexo que contempla as múltiplas determinações dos diversos fenômenos sociais interconectando-os organicamente, estabelecendo

diferentes escalas gradativas entre eles e descrevendo-os com riqueza de detalhes. A envergadura dessa obra, com os posicionamentos políticos do autor frente aos problemas examinados, influenciou diversos estudiosos do fenômeno urbano como Henry Lefebvre, Manuel Castells e Eric Hobsbawm.

Não foi possível explorar plenamente outras dimensões importantes dessa obra, como as péssimas condições de trabalho nas fábricas, e as diversas práticas adotadas pelos industriais que contribuíam para a miséria do trabalhador – como as multas por atraso, o machismo, as organizações operárias, o sistema judiciário, o desenvolvimento tecnológico, a educação pública, a “hipocrisia ideológica” da burguesia, a filantropia de instituições burguesas e religiosas, as crises econômicas etc.

O contexto vivenciado pela classe trabalhadora inglesa é descrita por Engels com riqueza de detalhes. Angelo Silva afirma que o “General” “consegue articular a frieza de dados estatísticos com o dia a dia das pessoas” (2009, p, 34). Engels não apenas relata, mas assume de forma honesta uma posição política decididamente comunista frente a seu objeto de estudo; ou seja, enxerga o jogo das interações sociais pela ótica do proletariado, produzindo uma obra política que provoca inquietações no seu leitor e que é, ao mesmo tempo, rigorosamente científica. A relação sujeito objeto nessa obra se diferencia radicalmente das conclusões epistemológicas das correntes positivistas que defendem um modelo de objetividade científica que passa pela neutralidade e imparcialidade, na qual o cientista não deve se posicionar frente ao seu objeto, estabelecendo uma relação puramente descritiva e analítica. Michael Löwy salienta que “o ponto de vista de classe e o conhecimento científico não são contraditórios” (2006:106), pois o posicionamento político de uma determinada classe não implica em perda de valor científico de uma dada teoria.

O otimismo “ingênuo” de Engels está em evidência, mas, como bem estabelece José Paulo Netto (2004), o contexto propiciava esse otimismo, que é assumido pelo próprio “General” no prefácio à edição inglesa de 1892: “não me passou pela cabeça retirar do texto as várias profecias – especialmente aquela sobre uma iminente revolução social na Inglaterra – devido ao meu entusiasmo revolucionário daqueles anos” (Engels, 2010, p. 351).

Um dos argumentos centrais na obra de Engels, que está intimamente conectado ao seu otimismo revolucionário, é o fato de que o pior que o capitalismo pode produzir é reduzir os indivíduos a uma condição de animalidade. Lutar contra a opressão é um elemento essencial, fundamental e irredutível para retirá-los dessa condição. Engels apresenta duas alternativas para os operários: “resignar-se à sua sorte, torna-se um ‘bom’ trabalhador, servir ‘fielmente’ aos interesses da burguesia – e, nesse caso, torna-se realmente um animal – ou resistir, combater tanto quanto

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

possas por sua dignidade humana – o que só lhe é possível lutando contra a burguesia” (Engels, 2010, p. 158).

Para Engels, a classe trabalhadora não era apenas uma “massa sofredora” que se encontrava sob o “jugo do capital”, como acreditavam os owenistas; mas eram pessoas que lutavam “corajosamente por uma existência humana digna” (Instituto de Marxismo-Leninismo do CC-PCUS. 1986:64). É na dinâmica das lutas de classes que Engels sublinhará “particularmente o papel dos grandes centros industriais no desenvolvimento do movimento operário”; o surgimento dos primeiros operários que começaram a refletir sobre sua condição, pois foi nas grandes cidades, com suas contradições internas, que tiveram origem a cultura combativa dos trabalhadores através da criação de diversas associações proletárias (como as *Trade Unions*), o cartismo, o socialismo e suas teorias libertárias e revolucionárias.

BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLUCCI, Aldrin. A. S. Engels e a história social do trabalho. In: MOURA, Mauro Castelo Branco de; FERREIRA, Muniz; MORENO, Ricardo (orgs.). *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 21-8.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo 2010.

_____. Contribuição ao problema da habitação. *Textos: volume II*. São Paulo: Edições Sociais, 1976, 39-116.

_____. ENGELS, Friedrich. Letters from Wuppertal. In: *Marx Engels Collected Works (MECW)*. Vol. 2. 1838-1842. Londres: Lawrence & Wishart, 2010, pp. 07-25.

_____. *Princípios Básicos do Comunismo*. Lisboa: Avante, 1982.

_____. MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo 2007.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848/1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Como Mudar o Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Prólogo. In: ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975, pp. 05-22.

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 6, 2018.

HUNT, Tristran. *Comunista de Casaca: a vida Revolucionaria de Friedrich Engels*. São Paulo: Record, 2010.

INSTITUTO de Marxismo-Leninismo do CC-PCUS. *Friedrich Engels: Biografia*. Lisboa, Edições Avante! 1986.

LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

LENIN, Vladimir Ilych. *A Correspondência Entre Marx e Engels*, s.d. 2016. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/mes/correspondencia.htm>>. Acesso em: 06 de jan. 2017.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2006.

MAGGIE, Yvonne. A Grande Cidade. *G1*, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2011/10/21/a-grande-cidade/>>. Acesso em: 07 de jan. 2017.

MELO, Wanderson Fabio de. Friedrich Engels e a questão habitacional: o pauperismo socialmente produzido no sistema capitalista e as condições de moradia. In: *Verinotio*, Belo Horizonte, nº 20, ano X, 2015. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.8126378458111.pdf>>. Acesso em: 06 de Jan. 2017.

NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 25-66.

PEREIRA, Jesus Marmanillo As cidades na perspectiva do materialismo histórico: Marx, Engels e as cidades industriais. In: *Sociabilidades Urbanas*, João Pessoa, v.2, n.4, 2018. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/grem/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V2N4%202018%20MarmanilloArtigo.pdf>>. Acesso em: 06 de Jan. 2019.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SILVA, Angelo. *Sociologia Urbana*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.